



Marta Elisabete Almeida Grilo

A Geopolítica da Turquia: Potencialidades e Riscos para a Segurança Europeia

Dissertação de Mestrado em Estudos Europeus, orientada pela Senhora Professora Doutora Dina Sofia das Neves Sebastião, apresentado ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra para a obtenção de grau de Mestre.

Junho de 2018



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

A Geopolítica da Turquia: potencialidades e riscos para a Segurança Europeia

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	A GEOPOLÍTICA DA TURQUIA: POTENCIALIDADES E RISCOS PARA A SEGURANÇA EUROPEIA
Autora	Marta Elisabete Almeida Grilo
Orientado/a	Doutora Dina Sofia das Neves Sebastião
Júri	Presidente: Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes Vogais: 1. Doutor Jorge Manuel Tavares da Silva 2. Doutora Dina Sofia das Neves Sebastião
Identificação do Curso	2º Ciclo em Estudos Europeus
Área científica	Estudos Europeus
Classificação	13 valores



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

AGRADECIMENTOS

Na realização da presente dissertação, contei com o apoio direto ou indireto de várias pessoas que disponibilizaram o seu apoio e contribuíram para a realização deste trabalho. Estou profundamente grata.

À minha Orientadora, Professora Doutora Dina Sebastião, por aceitar tardia e intempestivamente a orientação desta tese, por todo o empenho, pela compreensão, disponibilidade e apoio que sempre demonstrou. Aqui lhe exprimo a minha gratidão.

Ao Senhor Professor Doutor António Martins da Silva, pela sua disponibilidade, pelo seu incentivo e paciência que teve comigo, pelo apoio e por não me deixar desistir.

À Daniela Ferreira de Oliveira, minha amiga de longa data, pela sua disponibilidade, conhecimentos e pelo seu constante incentivo.

Ao Tenente-Coronel Paulo Leal Pinto pela sua disponibilidade, pela paciência, pela suas valiosas críticas e correções, mas sobretudo, por todo o incentivo e força.

Agradeço à Margarida Dias, amiga e colega de trabalho, por todo o incentivo e apoio moral.

À minha família, que são o meu pilar, pela paciência e compreensão com que sempre me apoiaram.

Enfim, deixo o meu agradecimento a todos aqueles que, de um modo ou de outro, tornaram possível a realização da presente dissertação. **Muito obrigada!**

Página intencionalmente deixada em branco

RESUMO

A discussão sobre a adesão da República da Turquia à União Europeia (UE) desenvolve-se à volta dos argumentos de natureza institucional, política, económica, social e identitária, mas parece dar pouca relevância aos aspetos de natureza estratégica e de segurança.

Se por um lado, se considera que a Turquia traz vantagens impressionantes para a UE no que diz respeito à sua posição geoestratégica, capacidade militar e ao seu papel político crescente na região, por outro lado, a sua adesão é considerada como um desafio quer pela sua dimensão geográfica e localização numa região volátil, quer pelas diferenças culturais e religiosas.

Este trabalho tem como principal objetivo analisar a contribuição da Turquia e das Forças Armadas Turcas (FAT) para a arquitetura de segurança europeia, embora a Turquia ainda não esteja incluída nesse projeto de segurança. Analisa-se a contribuição da Turquia para a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) do ponto de vista militar, geoestratégico e o crescente papel da Turquia nos assuntos internacionais.

ABSTRACT

The argument over the accession of the Republic of Turkey to a full member status of the European Union (EU), develops around elements of institutional, political, economic, social and identity nature, but appears to assign little relevance to the strategic and security factors.

While on one hand Turkey is considered to bring impressive benefits to the EU, in regard to its geostrategic position, military capacity and its growing political role, on the other hand, its adhesion is considered to be a challenge due to both its geographical extent and its emplacement in a volatile region, for its cultural and religious contrast.

The main purpose to this work is to analyze the contribution of Turkey and the Turkish Armed Forces (TAF) to the European security architecture, although Turkey is not yet part of this security project. It examines Turkey's contribution to the Common Foreign and Security Policy (CFSP) and the Common Security and Defense Policy (CSDP) from a military, geo-strategic and Turkey's growing role in international affairs.

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

- ACNUR** - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.
- AIE** – Agência Internacional de Energia.
- AKP** – *Adalet ve Kalkinma Partisi* / Partido da Justiça e do Desenvolvimento.
- BSEC** – *Black Sea Economic Cooperation* / Organização para a Cooperação no Mar Negro.
- CEE** – Comunidade Económica Europeia.
- CEP** – Cooperações Estruturadas Permanentes.
- CNS** – Conselho Nacional de Segurança.
- EES** – Estratégia Europeia de Segurança.
- EUA** – Estados Unidos da América.
- FAT** – Forças Armadas Turcas.
- FRR** – Força de Reacção Rápida.
- IFOR** – *Implementation Force* / Força da OTAN na Bósnia Herzegovina.
- ISAF** – *International Security Assistance Force* / Força Internacional de Segurança.
- KFOR** – *Kosovo Force* / Força do Kosovo.
- OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.
- OCI** – Organização para Cooperação Islâmica.
- ONU** – Organização das Nações Unidas.
- OSCE** - Organização para a Segurança e Cooperação na Europa.
- OTAN** - Organização do Tratado do Atlântico Norte.
- PESC** – Política Externa e de Segurança Comum.
- PESD** – Política Europeia de Segurança e Defesa.
- PCSD** – Política Comum de Segurança e Defesa.
- PKK** – *Partiya Karkeran Kurdistan* / Partido dos Trabalhadores do Curdistão.
- SFOR** – *Stabilization Force* / Força de Estabilização.
- SHAPE** – *Supreme Headquarters Allied Powers Europe*.
- UE** – União Europeia.
- UEO** – União da Europa Ocidental.
- URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - DIVISÃO DO MUNDO IDEALIZADA POR MACKINDER.....	18
FIGURA 2 – A EURÁSIA.....	20
FIGURA 3 - POSIÇÃO DA TURQUIA	22
FIGURA 4– AS FRONTEIRAS DA TURQUIA	24
FIGURA 5 – O CURDISTÃO	27
FIGURA 6 - CHIPRE.....	30
FIGURA 7 - DISPUTA NO MAR EGEU	33
FIGURA 8 - ORGANIZAÇÃO SUPERIOR DA DEFESA TURCA.....	101

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	2
RESUMO	4
ABSTRACT	5
LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS	6
LISTA DE FIGURAS	7
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	13
Objetivos e Metodologia	13
Apresentação e estrutura da investigação.....	14
CAPÍTULO II – A DIMENSÃO GEOPOLÍTICA DA TURQUIA.....	15
1. Enquadramento Teórico.....	15
2. Caracterização Geográfica da Turquia.....	21
2.1 O Fator Físico.....	21
i. O território: localização e extensão.....	21
ii. Pluralidade de fronteiras e as zonas estratégicas.....	23
2.2 Factor Humano.....	34
iii. Demografia.....	33
iv. Etnografia.....	34
v. Identidade religiosa.....	35
2.3 Estruturas Políticas.....	36
2.4 O Fator Militar.....	38
3. Enquadramento Histórico.....	39
CAPÍTULO III – A TURQUIA E A UNIÃO EUROPEIA	48
1. Análise das Relações UE-Turquia (Processo de Adesão).....	48
2. A Turquia e a Política Comum de Segurança e Defesa da UE: interesses turcos e europeus.....	54
2.1 A Política Externa e de Segurança Comum (PESC).....	55
2.1.1 Dimensão Externa - A Turquia e a Vizinhança.....	57
2.1.2 A dimensão de segurança.....	61
2.2 A Política Externa de Segurança e Defesa (PESD).....	63
a) O Estatuto da Turquia como Membro Associado da UEO.....	65
2.2.1 A Turquia e a PESD - Contributos.....	67
2.2.2 A Turquia e a Inclusão/Exclusão na PESD.....	68

2.3	A Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD)	71
2.3.1	Complementaridade com a OTAN.....	72
2.3.2	Desafios para a PCSD	74
	CAPÍTULO IV - TURQUIA E OTAN	77
1.	A Turquia e a OTAN	77
2.	A Turquia e os EUA	80
2.1	Pontos de Divergência entre EUA e a Turquia	84
2.2.	Pontos de convergência.....	85
3.	As Relações Transatlânticas	87
3.1	Os Estados Unidos da América (EUA) e a OTAN	87
3.2	A Europa e a OTAN.....	89
3.3	O Triângulo OTAN – UE - Turquia.....	91
	CAPÍTULO V – A SEGURANÇA E DEFESA DA TURQUIA	93
1.	A Política de Defesa e a Segurança da Turquia	93
A	Política Nacional de Defesa	93
1.2	A Estratégia de Segurança da Turquia	94
1.2	As Relações civis - militares	94
2.	Política de Segurança Turca	95
2.1	Organização da Defesa Nacional Turca	97
2.1.1.	O Conselho Nacional de Segurança (CNS).....	97
2.1.2	As operações militares	98
2.1.3	Capacidades.....	100
3.	A organização das Forças Armadas	101
3.1	O Serviço Militar.....	103
	CONCLUSÃO	105
	BIBLIOGRAFIA	108

INTRODUÇÃO

A União Europeia teve desde sempre como grande objetivo central a prossecução da paz e segurança da Europa, utilizando como principal mecanismo a integração económica na promoção da reconciliação entre a França e a Alemanha.

Segundo Missiroli, a integração fez diminuir a instabilidade e os conflitos no continente, através da extensão dos valores e regras da UE para os seus candidatos, tornando-se num grande pilar da estabilidade no continente europeu. Missiroli argumenta que o alargamento a novos estados membros trouxe novos interesses e capacidades, que ampliaram o propósito de políticas comuns e reforçou a UE como ator internacional (Missiroli, 2004).

Nesta linha de ideias, se o alargamento proporciona tais benefícios, então qual a razão da controversa adesão da Turquia à UE?

A adesão da Turquia tem sido considerada problemática devido aos seus problemas económicos, a questão de defesa dos princípios democráticos, a questão curda, o problema de Chipre, o seu peso demográfico e a sua identidade muçulmana.

Mas o cerne da questão é saber como é que este alargamento em particular afetaria o futuro de segurança e defesa da EU?

Com a adesão da Turquia, a UE iria partilhar fronteiras comuns com o Médio Oriente e com o Cáucaso do Sul, e a sua população predominantemente cristã incluiria uma minoria muçulmana substancial. Se, por um lado, se considera que a posição da Turquia no meio de regiões instáveis e o influxo do radicalismo islâmico constitui uma ameaça à segurança da Europa, por outro, a adesão da Turquia é vista numa perspetiva estratégica, ao promover uma maior estabilidade na sua esfera exterior (vizinhança) beneficiando da UE, servindo ao mesmo tempo, de inspiração para outros estados no mundo muçulmano.

Iniciaremos esta análise com um breve capítulo explicativo sobre o objetivo desta investigação, a problemática que se pretende abordar, indicando a metodologia utilizada, os recursos bibliográficos e as fontes documentais utilizados durante a pesquisa.

No segundo capítulo desta pesquisa, analisaremos os aspetos mais relevantes da geopolítica da Turquia, as referências às principais teorias geopolíticas, o seu enquadramento histórico, a sua posição e localização. Neste âmbito, a Turquia desempenha uma função vital quer no aspeto de segurança, quer no aspeto económico da região onde se insere. A sua localização entre o Oriente e o Ocidente, a sua posição geográfica coloca-a em quatro zonas sensíveis na política internacional: Balcãs, Cáucaso, Mar Negro e Médio Oriente.

A Turquia é um país relativamente grande, em comparação com os países da Europa, com uma extensão de aproximadamente 769 km² e com uma população de cerca de 78,8 milhões (Teixeira 2012). Pertence geograficamente à Europa, aos Balcãs, ao Cáucaso, ao Mar Negro, ao Médio Oriente e à Ásia e é com base nesta diversidade que se pretende apresentar as possibilidades da Turquia nas questões de política externa e de segurança.

Seguidamente, no terceiro capítulo será analisado o conturbado processo de adesão da Turquia à UE e a sua participação na Segurança Europeia.

A discussão sobre a adesão da Turquia, concentra-se em vários fatores de natureza institucional, política, económica, social e identitária, mas parece deixar de lado as reflexões de natureza estratégica e de segurança.

A participação da Turquia na Segurança Europeia será observada dentro da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) e dos acontecimentos internacionais no período da Guerra Fria. Durante este período, o lugar da Turquia na Europa foi estabelecido com base na sua participação ativa na segurança e defesa europeia através da sua adesão à OTAN. Com o final da Guerra Fria e a redução do nível de ameaça militar, a Turquia deixa de ser reconhecida como “europeia”.

No entanto, com as mudanças geopolíticas que ocorreram nos finais dos anos 80, como a reunificação da Alemanha, os conflitos que eclodiram na ex-Jugoslávia nos anos 90, a par da ameaça do terrorismo internacional, a UE implementou a Política Externa de Segurança Comum (PESC) iniciando vários mecanismos de coordenação política e operacional de defesa que, apesar das debilidades, tem levado a UE a exercer um papel crescente neste domínio. Com a PESC, a UE pretende afirmar a sua identidade na cena internacional e decide desenvolver as suas próprias capacidades militares. Ao desenvolver o conceito da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD)/ Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), procura colmatar o fosso entre o "anão político" e o “gigante económico”. Todavia, a UE ainda não está disposta a assumir os recursos financeiros substanciais necessários para melhorar as suas capacidades e por esse motivo o potencial contributo estratégico da Turquia, com a sua posição geoestratégica e capacidades militares, torna-se importante para a PESD/PCSD.

Embora a Turquia possa potencialmente desempenhar um papel importante na tentativa da UE assumir um papel maior na segurança regional e global através da PESD/PCSD, a sua inclusão também poderia implicar novos riscos e desafios.

Um outro aspeto a analisar, no quarto capítulo, é o da relação da Turquia com a OTAN/EUA, a evolução da Relações Transatlânticas, em especial a partir do início do novo século XXI, e as convergências e divergências dessa ligação.

Por último, serão analisadas as capacidades militares da Turquia e a sua Política de Segurança e Defesa. A Turquia é uma grande potência regional localizada no meio da região onde a UE poderia vir a desempenhar um papel de segurança mais proeminente. Além disso, o exército turco, o maior da Europa, tem uma experiência significativa nas operações de longa duração e de baixa intensidade que a UE prevê nas suas missões de Petersberg.

Enquanto aliado da OTAN, as suas forças estão bem equipadas, tecnologicamente avançadas e com capacidade para rápida intervenção.

A dimensão e a organização das Forças Armadas Turcas, com ênfase nas suas forças terrestres são um reflexo da posição geoestratégica, no cruzamento entre o Médio Oriente, o Cáucaso e a Europa e da necessidade de manter a segurança regional no âmbito da Política de Defesa.

O presente trabalho de investigação tem como objetivo contribuir para aprofundar o conhecimento das questões de natureza geopolítica, estratégica e de segurança que se colocam à construção europeia na área da Segurança e Defesa e analisar quais os desafios e as potencialidades da adesão da Turquia à UE nestas duas áreas.

É uma temática bastante importante e atual, como podemos constatar pelos recentes desenvolvimentos internacionais próximos da Turquia e do seu importante papel na região.

CAPÍTULO I - CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

A presente de investigação tem como finalidade contribuir para aprofundar o conhecimento das questões de natureza geopolítica, estratégica e de segurança que se colocam à construção europeia e analisar quais os desafios e as potencialidades da adesão da Turquia à U.E, na perspetiva da Segurança e Defesa.

A escolha deste tema de estudo prendeu-se pela pertinência e atualidade dos desafios que se colocam à União Europeia no âmbito da Segurança e Defesa, o equacionamento da matriz de segurança e defesa europeia. A adesão da Turquia à UE pode ser vista tanto como uma vantagem ou uma desvantagem para as Políticas Europeias no âmbito da Segurança e Defesa e colocam importantes questões de natureza geopolítica e estratégica à União Europeia.

Objetivos e Metodologia

O presente projeto de investigação tem por objetivos a análise das condicionantes geopolíticas da Turquia, a análise das questões de natureza geopolítica, estratégica e de segurança que se colocam à construção europeia e por último a análise das vantagens e riscos da adesão da Turquia à UE, na ótica da segurança e defesa .

Este estudo cumpre as normas fornecidas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2014), complementadas, pelas normas American Psychological Association (APA). A investigação será efetuada através de pesquisa e análise documental, procurando identificar as potencialidades e vulnerabilidades que a Turquia oferece à UE.

Esta análise incide, numa prévia sistematização histórica, nomeadamente desde o pós-Segunda Guerra Mundial, que servirá como pano de fundo para um estudo mais pormenorizado sobre o período temporal desde os anos 90 até 2015. A metodologia adotada assenta na pesquisa documental e bibliográfica, sobretudo de artigos de revistas da área da ciência política e política internacional publicações periódicas, documentos oficiais da União Europeia (relatórios do Conselho Europeu e da Comissão), documentos oficiais da OTAN, artigos de imprensa nacional e internacional e bibliografia especializada. Foi utilizada a metodologia de tipo qualitativo assente em técnicas de interpretação documental e na avaliação do investigador.

A recolha de dados documentais privilegiou a imprensa estrangeira especializada em assuntos de política internacional, bem como dados e informações contidos nos sites oficiais de algumas organizações internacionais.

A revisão de literatura é doseada ao longo de quatro capítulos, em função da temática abordada.

Apresentação e estrutura da investigação

O presente trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos, sem incluir a “Introdução” e a “Conclusão”.

Neste primeiro capítulo, fazemos uma apresentação do objeto da investigação, dos objetivos e da metodologia aplicada, bem como da estrutura do presente trabalho.

No segundo capítulo, procura-se enquadrar os principais conceitos que sustentam a nossa investigação, nomeadamente o de Geopolítica, empregando-se um repertório bibliográfico com uma vertente especializada na área da história e geografia. Ainda associada à vertente da Geopolítica, definiremos os fatores geopolíticos, dando ênfase ao subfactor “posição”. Deste modo, revela-se a relação da Turquia com os países vizinhos, com os países do Cáucaso e da Ásia Central.

Segue-se o terceiro capítulo, o da análise das relações da Turquia e da União Europeia, quer na perspetiva histórica, quer na perspetiva da participação da Turquia na PESC e da análise da convergência ou divergência de interesses neste âmbito. Fazemos um levantamento do catálogo bibliográfico suportado em artigos e documentos oficiais da UE.

O quarto capítulo, a apresentação das relações da Turquia no seio da OTAN, as relações transatlânticas OTAN – UE, bem como a importância da Turquia para os EUA, recorrendo ao levantamento de artigos de revistas especializadas na área das Relações Internacionais.

O quinto e último capítulo refere-se à Política Externa de Segurança da Turquia, à análise da sua Política de Defesa e da sua Estratégia de Segurança, da sua Estrutura Militar e do desenvolvimento das suas capacidades e operações militares. Devemos referir o recurso fundamentalmente a documentação e relatórios de instituições turcas, artigos académicos de investigadores especializados na área de política externa e de segurança e de dados estatísticos da OTAN.

CAPÍTULO II – A DIMENSÃO GEOPOLÍTICA DA TURQUIA

O presente capítulo tem como objetivo a análise do quadro geopolítico da Turquia, tendo como base os grandes teóricos impulsionadores desta área científica, sendo seguido por um breve enquadramento histórico e análise dos fatores geopolíticos (apenas os considerados essenciais para o estudo em questão). A Turquia será analisada na perspectiva geográfica, atendendo aos fatores físicos e humanos, que segundo Mackinder (Defarges, 2003) são considerados indissociáveis, seguindo-se a análise das componentes política e militar.

1. Enquadramento Teórico

Para se compreender a relevância geopolítica da Turquia é necessário fazer um enquadramento teórico, através da análise de alguns autores que nos permitem um entendimento mais aprofundado da investigação que se pretende realizar.

O termo Geopolítica surgiu no final do século XIX por um professor sueco de Geografia e Ciência Política, Rudolf Kjellén (1864-1922) que a definiu como “o estudo do estado considerado como um organismo geográfico ou ainda como um fenómeno espacial, quer dizer, como uma terra, um território, um espaço, ou mais exatamente ainda, um país” (Defarges, 2003, p. 39).

Para Kjellén, a geopolítica surge como uma verdadeira ciência autónoma, com um objeto novo, distanciando-se da Geografia Política (*Politische Geographie*) criada por Friedrich Ratzel (José Pedro Teixeira Fernandes, 2015).

Embora centrado nos estudos de Geografia, o teórico alemão Friedrich Ratzel, desenvolve as suas preocupações sobre a importância do relacionamento dos grupos humanos, distinguindo assim a geografia física da geografia humana. No entanto, a sua obra comporta já uma dimensão geopolítica (imperfeita) nas suas reflexões sobre as duas características essenciais do Estado: o espaço que ocupa, enquanto características físicas (o *Raum*) e a sua posição, isto é, a sua situação geográfica, que o condiciona parcialmente nas suas relações com outros Estados (o *Lage*), dando origem ao termo “lebensraum” (o espaço vital), adotado por Mackinder e Haushofer. Ratzel estabelece assim duas premissas: “o Estado é um organismo vivo” e “espaço é poder”, que serviram de base para a elaboração dos primeiros princípios e leis da Geopolítica, mas não para conceituá-la (Fernandes J. P., 2003).

Será na sequência destes estudos que Kjellen virá, já no início do séc. XX, definir uma doutrina, ainda organicista como a de Ratzel, a que chama Geopolítica, segundo a qual o

Estado se assemelha ao Homem enquanto ser vivo, relacionando-se com os outros Estados de forma também semelhante àquela que caracteriza as relações entre os Homens.

Esta nova “ciência” tinha por objeto constante o Estado unificado e pretendia contribuir para o estudo da sua natureza e das suas diversas vertentes; assumia, assim, a ambição de ser uma “ciência” relevante para o exercício poder político e fornecer uma visão estratégica para a política internacional do Estado, demarcando-se assim da Geografia Política que apenas “observava o planeta como habitat das comunidades humanas em geral” (Fernandes J. P., 2005).

Será, com efeito, com o trabalho de Karl Haushofer (1869–1946), militar e professor universitário, que se desenvolverão os estudos geopolíticos, a distanciando-se da geografia política dos meios universitários, cujo objeto de estudo era a distribuição do poder dos Estados sobre o espaço físico e as condições físicas sobre as quais esse poder se pode exercer (Fernandes J. P., 2003).

Para o Almirante Mahan (1840 -1941), o objetivo da geopolítica é o Poder, a sua materialização e o seu exercício no espaço, com vista à concretização dos seus objetivos políticos (Defarges, 2003, p. 40).

Do ponto de vista de Mahan, o primeiro imperativo de qualquer potência naval é o de possuir pontos de apoio. Ao estratega naval, é - lhe exigida uma visão ampla e precisa do espaço e o controlo dos lugares-chave¹ deve ser pensado e iniciado em tempo de paz. Nesta perspetiva, o estratega naval encontra-se muito próximo do geopolítico: tem a capacidade de avaliar os espaços, a sua importância política, económica e militar (Defarges, 2003, p. 43).

Para Halford J. Mackinder (1861-1947), a questão principal reside na combinação entre a geografia e a história. Se por um lado, não pode existir história fora da geografia, por outro, a história reinventa e redefine sem cessar a geografia (Defarges, 2003, p. 47).

Na sua obra *The Geographical Pivot of History*, Mackinder define uma região pivô² situada na Eurásia (antigo Império Czarista) rica em recursos naturais, recursos energéticos, água, terra e florestas. Posteriormente, Mackinder desenvolve a noção de região pivô dando origem ao conceito de *Heartland*, coração do mundo, entendido como o norte e o interior da Eurásia, desde o Ártico até aos desertos da Ásia Central, limitado a ocidente pelo grande istmo situado entre o Báltico e o Mar Negro.

¹ Os pontos-chave são delimitações territoriais que permitem o controlo e domínio de toda uma região (Defarges, 2003).

² Este pivô geográfico da História, “consiste numa massa terrestre de larga envergadura, localizada no centro da Eurásia e que, devido às suas características geográficas, servia de alavanca à projeção de qualquer potência capaz de exercer o seu domínio sobre toda essa extensão de território” (Dias, 2005, p. 22).

Contudo, este conceito *Heartland* não pode ser definido com precisão no mapa, porque, segundo Mackinder, este resulta de três elementos: a planície mais vasta do planeta, longos rios navegáveis e por uma zona de pastagem que assegura aos nômadas uma perfeita mobilidade (Defarges, 2003, p. 48). Mackinder refere a existência de um segundo *Heartland*, a sul, situado em África, a sul do Sahara, que reúne condições que convidam à circulação e que permite controlar a península Arábica, o oceano Índico e o Atlântico Sul (Defarges, 2003, p. 49)

O *Heartland*, espaço pivô, é circundado por diversos tipos de espaços, que se sucedem em semicírculos concêntricos. Em primeiro lugar, o crescente interior (*Inner crescent*), o cinturão protetor do *Heartland*, nomeadamente, a Sibéria, a cadeia de Himalaias, o deserto de Gobi e os desertos do Tibete e do Irão. Em segundo lugar, à volta do crescente interior, existem as regiões costeiras (*Coastlands*), que são as penínsulas onde se agrupam a maior parte das populações, nomeadamente a Europa, Arábia, sub-continente Indiano, Indochina e Chima Marítima. Próximo destas regiões, existem ainda as ilhas do crescente exterior (*Outer crescent*), a Grã-Bretanha e o Japão, que se constituem como *Offshore islands*. Em último, o crescente insular (*Insular Crescent*) composto pelas ilhas de maior dimensão: as Américas e a Austrália (Defarges, 2003, p. 49).

Considerando a abordagem teórica de Mackinder, a Turquia poderia ser definida como um poder terrestre que serve o poder marítimo na contenção do poder terrestre da Rússia - que controla o *Heartland*. Podemos deduzir que esta estaria situada numa posição entre a vocação marítima e vocação terrestre. Historicamente, a sua expansão realizou-se por terra a partir da Anatólia, atuando apenas nos “mares fechados” sem grande projeção nos mares abertos, apesar de contar com uma poderosa marinha no Mediterrâneo Oriental.

Figura 1 - Divisão do mundo idealizada por Mackinder



Fonte: Halford Mackinder, *The Geographical Pivot of History*, 1904, p.235

Nicholas John Spykman (1893-1943) realça a importância da geografia, no âmbito da sua relação com as políticas externas dos estados, pois o fator físico da geopolítica é o que tem o carácter determinante e fundamental na formulação de uma política nacional, pois é a mais permanente [...]. Uma vez que as características geográficas dos estados (geografia física) são relativamente estáveis e imutáveis, as aspirações geográficas destes estados mantêm-se as mesmas durante séculos; e, por o mundo ainda não ter atingido essa situação feliz, em que as necessidades de cada um não entram em conflito com as dos outros, estas aspirações são fonte de atritos. Assim, a geografia é responsável por numerosas lutas que se perpetuam através da história, enquanto os governos e as dinastias mudam (Spykman, 2007).

A este carácter de permanência, deve-se acrescentar a perspectiva geopolítica, assente na base de a configuração dos estados não ter nada de imutável (Spykman, 2007).

Contrariamente a Mackinder e ao conceito de *Heartland*, Spykman tem como zona pivô o *Rimland*, ou seja, as zonas costeiras. O *Rimland* da Eurásia, compreendia a Europa Costeira, os desertos da Arábia e do Médio Oriente, a Ásia das monções. Esta é a região intermediária entre o *Heartland* e os mares, funcionando como uma zona de conflito (Defarges, 2003, p. 56). De acordo com Spykman, quem controla o *Rimland*, tem o controlo da zona charneira do mundo, ou seja, esta região que pode estar vulnerável ao poder terrestre a ao poder naval, mas na realidade, é capaz de conter um e outro (Defarges, 2003). “*Quem controla o Rimland domina a Eurásia; quem domina a Eurásia controla os destinos do mundo*” (Almeida, 1994, p. 35).

No que diz respeito à Turquia, de acordo com a concepção de Sykman, ao substituir o termo “Inner crescent” de Mackinder pelo Rimland, define-se com maior precisão a zona costeira (o cinturão protetor do Heartland), onde se localiza a Turquia, destacando-se o papel destas zonas como zonas tampão entre o poder terrestre e o poder marítimo.

Nicholas Spykman considera que a potência marítima reúne melhores condições para, a partir dos oceanos, dominar o *Rimland*, do que as potências terrestres a partir do *Heartland*. Mas é no *Rimland* que, segundo o próprio, a disputa pelo poder mundial se decide. É neste ponto que reside a natureza dualista da doutrina.

A localização do Rimland e a sua importância para conter a expansão soviética (poder soviético) acabaram por definir o papel da Turquia como o baluarte dos Estados Unidos da América (EUA) durante o período da Guerra Fria.

A perspectiva complementar germânica de Karl Haushofer³, idealiza uma Geopolítica que tem como base auxiliar a Alemanha a elaborar as ferramentas necessárias para obter o seu lugar no mundo (Defarges, 2003). De acordo com Haushofer, a geografia política questiona-se sobre a distribuição do poder estadual no espaço e sobre o exercício do poder nesse espaço. Haushofer foi influenciado pela teoria de Mackinder e, em 1940, após o pacto germano-soviético Ribbentrop-Molotov, acreditou que o pesadelo de Mackinder se acabara de realizar: a unificação continental e a exclusão das potências marítimas (Defarges, 2003).

A perspectiva geral de Karl Haushofer traduziu-se no modelo das Pan-Regiões, originando a Pan-América, Pan-Euro-Ásia, Pan-Rússia e Pan-Ásia-Oriental, sendo estas regiões dirigidas por Estados-diretores, nomeadamente, EUA, Alemanha, União Soviética e Japão, respetivamente (Dias C. , 2005).

Por último, consideramos importante abordar a perspectiva de Zbigniew Brzezinski⁴. De acordo com este autor, a Eurásia, região que se estende desde Lisboa a Vladivostok, é considerada como um grande “tabuleiro de xadrez”; o poder que domina esta região pode dominar as mais avançadas e economicamente desenvolvidas regiões do globo. Nesta região vive cerca de 75% da população mundial, que possui a maior parte dos recursos naturais do planeta e onde se encontram a maioria das reservas de energia. Estão localizadas na Eurásia, as seis maiores economias e os seis maiores investidores em armas, a seguir aos EUA, e todos, à exceção de um, com poderres nucleares (Brzezinski, 1997).

³ Nasceu em Munique em 1869, professor da escola alemã de Estado-Maior, doutorado em geografia, geologia e história e foi oficial do Exército (Dias, 2005).

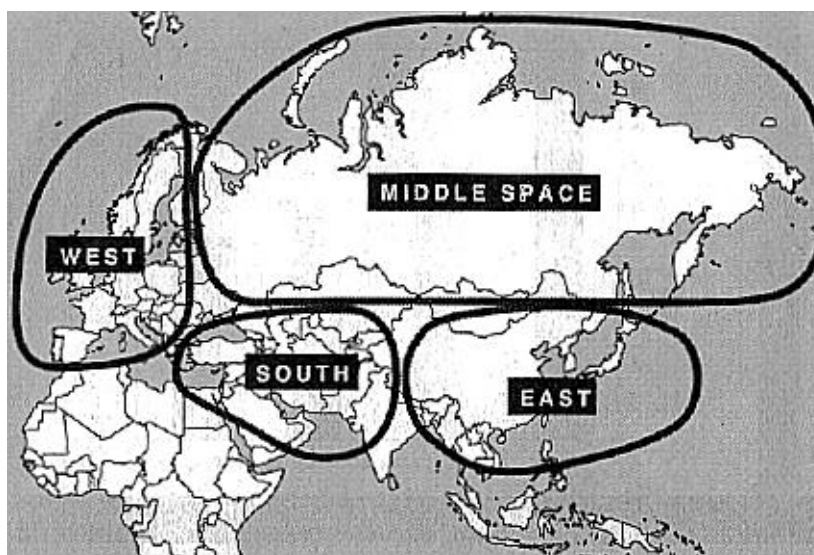
⁴ Brzezinski foi Conselheiro da segurança do presidente dos EUA entre 1977 e 1981, membro fundador do *Council of Foreign Relations* (CFR), perito no *Center for Strategic Studies*

Para Brzezinski, a Turquia localiza-se na zona sul desta grande área e “ está na linha da frente para influenciar o Cáucaso e o Mar Negro, explorando ao máximo a retração do poder russo. Por isso, podemos considerá-la como um jogador geoestratégico” (Brzezinski, 1997, 47).

Considerada como um pivot geopolítico⁵ importante, a Turquia estabiliza a região do Mar Negro, controla o acesso ao Mar Mediterrâneo, equilibra a Rússia na região do Cáucaso e “contraria” o fundamentalismo muçulmano.

O próprio colapso da URSS, também trouxe novas oportunidades geoestratégicas para a Turquia no que concerne ao trânsito de hidrocarbonetos entre o Mar Cáspio e o Mediterrâneo Oriental.

Figura 2 – A Eurásia



Fonte: Brzezinski, 1997, 34.

A Geopolítica é uma disciplina científica que se debruça sobre as políticas desenvolvidas em relação a determinados espaços físicos e humanos, numa perspetiva do poder e da balança mundial de poderes. Como ciência, tem como objeto de estudo as relações recíprocas entre a geografia e a política dos estados e as suas implicações na esfera das relações internacionais. Dada a complexidade do seu objeto requer uma abordagem multidisciplinar que revele as suas diferentes vertentes.

Desta forma, a Geopolítica surge como uma Ciência de carácter multidisciplinar e de acordo com Mendes Dias (2005, p. 59) “auxilia a Política na definição dos seus objetivos e

⁵ Pivô geopolítico são os estados cuja importância não deriva do seu poder e motivação, mas da sua localização e das consequências da potencial condição da forma de pensar como “jogador” estratégico.

contribui para o método estratégico, designadamente na construção de cenários credíveis e sustentáveis". Assim, surgem os fatores geopolíticos como elementos de caráter geográfico diretamente relacionados com o Poder⁶, sendo *“um conjunto de agentes, elementos, condições ou causas de natureza geográfica, suscetíveis de serem operados no levantamento de hipóteses para a construção de modelos dinâmicos de interpretação da realidade, enquanto perspetivação consistente de apoio à Política e à Estratégia”*⁷ (IAEM, 1996, p. 17) .

Passam a influir na aplicação do poder, elementos básicos importantes para a análise geopolítica dos Estados: o fator físico, o fator humano, os recursos naturais, o fator da circulação, o fator tecnológico e o fator das estruturas.

2. Caracterização Geográfica da Turquia

Indissociável da análise histórica, está a análise dos fatores geográficos turcos enquanto “conjunto de agentes, elementos, condições ou causas de natureza geográfica que influenciam a localização e a distribuição de qualquer fenómeno numa determinada área” (IAEM, 1996, p. 28).

2.1 O Fator Físico

i. O território: localização e extensão

A República da Turquia é um estado Euro-asiático, que ocupa toda a península da Anatólia, no extremo ocidental da Ásia até à Trácia Oriental no sudeste da Europa.

Com uma extensão de território de 783 562 km², este país transcontinental localiza-se no sudeste da Europa e no sudoeste da Ásia. Rodeada pelo mar Negro a norte, o mar Mediterrâneo e o Chipre a sul e o mar Egeu a sudoeste-oeste.

Ponto de união entre os dois continentes, a Turquia é detentora de uma posição especial pois “pertence à Europa e à Ásia, ao Cáucaso e ao Médio Oriente, ao mar Negro e ao Mediterrâneo, ao mar Egeu e ao mar de Mármara” (Fernandes, 2005, p. 47).

Essa singular localização, “que coincide com o limite entre dois continentes, constitui um fator de multiplicação das potencialidades do país, em especial quando estudado o seu valor político-estratégico” (Rodrigues, 2009, p. 57).

⁶ “O Poder deve ser entendido como a capacidade de impor ao «outro» a nossa vontade; a capacidade de obrigar o «outro», quer ele queira ou não, mediante a suposição por este, que se não aceita a vontade do primeiro, corre o risco de sofrer sanções eficazes. A eficácia destas é importante e nesta medida há que ter os meios operacionais e operacionalizáveis e há que ter a vontade de os utilizar, de forma a fazer da credibilidade uma regra” (Dias, 2005, p. 219)

⁷ “Estratégia é a ciência/arte de gerar, estruturar e utilizar recursos tangíveis e intangíveis a fim de uma organização atingir objetivos por si estabelecidos, que suscitam ou podem suscitar hostilidade de uma outra vontade/estrutura organizacional” (Dias, 2012, p. 278).

No que respeita à configuração do território, verifica-se uma descontinuidade, com as delimitações territoriais separadas fisicamente pelo mar. O mar de Mármara, o Bósforo e o Dardanelos (que juntos formam os Estreitos Turcos), demarcam a fronteira e separam a parte europeia, a Trácia Oriental (3% do Território) da parte asiática, a Anatólia (97% do Território).⁸

Apresenta uma fronteira terrestre de 2.648 km, com a Grécia e a Bulgária a noroeste e com a Geórgia, Arménia, Irão, Iraque e Síria a Este.

Com uma fronteira marítima de 7.200 km, gozando de uma larga extensão de costa, a Turquia possui vários portos, por onde passa grande parte do comércio externo do país, sendo os principais os de Haydarpaşa, Ambarlı, Izmir e Mersin.

Figura 3 - Posição da Turquia



Fonte: <http://www.insightgeopolitico.com/>

Outro aspeto importante é o da zona de passagem comercial, o estreito do Bósforo e Dardanelos, que estabelece a ligação marítima entre o Ocidente (Europa) com o Médio Oriente e todo o continente asiático.

No âmbito do relevo, o país é bastante montanhoso, apresentando um planalto central designado de planalto de Anatólia e planícies costeiras. A norte destacam-se os montes Pânticos, fronteira com a Geórgia e com a Arménia e a sudeste, a cordilheira do Tauro e do anti-Tauro, sistema montanhoso agreste, de enormes elevações, das quais se destaca o monte Ararat, com 5.166 m, que com uma compartimentação transversal, constitui um separador natural entre o planalto central da Anatólia e a Ásia Menor.

⁸ Istambul é a maior cidade da Turquia e une dois continentes, tratando-se da única cidade do mundo situada em dois continentes.

A nível hidrográfico, a Turquia possui um conjunto de lagos que ocupam cerca de 9.500 km² (lagos Aktas, Tuz e Van). Os rios mais conhecidos são o Eufrates (2 700 km) e o Tigre (1 900 km), que nascem na Anatólia Oriental e desaguam no Golfo Pérsico. É de referir ainda a posse pela Turquia, de cinco represas de irrigação ao longo do rio Eufrates, fundamentalmente destinadas à produção de energia.

A capacidade turca para gerir as principais fontes de água potável, das quais os seus vizinhos do Médio Oriente dependem, confere à Turquia valor acrescentado à sua importância regional.

No âmbito dos recursos naturais disponíveis, nomeadamente dos energéticos, a dependência externa turca é forte, especialmente de gás natural e de petróleo (Fernandes P. N., 2013, p. 21).

A sua localização estratégica, associada à proximidade dos maiores produtores de petróleo e gás natural (mais de 70%), faz da Turquia uma ponte natural de energia, entre os principais produtores do Médio Oriente e da bacia do mar Cáspio e os mercados consumidores (Fernandes P. N., 2013, p. 22).

A Turquia é um significativo importador de energia e um país de trânsito⁹ que, pela sua posição geográfica, se torna num importante apoio para a segurança energética europeia, ao assegurar uma maior variedade de fontes de abastecimento e de rotas.

No domínio das energias renováveis, a Turquia destaca-se com o 7º lugar no *ranking* mundial e o primeiro na Europa de produtores de energia geotérmica. Por forma a atenuar a sua dependência energética, o governo de Ancara tem apostado nesta energia, bem como na energia hidráulica e na nuclear.

ii. Pluralidade de fronteiras e as zonas estratégicas

O desmembramento da Jugoslávia e o da União Soviética deu origem a um conjunto de novos estados, que constituem uma zona tampão entre a Turquia e a Rússia, aliados aos acontecimentos da primeira década de 2000 e com a instabilidade regional, reforçaram a importância geopolítica da Turquia, resultante sobretudo da sua localização geográfica.

A norte, a Turquia domina a margem meridional do Mar Negro; a oeste, domina a Trácia oriental, garantindo o controlo dos estreitos de Dardanelos e do Bósforo e assegurando a ligação entre o Mar Negro e o Mar Egeu; a sul, controla todo o movimento do Mediterrâneo oriental; a este, constitui-se como estado tampão, entre os mundos Russo, Sírio, Iraquiano e

⁹ A Turquia não é apenas importadora de gás natural, é também um país produtor, apesar da sua produção ficar muito aquém das necessidades de consumo (Revés, 2014, p. 45).

Iraniano; e por fim, a sudeste, controla o fluxo de águas potáveis que se dirigem para a Síria e para o Iraque.

Desta forma, a Turquia mantém-se um ator importante para a Segurança do subcontinente europeu no flanco sul, em regiões de elevada instabilidade, tais como os Balcãs, o Cáucaso e o Médio Oriente.

A Turquia, herdeira do Império Otomano, controlou durante séculos a região dos Balcãs, até ser derrotada na Guerra Balcânica de 1913.

Figura 4– As fronteiras da Turquia



Fonte: www.fanack.com

a) Bulgária

A retração do Império Otomano na região balcânica deixou como herança uma larga comunidade muçulmana de origem turca, com a qual a Turquia mantém uma relação muito estreita com expressão em vários estados desta região, nomeadamente na Bulgária, com cerca de 1 milhão de habitantes.

Com uma importante fronteira comum na Trácia (240km), as relações com a Bulgária caracterizaram-se, durante a Guerra Fria, pela desconfiança mútuas, que teve origem no programa para os Balcãs, instituído pelo governo comunista da Bulgária e que provocou o deslocamento maciço dos turcos búlgaros – minoria islâmica da Bulgária, os Pomaks (cerca de 300.000) em direção às origens, na primavera de 1989.

Com a queda do regime comunista, no final de 1989, a Turquia procurou, de imediato, melhorar os laços de segurança com o novo governo, que se materializou pela ratificação de vários acordos mútuos, no âmbito da segurança e de intercâmbio militar.

O Cáucaso constitui uma zona de interesse estratégico para a Turquia, sobretudo o Transcáucaso, que engloba a Arménia, a Geórgia e o Azerbaijão¹⁰ e que fazem fronteira com a Turquia. A importância geopolítica da região, advém da sua riqueza em recursos energéticos e da posição geográfica privilegiada, de união entre os Mar Cáspio e mar Negro, encruzilhada para o transporte de petróleo e gás natural para o Mediterrâneo e a Europa Ocidental.

b) Arménia e Azerbaijão

Apesar da Turquia ter reconhecido o estado da Arménia, logo após a sua independência em 1991, os dois países não conseguiram estabelecer relações diplomáticas e as suas relações têm-se pautado por ressentimentos e rivalidades. As relações são tensas, devido aos massacres perpetrados pelas forças otomanas em 1915, sobre a população arménia, fazendo desaparecer quase por completo a comunidade (Fernandes J. P., 2004).

Na fase final do Império Otomano (1915-1917), os nacionalistas arménios tentaram estabelecer um Estado independente e foram deportados pelo governo otomano, para a Síria. Durante este processo de deslocação forçada da comunidade arménia, ocorreu o extermínio de 100.000 a 200.000 (estimativa turca) a 1,5 milhão (estimativa arménia) de cristãos arménios, por decisão do ministro do interior Otomano – Talat. O governo de Ancara nunca reconheceu o massacre da população arménia como genocídio¹¹, alimentando assim o ressentimento e dificultando a reconciliação. A dificuldade em se reconciliar com este episódio da sua história, mantém viva a ferida, razão pela qual a Arménia continua a exigir reparações financeiras e territoriais.

Por outro lado, a recusa da Arménia em reconhecer o Tratado de Kars¹², para demarcar as fronteiras com a Turquia, as ambições sobre antigos territórios da Arménia, que se situam no atual território da Turquia, com referências ao leste da Turquia como Arménia Ocidental e ao Monte Ararat (território turco) como símbolo oficial do estado Arménio, são

¹⁰ Fronteira com a Arménia (268Km), Azerbaijão (apenas o enclave Nakichevan, com 9 Km) e Geórgia (252Km).

¹¹ Desde os anos 80, surgiram declarações internacionais de reconhecimento político da deportação e dos massacres como crime de genocídio: Assembleia-Geral das Nações Unidas, Parlamento Europeu e 14 Estados Membros da União Europeia.

¹² Assinado em 1921, com a Armênia, Azerbaijão e Geórgia,

interpretadas como provocações, pelos turcos, impedindo qualquer aproximação diplomática (Fernandes J. P., 2005, p. 48).

Outro fator de tensão prende-se com o apoio turco ao Azerbaijão, no conflito do Nagorno-Karabakh, região incluída no Azerbaijão durante e após a era soviética e com uma população de maioria arménia, que teve como consequência o deflagrar do conflito entre azeris e arménios, que culminou com a ocupação do território pelos arménios. Dadas as afinidades culturais, históricas e religiosas com o Azerbaijão, a Turquia apoiou a causa azeri e considerou que a Arménia cometeu uma agressão ao anexar o território.

O cessar-fogo foi alcançado em 1994, graças à intervenção diplomática russa. As forças arménias conservam a região na sua posse e ocupam cerca de 16% do território do Azerbaijão, mantendo a Turquia as suas fronteiras fechadas e impondo um bloqueio económico à Arménia.

c) Geórgia

A Turquia reconheceu a independência da Geórgia, em 16 de dezembro de 1991 e, até ao presente, não foram reiteradas quaisquer reivindicações territoriais sobre as regiões vizinhas da Turquia, cedidas pelo Tratado de Kars (1921), efetuado entre a Rússia bolchevique e os nacionalistas turcos, provavelmente devido à existência, dentro da própria Geórgia, de significativas minorias muçulmanas (cerca de 11% da população do país), localizadas essencialmente na república autónoma da Abkhazia e na região autónoma da Ossétia do Sul (Fernandes J. P., 2005, p. 49).

Embora sem reservas significativas de gás ou petróleo, “a Geórgia é um país indispensável para os planos da Turquia se tornar num *hub* energético e para a sua própria segurança de abastecimento e consequente segurança energética” (Revés, 2014, p. 62). Estrategicamente, a Geórgia desempenha um importante papel nas ambições da Turquia se tornar um centro energético Euro-asiático, porque é a principal via de trânsito para a exportação de hidrocarbonetos. É através da Geórgia que passa o oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan e o gasoduto Baku-Tbilisi-Erzurum, que transporta hidrocarbonetos do Cáspio para os mercados turco e europeu. “Os dois países têm vindo a organizar iniciativas conjuntas, para a promoção da segurança do transporte de energia, que se encontra à mercê de ataques ou de desvios ilegais” (Revés, 2014, p.62).

Para além das questões ideológicas e das relacionadas com a Guerra-Fria, a Turquia tem realizado esforços para resolver os impasses em que está envolvida no Médio Oriente. As

relações turcas com alguns dos Estados que compõem o Médio Oriente (Irão, Iraque e Síria)¹³, têm sido muito influenciadas pela questão curda, transversal ao Iraque, Irão, Síria e Turquia.

d) Os Curdos

Representando cerca de 15,7% da população turca, os Curdos constituem um grupo étnico com origem em várias tribos, algumas provenientes de migrações indo-europeias, que se estabeleceram nas montanhas de Zagros, cadeia montanhosa que ocupa a Turquia, Irão, Iraque e Síria. O território encontra-se implantado no subcontinente asiático, numa região extremamente montanhosa e inóspita, com uma superfície aproximada de 500 000 km² e repartido por quatro países: Turquia (26,9%), Irão (11,83%), Iraque (18,86%) e Síria (8,10%) e uma população estimada em 30 milhões.

Figura 5 – O Curdistão



Fonte: *Le Monde Diplomatique*. <https://mondediplo.com/maps/kurdistanborder/2015>

Apesar da sua grande diversidade linguística e religiosa e de serem um povo sem estado, possuem uma grande identidade étnica.

Após a Primeira Guerra Mundial e através do Tratado de Sévres, o “Curdistão” foi administrado pela Turquia, Irão, Iraque, Síria e União Soviética, ficando definida a atual situação em 1923, através do Tratado de Lausanne. Com cultura, tradições e língua (Kurmanijki) diferentes da turca, os povos curdos da Turquia ambicionam o reconhecimento do estatuto de minoria étnica, que sempre lhes foi negado, ao longo dos últimos 80 anos. A situação é particularmente problemática, pois o estado turco apenas aceita como “minorias”, aqueles grupos que foram definidos como tal, no Tratado de Lausanne de 1923, isto é, os

¹³ Fronteira com o Irão (499 Km), Iraque (352 Km) e com a Síria (822 Km).

cidadãos não-muçulmanos da Turquia, particularmente Judeus, Armênios e Gregos, para os quais foram garantidos alguns direitos especiais. Os membros de minorias étnicas muçulmanas – nomeadamente os curdos – não são aceites enquanto “minorias”, mas como cidadãos normais e de pleno direito da Turquia, aos quais não são concedidos quaisquer privilégios especiais. Como o Tratado restringe a definição de minoria aos nacionais não muçulmanos da Turquia, a maioria dos curdos, seguidora do Islão Sunita, está automaticamente excluída de qualquer proteção.

Os sucessivos governos têm considerado os apoiantes da causa independentista curda como terroristas, mantendo uma política de repressão, de exclusão e de assimilação, que estiveram na origem das sucessivas insurreições perpetradas pela resistência armada do PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão)¹⁴ e que causou cerca de 36 500 mortos e milhões de desalojados.

A Turquia tem, no entanto, feito progressos nas questões dos direitos das minorias, assim como nos direitos culturais, civis e políticos.¹⁵

e) Iraque

A segurança nos territórios do “Curdistão”, que a Turquia e o Iraque partilham, continua a constituir uma das preocupações em relação ao Iraque, razão pela qual o governo turco tem resistido a qualquer ação internacional, no sentido do seu desmembramento, que possa inspirar um Estado curdo independente e pôr em risco o *status quo* regional.

Antes da Guerra do Golfo de 1990 – 91, as relações da Turquia com o Iraque foram delineadas pelos interesses comerciais, principalmente pelo transporte e utilização de diversos recursos energéticos iraquianos.

Mas após o alinhamento da Turquia, à oposição internacional, contra o regime de Saddam e, principalmente, após a invasão liderada pelos EUA, em março de 2003, as relações entre os dois países complicaram-se e diversos dilemas passaram a permear as ações da Turquia em relação ao seu vizinho.

As guerras no Iraque, em 1991 e 2003, obrigaram ao envolvimento da Turquia na região, sobretudo com o ressurgimento da questão Curda.

¹⁴ Criado em 1978, o PKK (*Parti Karkerani Kurdistan* ou *Partido dos Trabalhadores do Curdistão*) iniciou a sua luta armada em 1984, após um período preparatório que incluiu numerosos homicídios e ataques, tendo como objetivo o estabelecimento, através da luta armada, de um Curdistão independente, dentro das fronteiras turcas (Alexander, Yonah et al, 2008, p. 129)

¹⁵ As reformas introduzidas pelo processo de adesão à EU, permitiram alguns progressos como a transmissão televisiva e o ensino em língua curda, o que representa um avanço em relação ao sentimento anti-curdo e às proibições em relação à cultura curda, que existiram até recentemente.

Em 1991, Saddam Hussein perdeu o controlo da região curda e meio milhão de curdos iraquianos fugiram para a fronteira com a Turquia, criando ao país um grave problema de refugiados. Esta crise trouxe jurisdição internacional à região, que ficou sobre a proteção dos EUA e das Nações Unidas, criando uma região autónoma curda, onde as rivalidades entre as várias fações se intensificaram. O início dos anos 90 ficou marcado por mais uma ação militar das tropas turcas na região curda, de modo a combaterem o PKK que conseguira infiltrar-se novamente na região.

Os ataques do PKK, em 2007 e 2008, originaram uma resposta da Turquia que, desta vez, não foi só militar. Fizeram uma incursão militar, mas tiveram preocupações de diplomacia, informando os governos iraquiano e curdo da intenção de o fazer. Dialogaram e obtiveram acordo, demonstrando respeito pela soberania do país.

f) Irão

Embora não existam litígios territoriais entre o Irão e a Turquia, historicamente sempre foram rivais e não parceiros muito próximos. Apesar de partilharem certos interesses económicos e de segurança, têm identidades políticas e ideologias fundamentalmente diferentes.

Os atritos poderão ocorrer devido à disputa político-estratégica sobre a influência no Médio Oriente, na Ásia Central e no Cáucaso, onde os interesses políticos e económicos de ambos colidem. Ambos competem pelo trânsito do gás e petróleo do Cáucaso e da Ásia Central e pela ambição de influenciar os novos estados da região (Fernandes J. P., 2005)

A cooperação turco-iraniana tem-se intensificado na última década, devido à necessidade energética da Turquia e pelos vastos recursos de petróleo e gás natural do Irão. Este país é o segundo maior fornecedor de gás natural da Turquia, atrás da Rússia, e uma importante fonte de petróleo bruto.

g) Síria

As relações diplomáticas com a Síria há muito que se mantêm tensas, com origem em diferendos territoriais e hídricos.

Relativamente à questão territorial, a Síria nunca abandonou a pretensão de recuperar a soberania perdida em 1939, da atual província turca de Hatay, que inclui a cidade de Iskenderun ou Antioquia. A disputa remonta ao período em que a França, como poder colonial na Síria entre 1920 e 1941, cedeu a região, de minoria árabe, em 1938 à Turquia, após um disputado plebiscito e em clara violação do mandato da Sociedade das Nações.

Relativamente à questão da água, elemento geoestratégico vital para o Médio Oriente, o controlo hídrico do Rio Eufrates e do Tigre, pela Turquia, exercem influência nas relações com os vizinhos Iraque e principalmente com a Síria.¹⁶ Quer o Iraque, quer a Síria, contestam a diminuição unilateral dos caudais dos rios Tigre e Eufrates e os planos de irrigação das províncias do território turco, junto à sua fronteira, que levam a seca e águas poluídas ao seu território.

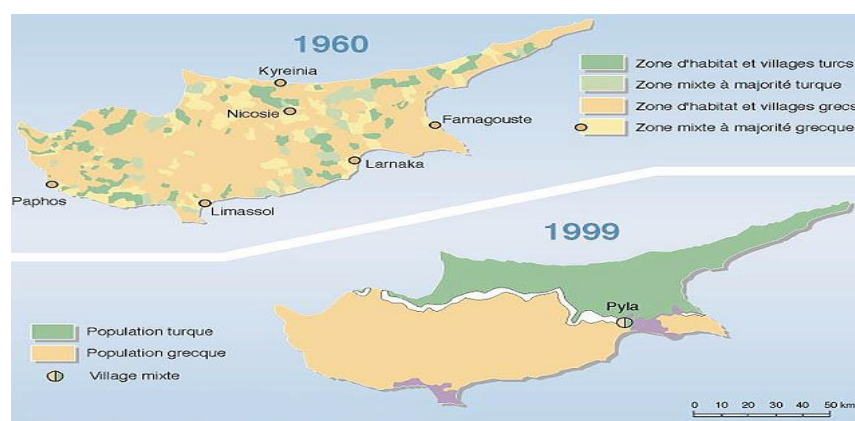
Aliado a estas duas questões está também o apoio que a Síria terá dado a movimentos rebeldes curdos (PKK), que conduziram a operações contra o Estado turco a partir do Vale de Bekaa.

h) Grécia

As rivalidades entre os gregos e turcos remontam ao processo de formação do estado da Grécia, através da luta contra o Império Otomano. Por outro lado, a criação do Estado Turco está associada à expulsão de tropas gregas da Anatólia, por Atatürk, durante a Guerra da Independência, na década de 1920, e à troca de populações implementada entre 1923 e 1924. Assim, as tensões estão parcialmente associadas à identidade nacional dos dois estados e à mútua imagem negativa, o que dificulta a solução dos conflitos.

As questões entre a Grécia e a Turquia, relativas à divisão de Chipre e à delimitação das águas territoriais no Mar Egeu, continuam em aberto, embora as tensões se tenham atenuado nos últimos anos, através do reforço de relações bilaterais, de acordos com benefícios mútuos, em áreas que vão desde o comércio à energia, passando pela proteção ambiental e luta contra o crime organizado.

Figura 6 - Chipre



Fonte: *Le Monde Diplomatique*. <http://www.monde-diplomatique.fr/cartes/chypremdv49> 2016

¹⁶ O gigantesco projeto hidroelétrico do sudeste da Anatólia, pode ameaçar o normal fluxo de água potável para a Síria.

O Chipre é uma pequena ilha localizada no Mediterrâneo Oriental, com uma extensão de 9.251Km² dividida entre os cipriotas gregos e cipriotas turcos. O país é de importância fundamental para a segurança territorial e económica (transporte de energia) da Turquia.

As an ancient Ottoman territory, Cyprus has historical significance for Turkey. There is thus a sense of national solidarity towards the Turkish Cypriots, similar to that felt towards other Turkish populations previously under Ottoman rule. Turkish presence on the island symbolizes and guarantees the upholding of Turkish interests, which are predominantly of strategic value. Only 40 nautical miles away from AOTANlian coasts, the extension of the Karpaz peninsula offers Cyprus the possibility of blocking the exit from the gulf of Iskenderun and thus threatens Turkey's naval maneuverability [...] Beyond this rhetoric, the strategic significance of Cyprus seems to currently lie in the fact that it is basically a "stationary aircraft carrier" (Suvarierol, 2003, p. 56).

Na origem do conflito, Fernandes afirma que:

Neste intrincado conflito, as suas raízes mais remotas podem-se datar da invasão e conquista otomana da ilha, em finais do século XVI (1578), e da posterior subjugação das populações gregas ortodoxas que a habitavam. Quanto à sua génese mais próxima, data do final do século XIX (1878), quando, após o Congresso de Berlim que reuniu para tentar regular mais uma "crise do Oriente", os britânicos ficaram com a administração da ilha (embora esta, teoricamente, continuasse sob soberania otomana). Posteriormente, durante a primeira Guerra Mundial os britânicos invadiram e ocuparam a ilha, sendo a sua integração no Império Britânico reconhecida pela Turquia, no Tratado de Lausanne (1923) (Fernandes J. P., 2005, p. 155).

O Chipre passou a preocupar a Turquia a partir da década de 50 do Século XX, com a intensificação das aspirações dos cipriotas gregos pela união com a Grécia e com a intenção do governo britânico de abandonar o controlo sobre a ilha. Em 1960, o Chipre conquista a independência do Reino Unido, logo após o Acordo de Zurique¹⁷, conseguindo um equilíbrio entre as comunidades grega e turca. Todavia, as alterações constitucionais propostas pelo presidente Makarios III¹⁸, que reduziria o *status* da comunidade turca cipriota a minoria, perdendo a condição de igualdade com a comunidade grega, levou a Turquia a ameaçar intervir para conter a violência anti turca.

Em 1974, a situação agudizou-se com a deposição de Makarios por uma junta militar cipriota grega, apoiada por Atenas e a sua substituição por Nicos Samson (extremista pró-união com a Grécia), o que levou à invasão turca, com o objetivo de garantir os direitos dos cipriotas turcos. Esta invasão resultou na divisão da ilha e na delimitação das partes do conflito pela linha de "Átila", que separa os dois grupos étnicos-religiosos. Em 1983, a parte

¹⁷ Assinado a 11 de fevereiro de 1959, entre o Reino Unido, Grécia e Turquia sobre os princípios fundadores da República do Chipre.

¹⁸ Michail Kristodoulos Mouskus (Makarios III), Arcebispo da Igreja Ortodoxa Grega, Presidente da República do Chipre.

turca cipriota do Chipre declarou-se estado independente - República Turca do Norte do Chipre.

Com a entrada da Grécia na CEE, em 1981 e com a adesão do Chipre à UE, esta questão tornou-se mais sensível para a Turquia. Tendo a percepção de que a exclusão da Turquia, na Cimeira do Luxemburgo, conduziu ao endurecimento da política turca em relação ao Chipre, o Conselho Europeu de Helsínquia (1999) considerou a Turquia como um candidato oficial a integrar a UE. Contudo, as decisões da Cimeira de Helsínquia foram ambíguas para a Turquia porque, se por um lado a resolução da questão do Chipre não é uma pré-condição para a entrada na UE, por outro, os estados-membros esperam que se encontre uma solução para a questão do Chipre. Logo, este será um assunto *sine qua non* para a adesão da Turquia (Suvarierol, 2003).

Para Suvarierol, o dilema da Turquia resume-se a manter a sua estratégia de não cooperar com a resolução do conflito no Chipre (arriscando as negociações de adesão à UE) ou renunciar aos seus direitos em troca da entrada na UE, mesmo não sendo garantia de aceitação da Turquia na UE, mas apenas uma melhoria das relações com a Grécia e com a UE.

A divisão entre as duas fações cipriotas podia ter ficado resolvida no referendo de 24 de abril de 2004, no entanto, os cipriotas gregos votaram contra o plano de paz, proposto pelas Nações Unidas, que vinha a ser negociado por ambas as fações há vários anos.

Na cimeira de Helsínquia, a UE considerou um pré-requisito para que a Turquia se tornasse membro, a resolução das disputas territoriais com a Grécia (a questão dos limites das águas territoriais, a extensão do espaço aéreo grego e na delimitação da plataforma continental). De acordo com os critérios do Tratado de Lausanne, a Turquia aplicou o princípio das três milhas náuticas à delimitação do seu território marítimo, passando a extensão a ser de 12 milhas náuticas no Mediterrâneo e no Mar Negro, a partir de 1964. Por causa desta extensão territorial turca em 1964, surgiram disputas do território marítimo entre a Turquia e a Grécia, tendo esta última reclamado que este aumento interferia com os seus direitos de pesca.

Nos anos 70, a Grécia demonstra intenção de aumentar as águas territoriais para 12 milhas náuticas, com base na Conferência das Nações Unidas do Direito do Mar. A entrada em vigor desta convenção, em 1994, levou a que as disputas se intensificassem. Embora as intenções da Grécia não tenham passado disso mesmo, a Turquia considera esta pretensão inaceitável e sempre disse que usaria todos os meios, se necessário bélicos, para garantir a sua segurança.

No que respeita ao espaço aéreo, desde 1931 que a Grécia considera que o mesmo se estende a 10 milhas náuticas (e não a 6), o que é objetado pela Turquia com base em documentos internacionais (Convenção de Paris 1919, Convenção de Chicago de 1944 e a Convenção das Nações Unidas do Direito do Mar, 1958).

Como resposta, a Turquia não tem respeitado as pretensões gregas, tendo vindo a exigir uma Zona Económica Exclusiva (ZEE), em contraponto com a Grécia.

Separado das forças militares turcas da OTAN, a Turquia mantém o “Exército do Egeu”, ostensivamente para defesa das áreas costeiras do Sudoeste e como resposta à militarização grega das suas ilhas, ação que, alegadamente e segundo a Turquia, viola o Tratado de Lausanne de 1923.

Figura 7 - Disputa no Mar Egeu



Fonte: <http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/cy.html> (15.04.2015)

2.2 Factor humano

iii. Demografia

De acordo com Rodrigues, a Turquia é considerada uma média potência demográfica, com uma população de cerca de 77,6 milhões, em 2015 (Eurostat, 2015), sendo ultrapassada em termos populacionais, na região, pela Rússia, que em 2013, contava com uma população de 143,3 milhões de pessoas (Rodrigues, 2009, pp. 60-61). O Instituto de Estatística da Turquia (Turkstat) prevê um aumento demográfico da população turca nos próximos anos, para os 82 milhões de habitantes em 2020.

A distribuição populacional, demonstra uma concentração a oeste e a noroeste, no prolongamento de Istambul até Ancara. As maiores cidades do país são Ancara, a capital, Izmir e Istambul, a cidade mais populosa, com 12,7 milhões de habitantes (Turkstat, 2015).

Em termos de estrutura populacional, de acordo com os dados do Eurostat, a população turca encontra-se concentrada na faixa etária de 15 a 64 anos, com 67,1%¹⁹, e uma taxa de alfabetização de 87,4%.

Ao nível da composição étnica, verificamos a existência de 76% de turcos, 15,7% de curdos e 8,3% de outros tipos (Zazas árabes e Yörüke assírios oriundos do leste e sudeste).

iv. Etnografia

A Turquia é um mosaico de diferentes identidades, incluindo religiosas, étnicas e linguísticas.

No que concerne aos direitos das minorias, a Turquia argumenta que as minorias nacionais são aquelas que são reconhecidas por tratados internacionais. Sob o quadro do Tratado de Lausanne de 1923, o conceito de minorias foi definido como "não-muçulmanos", isto é, só são reconhecidas oficialmente as minorias constantes no Tratado de Lausanne: gregos, arménios e judeus. Isso significa que outros grupos não-muçulmanos e minorias étnicas, como os alevitas, assírios, circassianos, curdos e ciganos não são oficialmente reconhecidos, limitando o exercício de alguns direitos políticos e culturais por parte destes (Nigar Karimova, 2001).

A questão curda é, naturalmente, o principal problema das minorias na Turquia. Apesar de a comunidade curda totalizar cerca de 13 milhões, 20% da população da Turquia, a Constituição não reconhece esta comunidade como uma minoria nacional, étnica ou linguística, dado que não estava reconhecida no Tratado de Lausanne (<http://minorityrights.org>, 2016).

A língua curda é permitida apenas na comunicação não política, enquanto os debates políticos devem ser realizados em turco. Considerando que não há impedimentos legais à participação dos curdos nos assuntos políticos e económicos, aqueles que publicamente afirmem a sua identidade étnica correm o risco de serem assediados ou processados (Nigar Karimova, 2001).

A minoria grega foi uma das mais importantes, no período otomano, mas em 1995, estimava-se que o número de gregos não ultrapassava 20 000. O número de arménios turcos ronda os 40 000, grande parte residente em Istambul, onde formam uma comunidade próspera.

¹⁹ Com 26,6% da população na faixa etária de zero a 15 anos e de 6,3% para a população com mais de 64 anos, o que faz da Turquia um país muito jovem.

v. Identidade religiosa

O Islão é a religião dominante na República da Turquia, com cerca de 99% de muçulmanos.

A República da Turquia foi fundada sobre uma constituição estritamente secular, que proíbe a influência de qualquer religião, incluindo o Islão. O papel da religião tem originado alguma controvérsia, especialmente com o surgimento dos primeiros partidos islamitas, que levantam questões sensíveis e polémicas, nomeadamente, a proibição de algumas peças de vestuário em escolas, universidades e edifícios públicos, como o hijab (lenço ou peça de pano para cobrir a cabeça das mulheres), que os setores mais fiéis ao kemalismo veem como símbolos muçulmanos. Ao contrário do que se passa na generalidade de outros países islâmicos, as forças políticas mais tradicionalistas e conservadoras da Turquia são fortemente laicas.

“Sendo a única democracia muçulmana e secular, solidamente ancorada ao Ocidente, a Turquia representa a antítese do fundamentalismo religioso do Médio Oriente.” (Müftüler-Bac, 1997). Enquanto república secular, pode agir como modelo para outras sociedades muçulmanas com aspirações democráticas, funcionando como um agente de *soft power* para a região. Aqui talvez possa retirar algumas conclusões de como a EU pode ser na relação com a Turquia esse fator de exercício de soft power, para a democratização, direitos humanos, etc.

A separação entre religião e Estado é amplamente aceite na vida política da Turquia e as suas raízes são profundas, à semelhança do que acontece na maioria dos Estados Europeus.

O secularismo turco, ao contrário do secularismo francês ou americano, não pretende uma separação, mas antes o controlo da religião²⁰ e a sua exclusão do domínio público. O laicismo turco significa então, a contenção da religião na esfera privada e a sua completa ausência na vida pública²¹.

Enquanto no Império Otomano o poder político e religioso era muitas vezes confundido, a revolução kemalista levou a que qualquer fundamentalismo fosse considerado como um perigo para a própria República. Para Atatürk, um estado teocrático islâmico como forma de governo, estava obrigado a encarar os poderes cristãos como infiéis e de acordo com a crença islâmica, em estado de guerra permanente entre crentes e infiéis. Ao optar pelo

²⁰ O Estado turco organiza e controla totalmente a comunidade dos crentes: os 72000 imãs da Turquia, são funcionários do Estado e cujas tarefas hebdomadárias são escritas pelos funcionários do Ministério dos Assuntos Religiosos.

²¹ O uso do véu é proibido, não só em estabelecimentos escolares e nas administrações, mas também nas universidades, contrariamente ao que se passa, por exemplo, em França.

sistema de governo democrático e ao diluir a ideia do Estado como protetor do Islão, o novo Estado turco acabava com séculos de hostilidades e estabelecia as fundações para relações pacíficas com os estados cristãos ocidentais (Nonneman, 2005).

O modelo de Estado laico, estabelecido em 1923, promoveu o controlo e domínio absolutos da religião pelo Estado e embora não tenha sido banido com a revolução, o islamismo foi marginalizado pelo Estado e a religiosidade associada a uma mentalidade retrógrada, que só a população tradicional manteve viva.

As Forças Armadas, como guardiãs fundamentalistas da ideologia de Atatürk, suprimiram qualquer forma de poder religioso organizado ou o seu envolvimento na vida política. Contudo, a grande maioria da população turca, que não partilhou os laços e a influência pró-Occidente das elites de Atatürk, soube manter a sua religiosidade e o orgulho da herança otomana, conquanto cidadãos leais à nova república.

O fato da religião ter sido tão controlada e circunscrita pelo Estado, sobretudo num país muçulmano, levou ao seu renascimento de forma gradual. Ao optar pela acomodação, a Turquia procura assumir-se perante a comunidade internacional como um Estado democrático, secular, com uma população maioritariamente muçulmana, onde prevalece o Estado de direito.

2.3 Estruturas Políticas

A República da Turquia foi criada a 29 de outubro de 1923, decorrente da desagregação do Império Otomano, após o final da Primeira Guerra Mundial.

Ao criar a Turquia moderna, *Atatürk* implementou um Estado Laico, aplicando o princípio de separação da religião do Estado. O novo país, criado em torno da ideologia do nacionalismo que sublinhava o orgulho em se ser turco, fez com que as minorias existentes no território fossem segregadas, numa tentativa de homogeneização populacional e cultural. A sua ideologia e reformas, que ficaram conhecidas por *Kemalismo*, são ainda hoje a pedra basilar do estado turco e continuam a polarizar, tanto a vida política como a sociedade.

A República da Turquia é membro fundador da Organização das Nações Unidas (ONU), no contexto do pós Segunda Guerra Mundial; é membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), desde 1952; membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), desde 1961; da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), desde 1973; da Agência Internacional de Energia (AIE) e da

Organização da Conferência Islâmica (OCI), desde 1969 e do G-20, integrando o grupo das 20 maiores economias mundiais.

É uma democracia representativa parlamentar laica, com uma Constituição²² delimitadora do seu quadro jurídico e fonte dos seus princípios políticos, de separação dos poderes legislativo, executivo e judicial e garantia de um Estado unitário centralizado.

A sua soberania é exercida através de um Primeiro-Ministro, do Conselho de Estado e de um parlamento unicameral, a Grande Assembleia Nacional, representando o poder executivo e legislativo, respetivamente (CIA, 2016).

O Presidente da República²³ é o Chefe de Estado, com um papel fundamentalmente representativo e de garantia da unidade do Estado. É o comandante supremo das forças armadas, em nome do parlamento (Grande Assembleia Nacional) e tem o poder de dissolver o parlamento e convocar eleições. O presidente é eleito por sufrágio para um mandato de cinco anos.

O poder executivo é exercido pelo governo, liderado pelo primeiro-ministro²⁴, que preside ao Conselho de Ministros. O primeiro-ministro é eleito pelo parlamento, por um voto de confiança no governo. Na maioria das vezes, é o líder do partido que tem a maioria de assentos parlamentares.

O poder legislativo é exercido pela Grande Assembleia Nacional da Turquia, com 550 deputados, eleitos para mandatos de quatro anos, em listas partidárias de representação proporcional, uma por cada um dos 85 círculos eleitorais. Estes círculos representam as 81 províncias administrativas da Turquia.

O poder judiciário é independente do poder executivo e legislativo. O Tribunal Constitucional pronuncia-se sobre a conformidade das leis e decretos, com a constituição. O Supremo Tribunal é o tribunal de última instância, para julgar todos os processos, exceto os administrativos, cuja instância superior é o Conselho de Estado.

A segurança nacional turca é garantida pelas suas Forças Armadas, diretamente subordinadas ao Presidente da República como comandante supremo, sendo o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas responsável perante o primeiro-ministro do seu exercício (CIA, 2016).

²² Constituição de 1982 ratificada a 7 de novembro do mesmo ano, tendo sido feita a última revisão a 12 de setembro de 2010 (CIA, 2016).

²³ O atual presidente da república é Recep Tayyip Erdoğan.

²⁴ O atual primeiro-ministro é, desde maio de 2016, Binali Yıldırım, que pertence ao mesmo partido de Recep Tayyip Erdoğan, o Justiça e Desenvolvimento (AKP).

2.4 O Fator Militar

As Forças Armadas Turcas (FAT) constituem uma instituição altamente respeitada pela sociedade Turca.

Desde a fundação da República da Turquia, em 1923, por Mustafa Kemal Atatürk, que os militares sempre se assumiram como os “guardiães” da República e da laicidade do país herdeiro do Império Otomano. Os generais veem o secularismo e o nacionalismo turco, como uma via para a criação de uma identidade nacional, para uma integração unitária nacional, para a manutenção da homogeneidade. Os militares são extremamente sensíveis à questão do secularismo, uma vez que o consideram como um princípio orientador da construção do estado moderno.

As Forças Armadas Turcas iniciaram um processo de reorganização no final dos anos 80. Além de contribuir com os interesses nacionais turcos em tempo de paz, as FAT têm realizado algumas missões contra os fatores de risco que vão desde o terrorismo internacional até aos ataques cibernéticos e ameaças de mísseis balísticos intercontinentais na defesa do país. Além disso, como pré-requisito do conceito de segurança estratégica além dos limites, as FAT colaboram com formação militar e acordos de cooperação com outras nações, fornece apoio militar e coopera com os seus vizinhos regionais no estabelecimento de medidas de fortalecimento de confiança e segurança, além de participar ativamente em organizações internacionais no controle de armamento. Com o objetivo de contribuir para a paz mundial, proporcionando segurança regional e internacional, as FAT têm desempenhado um papel ativo no apoio às operações de paz.

Além disso, as FAT continuam a fortalecer a sua posição entre os melhores exércitos mundiais, sobretudo pela sua capacidade de realizar operações de elevada complexidade sob a bandeira da OTAN nos cantos mais delicados do mundo.

O Presidente da República é o Comandante Supremo das Forças Armadas. O Primeiro –Ministro e o Governo são responsáveis pela segurança nacional e proporcionam as condições para a prontidão das forças, de modo a garantirem a defesa do país. Em tempo de guerra, o Chefe do Estado-maior General das Forças Armadas, por delegação do Presidente da República, assume o Comando das Forças, incluindo a “*Gendarmerie*” e a Guarda Costeira.

Assim, cabe ao Ministro da Defesa satisfazer as necessidades das Forças Armadas, dentro da política de defesa aprovada e as diretrizes do Estado-Maior General das Forças Armadas e ao Ministro do Interior, cabe-lhe estabelecer a defesa civil e coordenar com as Forças Armadas a utilização de unidades militares para a persecução desse objetivo.

A Turquia tem o maior efetivo militar na Europa e o segundo maior na OTAN, com forças bem equipadas, capazes de uma rápida preparação e tecnologicamente avançadas. O tamanho e a configuração das Forças Armadas turcas, com especial relevância das suas forças terrestres, são um reflexo da sua posição geoestratégica, no cruzamento entre o Médio Oriente, o Cáucaso e a Europa.

O fator militar será objeto de uma análise mais profunda e detalhada no capítulo V.

3. Enquadramento Histórico

Analisando a História, podemos assumir que as origens do povo turco remontam, na realidade, à origem da humanidade. Contudo, a relevância particular aqui exposta será sobretudo a partir do século XIX até aos nossos dias e prende-se com o facto de se querer compreender porque, atualmente, a Turquia se pretende afirmar face à Europa e ao resto do mundo como líder regional.

Não podemos descurar a relação passada (entres otomanos e turcos) com o Ocidente, bem como com as regiões vizinhas do Médio Oriente, Cáucaso e Ásia Central. Desta forma, será apropriada a exposição de um enquadramento histórico sobre o Império Otomano e a Turquia, e a relação deste com o Ocidente. Salientaremos os principais factos, nos dois últimos séculos, que distinguiram os Otomanos dos /Turcos e tentaremos fazer perceber se a abertura destes ao Ocidente (atualmente) é assumidamente uma predisposição enraizada na própria sociedade ou se ainda prevalece uma atração para outras regiões, como o Médio Oriente e o Mundo Islâmico.

Analisemos então, nas suas grandes linhas, a forma como decorreu esse relacionamento, desde o Império Otomano até aos nossos dias.

Foi a partir do século XIV, e quase durante três séculos, que o Império Otomano se caracterizou por uma forte expansão e consolidação territorial face ao Ocidente, estendendo-se também para Oriente, abarcando desde o Irão até grande parte do Golfo Pérsico. Contudo, apesar de não ser possível definir com exatidão o acontecimento que marcou o declínio do Império Otomano, será possível arriscar que tal aconteceu entre o século XVIII e XIX. É primordial ressaltar a contínua perda de territórios e o conseqüente início do desmembramento do Império, pois são estes acontecimentos que irão engendrar uma mudança

na política externa, levando à adoção de uma estratégia mais defensiva, iniciando a reciprocidade diplomática e procurando a integração com o Sistema de Estados Europeus.²⁵

O século XIX foi caracterizado por uma série de acontecimentos que levaram, lentamente, à desintegração do Império Otomano²⁶. Tal desintegração levaria a um conjunto de consequências terríveis, não sendo esta situação ansiada pelas potências europeias, nomeadamente pela Rússia. Estes, apesar de considerarem importante a paz na Europa, muitas vezes agiram em prol de interesses, levando a que lutassem contra ou ao lado dos Otomanos. Também face à derrota dos turcos frente aos egípcios, a Rússia aceitou o apoio dos turcos, exigindo que estes combatessem a influência francesa e britânica no Império Otomano.

Outra potência que zelará por cimentar uma aliança com os turcos, sobretudo face à influência russa, será a Inglaterra. Estes conseguiram uma posição comercial importante junto do Império Otomano²⁷, prevalecendo até 1880. Também a nível militar, os otomanos beneficiaram do apoio dos britânicos em dois grandes acontecimentos: o Congresso de Berlim e a Guerra da Crimeia. Esta última, a par com o Tratado de Paris (1856), coloca um fim ao conflito. Este tratado trouxe consequências para o Império Otomano, pois obrigava a incluí-lo no Concerto Europeu, levando a que todas as potências europeias zelassem pela integridade do Império. Tentava-se assim evitar, vindo do Oriente, possíveis ofensivas sobre o Mediterrâneo, nomeadamente por parte da Rússia (que mantinha pretensões claras de avanço no Mar Negro).

A crise do Oriente, em 1875, deixa clara a fragilidade das relações entre a Rússia e as outras potências europeias no que concerne ao Império Otomano. Deflagra um novo conflito entre estes e os russos, que só veria a sua resolução através do Tratado de S. Stefano²⁸.

Quanto aos britânicos, e apesar do crescente manifesto anti turco, mantinham como objetivo primordial zelar pela continuidade do Império Otomano, de forma a bloquear a Rússia no acesso ao Mediterrâneo. Foi precisamente com o Congresso de Berlim, em 1878²⁹,

²⁵ Também designado de Equilíbrio de Poder na Europa é um conceito nas Relações Internacionais que se aplica historicamente e, atualmente, aos países do continente europeu.

²⁶ M. S. Anderson, *The Eastern Question*, London, MacMillan Press, pp. 53-259

²⁷ W. Hale, *Turkish Foreign Policy*, London, Frank Cass Publishers, 2009, p. 25.

²⁸ Neste estabelecia-se uma Bulgária com um grande território, Roménia, Sérvia e Montenegro obtinham a independência, Bósnia e Herzegovina seriam autónomas, e um novo tratado entre russos e otomanos iria regular os Estreitos.

²⁹ Reduziu o tamanho da Bulgária, uma exigência britânica suportada pelos austríacos, que em troca, receberam a Bósnia e a Herzegovina. A Bulgária passaria a Estado autónomo governado por um príncipe cristão. Sérvia, Roménia e Montenegro mantiveram a independência. A Rumélia do Leste continuaria sobre domínio otomano, mas com um governador cristão. Os britânicos ocupariam ainda Chipre, que continuaria debaixo da soberania turca. *Ibid.*, pp. 210-219.

que se altera significativamente o conteúdo do Tratado de S. Stefano, que mais uma vez os britânicos zelariam pela continuidade dos otomanos e se afirmariam no Oriente. De uma forma geral e apesar de já terem sido levadas a cabo reformas a vários níveis, os otomanos passavam grandes dificuldades financeiras, deficiência na modernização de vários setores e estruturas, levando a que contraíssem empréstimos à França e à Grã-Bretanha. Apesar de, anteriormente, estes terem privado o Império de obter receitas importantes no que tocava às taxas alfandegárias, foram estes que primeiramente zelaram pela sua estabilidade financeira, tendo sido a França um dos grandes financiadores do Canal do Suez (inaugurado em 1869). Foram as mesmas potências europeias que jogaram com o futuro do Império otomano, que com as suas ambiguidades contribuíram, em larga escala, para o seu desmembramento. Foi à conta do interesse destas potências em controlar a expansão russa no Ocidente que o Império Otomano conseguiu, de alguma forma, prolongar no tempo o seu império.

Durante o reinado de Abdul Hamid II (1876-1909), a atuação externa a par com as potências europeias, por parte do Império, sofreu alterações significativas. O Império Otomano afasta-se dos britânicos. Estes, apesar de continuarem interessados em controlar as investidas russas em direção ao Mediterrâneo, tinham maior interesse pelo Egito, sobretudo após adquirirem o Canal do Suez, que facilitava e assegurava as ligações entre a Grã-Bretanha e as suas possessões no Oriente, passando para segundo plano a ligação por terra ao Mar Vermelho, bem como a utilização dos Estreitos.

O interesse britânico no Império Otomano já não era primordial, levando a que estes apoiassem a questão nacionalista arménia³⁰ e a revolta da Macedónia³¹, contrária aos Otomanos. A Rússia também inverte a posição, granjeando um interesse maior pelo Oriente, passando para segundo plano qualquer conflito otomano.

Em compensação do afastamento britânico, surge o apoio alemão, que se mantém até 1918. Os alemães investem significativamente em vários setores, assumindo o Império Otomano como um parceiro económico importante. Contudo, era a Grã-Bretanha que

³⁰ Na questão nacionalista da Arménia, a posição das potências europeias não era uniforme. Os Russos, que também detinham arménios no seu território, eram contra qualquer emancipação, pois teriam problemas semelhantes. Os Britânicos apoiavam os arménios, mas de uma forma velada, não tendo sido feito nada de concreto para os auxiliar. M. S. Anderson, *The Eastern Question*, London, MacMillan Press, 1972, p. 254.

³¹ A Macedónia detinha grandes minorias étnicas e religiosas e porções de território disputadas pela Sérvia e Grécia. Em 1890, a rivalidade na região aumentou consideravelmente, atraindo a atenção das potências europeias. No entanto, russos, alemães e austríacos, não mostravam nenhuma simpatia por uma Macedónia autónoma. A Grã-Bretanha detinha uma posição mais liberal. As propostas para melhorar a posição da Macedónia, levadas a cabo principalmente pelos britânicos, não tinham o apoio do Império Austro-Húngaro nem da Alemanha. *Ibid.*, pp. 271-272.

mantinha a maior parceria económica e os franceses os detentores da maior parte da dívida do Império.

O seu enfraquecimento leva ao fortalecimento do nacionalismo balcânico, que irá contribuir para o deflagrar da Primeira e Segunda Guerra Balcânicas, assim como dará origem ao despoletar da 1ª Guerra Mundial (1914-1918) e ameaçará o Império Austro-húngaro.

É de salientar o facto de os turcos, nos meses que precederam à Primeira Guerra Mundial, terem tentado uma maior aproximação às diversas potências europeias, mas sem sucesso. Entre 1918 até à proclamação da República da Turquia, em 1923, esta viu o seu território ameaçado face à pretensão das potências vencedoras de o dividirem, tendo sido, entretanto, elaborado o Tratado de Sévres, onde constariam todos os princípios para a divisão do território. O facto de não se prever uma divisão pacífica e as potências interessadas estarem bastante fragilizadas em termos militares, levou a que o movimento nacionalista de resistência liderado por Atatürk³², fizesse com que as potências vitoriosas da Primeira Guerra Mundial reconhecessem o Estado Turco, abalando qualquer pretensão britânica. Como salvaguarda, os turcos assinam um tratado de amizade com a Rússia, que tratará de os abastecer com material de guerra e quantias avultadas de dinheiro. Ficavam assim livres de qualquer conflito por parte dos russos e, desta forma, os turcos podiam focar-se nas suas disputas contra os gregos, na Anatólia e contra os britânicos, nos Estreitos. Estas disputas cessariam com um armistício em outubro de 1922, em Lausanne, onde foram delimitadas as fronteiras entre a Grécia e a Turquia e se estabeleceram novas políticas nos Estreitos, terminam as capitulações permitindo também a criação de acordos para a troca de populações.

A partir da assinatura do Tratado de Lausanne, a Turquia dedicou-se à reestruturação e manutenção da sua segurança interna, pois Atatürk tinha como pretensão fundamental o desenvolvimento económico da Turquia. Precisava também de gerir assertivamente os territórios atribuídos no Tratado de Lausanne. Era urgente resolver a questão de Mosul³³, as relações com a Grécia e sobretudo aderir à Sociedade das Nações.³⁴ Face à apreensão de

³² Atatürk (Mustafá Kemal), político turco (Salónica, 1881- Istambul, 1938), promovido a general em 1917, tomou o comando do movimento nacionalista, opondo-se às exigências dos vencedores da Primeira Guerra Mundial. Em 1920 é eleito presidente do comité executivo da grande Assembleia Nacional reunida em Ancara. Na sequência das vitórias que obtém sobre os Arménios, os Curdos e os Gregos (1920-22), estabelece as fronteiras da Turquia que os Aliados reconhecem pelo Tratado de Lausanne, em 1923. Detentor de todos os poderes esforça-se por criar um Estado de tipo ocidental. Com este objetivo, laiciza as instituições (abolição do califado, 1924) e impõe o alfabeto latino (1928).

³³ A Grã-Bretanha queria atribuir Mosul ao Iraque, o que não agradava aos turcos. Como os dois países não se entendiam, o assunto foi levado à Sociedade das Nações que decidiu a favor dos britânicos. W. Hale, *Turkish Foreign Policy*, London, Frank Cass Publishers, 2009, pp. 54-55 e p. 58.

³⁴ *Ibid.*, pp. 57-60

ameaças externas originaram ainda a proliferação de pactos regionais como o dos Balcãs³⁵ e de Sadabad³⁶.

Atatürk, apesar de ser o grande precursor da independência da Turquia, só consideraria o processo completo quando atingisse um certo desenvolvimento económico e autonomia financeira. Desta forma, tentou a todo o custo, manter-se fora da Segunda Guerra Mundial. A sua economia ainda se encontrava bastante atrasada e a sua capacidade militar também estava bastante comprometida.

Foram as vicissitudes do conflito que levaram a que a Turquia, durante a Segunda Guerra Mundial, realize novos (e produtivos) acordos. Estabelece com a Grã-Bretanha um acordo de assistência mútua (1939) e na mesma altura, assina um tratado de amizade e não-agressão com a Alemanha (1941). É importante ressaltar a capacidade diplomática de negociação de Inonu³⁷, que aproveita a excelente localização geopolítica da Turquia para assegurar uma política de neutralidade e proteger os seus interesses durante quase todo o período da Segunda Guerra Mundial. A Turquia firmou ainda um pacto com a União Soviética. Era fundamental aproveitar o interesse das grandes potências na sua localização geográfica, mantendo a sua independência e com a capacidade de se aliar àqueles que melhor serviam num determinado momento.

A Turquia irá continuar a zelar pelos seus interesses junto das grandes potências, sobretudo com os acontecimentos de 1941 (a revolta do Iraque contra os britânicos, a invasão anglo-soviética do Irão, o controlo da Síria pelo governo de Vichy, o abastecimento de crómio e o Panturquismo³⁸), mantendo a sua política de neutralidade.

Foi com o aproximar da Segunda Guerra Mundial que a política de neutralidade turca se dissipa, quando esta, prevendo a derrota dos alemães, denuncia ao tratado previamente estabelecido com os alemães e lhes declara guerra em fevereiro de 1945.

Justifica-se a situação anterior face à pressão e ameaça por parte da União Soviética e dos Aliados que, caso a Turquia não rompesse relações com a Alemanha, ficaria isolada no final da Guerra. Apesar de durante todo o tempo que durou a Segunda Guerra Mundial, a

³⁵ Pacto estabelecido entre a Grécia, Jugoslávia, Roménia e Turquia.

³⁶ Pacto estabelecido com o Irão, Iraque e Afeganistão.

³⁷ İnönü (Mustafá İsmet), general e político turco (Izmir, 1884-Ancara, 1973), Colaborador de Mustafá Kemal Atatürk venceu os gregos em İnönü (1921). Foi primeiro-ministro (1923-1937) e em seguida presidente da República (1938-1950 e 1961-1965). Foi presidente do Partido Republicano do Povo de 1938 a 1972.

³⁸ O panturquismo é um movimento político com o objetivo de unir os diversos povos Turcos num Estado-nação, uma confederação, ou uma união económica muito semelhante à da União Europeia. Este conceito foi popularizado pelos Jovens Turcos. Foi, então, rejeitado e combatido sob a Turquia Kemalista, embora tenha sido invocado o nacionalismo para a formação de jovem Estado-nação Turco - em nome do famoso princípio Kemalista: "Paz em casa, paz no mundo".

Turquia ter jogado habilidosamente com a sua posição geográfica, os turcos acabariam por ceder à pressão e ameaça que lhes era impressa.

Após 1945, a grande ameaça à Turquia e à Europa vinha da União Soviética. Esta vai denunciar o tratado de amizade que assinara com o país³⁹, levando a que se aproxime cada vez mais do Ocidente. Para além de já pertencer à Organização Europeia para a Cooperação Económica (OECE, 1948) e ao Conselho da Europa (1949), foi com a sua intervenção na Guerra da Coreia e a aprovação, por parte dos países nórdicos, que foi aceite como membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte. O pedido para se tornar membro da Comunidade Económica Europeia (CEE) surgirá em 1959.

Como parceiro internacional, a Turquia mantinha uma relação bastante sólida com os Estados Unidos da América, sobretudo devido à ajuda económica por estes disponibilizada⁴⁰. Apesar de os norte-americanos manterem um interesse significativo na construção e operação de bases militares em território turco, firmado por vários acordos bilaterais, nem sempre se mostraram parceiros de total confiança para os turcos e para o Ocidente, pois foram participantes ativos em vários conflitos que não agradaram às anteriores partes, nomeadamente no caso dos mísseis de Cuba (1962) e no embargo de armas na Crise do Chipre (1974). Os americanos mantinham um interesse substancial no Médio Oriente, levando a que se aproximassem cada vez mais da Turquia, o seu parceiro ideal, mas que de alguma forma perderia prioridade face à concretização dos interesses norte-americanos. A Turquia não seria muito bem aceite por parte dos Estados Árabes, depois de se mostrar favorável ao reconhecimento do Estado de Israel e também ao facto de os turcos (considerando o seu passado otomano) se mostrarem superiores relativamente aos árabes. Os turcos muçulmanos não se consideravam iguais aos árabes muçulmanos.

Mesmo não suplantando as desarmonias anteriores, a Turquia realizou alguns tratados direccionados ao Médio Oriente. Com o Paquistão (1954) e com o Iraque (1955), ao qual se veio juntar o Irão, tendo os EUA o papel de observador. Contudo, com a queda do regime no Iraque, a Turquia assina um novo acordo, o *Central Treaty Organization* (CENTO), que nunca se mostraria eficaz face à desconfiança entre os países intervenientes.

³⁹ Os Soviéticos denunciaram o tratado de amizade que tinham assinado com a Turquia em 1925. Estaline exigiu que a sua renovação estivesse ligada à revisão da Convenção de Montreal, revisão essa que incluiria a livre circulação de navios de guerra soviéticos nos Estreitos. Poderiam ainda estabelecer bases militares nos Estreitos, sendo que exigiam ainda que as províncias de Kars e Ardahan voltariam a ser de domínio soviético. Ibid., pp. 179-180.

⁴⁰ A doutrina Truman que culminou num apoio financeiro de 400 milhões de dólares à Grécia e Turquia mostrou que os americanos estavam dispostos a investir e garantir a estabilidade da Europa e a segurança da Turquia. Em 1948, a Turquia recebeu ainda ajuda norte americana por via do Plano Marshall. W. Hale, *Turkish Foreign Policy*, London, Frank Cass Publishers, 2009, pp. 115-116.

Apesar das divergências atrás enunciadas, a partir de 1964, a Turquia vai tentar uma aproximação aos árabes, criando laços de cooperação e pautando a sua atuação política a um nível mais regional face ao Médio Oriente. Por algumas vezes evitou tomar partido por um dos lados, em questões do Médio Oriente, como foi o caso na guerra entre árabes e israelitas e no conflito Irão-Iraque (1980-88). Nesta altura (entre 1964-1980), as relações com os EUA também esfriam, sobretudo com o conflito do Chipre⁴¹, fazendo com que a Turquia se aproximasse à União Soviética, questionando-se inclusive a sua permanência na OTAN. Será um período conturbado para a Turquia, que acabará por recuar na aproximação à União Soviética⁴². Aumenta a sua disputa com a Grécia, que se estendeu até ao Mar Egeu.

A partir da década de oitenta até ao final da Guerra Fria, a Turquia assume novamente uma posição multilateral liderada pelo primeiro-ministro (e mais tarde como presidente) da Turquia, Turgut Özal⁴³. É trabalhada uma nova aproximação aos EUA, bem como um pedido de adesão à Comunidade Europeia (1987). Contudo, e de forma a desenvolver a economia de mercado, Özal vai intensificar as trocas comerciais e as relações económicas com as regiões vizinhas, nomeadamente a União Soviética⁴⁴ e o Médio Oriente⁴⁵. Surgem então grupos de interesse económicos, ativos e importantes na política externa turca, que mais tarde será reavivada por Davutoglu⁴⁶, após a subida do AKP ao poder.

⁴¹ O Congresso de Berlim, em 1878, atribuiu a administração de Chipre à Grã-Bretanha, embora esta permanecesse (teoricamente) sobre soberania otomana. A Grã-Bretanha anexou a ilha no final da Primeira Guerra Mundial, tomando posse definitivamente pelo tratado de Lausanne, quando a Turquia abdicou de quaisquer direitos sobre o Chipre.

Os anos 50 foram marcados por revoltas do Chipre contra o poder colonial britânico, e pela instigação britânica ao envolvimento da Turquia na defesa da minoria turca que habitava Chipre. A independência de Chipre ocorreu em 1960, mas a sua existência como país independente nunca foi pacífica. O golpe de Estado grego, que visava a *Enosis* em 1974 e a invasão da ilha pela Turquia, em defesa da minoria turca no norte da ilha, levaram ao conflito para o qual até hoje ainda não se encontrou solução.

⁴² A União Soviética vai invadir a Checoslováquia e o aumentar o poderio naval soviético no Mediterrâneo Oriental.

⁴³ Özal (Turgut), estadista turco (Malatya, 1927-Ancara, 1993). Primeiro-ministro de 1983 a 1989, foi presidente da República desde 1989 até falecer (abril de 1993).

⁴⁴ Com a União Soviética explorou o abastecimento de gás e a construção do gasoduto via Bulgária, em 1987. As trocas comerciais entre os dois países quase quadruplicaram entre 1987 e 1990, tendo passado de 476 milhões de dólares para 1.8 mil milhões de dólares. W. Hale, *Turkish Foreign Policy*, London, Frank Cass Publishers, 2009, p. 167.

⁴⁵ Özal conseguiu ainda manter a neutralidade no conflito entre Irão e Iraque, mas explorar a mesma interdependência económica que estabelecera com a União Soviética, criando relações comerciais com os dois países. Novamente, a importação de petróleo constitui o maior produto das importações turcas. Novas *pipelines* construídas entre o Iraque e a Turquia permitiram a exportação do petróleo.

⁴⁶ Ahmet Davutoğlu (Taskent, 1959), académico turco, político e ex-diplomata que foi primeiro-ministro da Turquia e líder do Partido da Justiça e Desenvolvimento de 2014 a 2016.

Síntese conclusiva

O território ocupado pela Turquia teve várias condicionantes geográficas que o tornaram historicamente valioso do ponto de vista estratégico.

A importância da Turquia no cenário mundial deve-se em parte, à sua política externa autónoma, mas sobretudo, à sua posição geográfica estratégica que lhe permite mover-se no cenário internacional e perseguindo objetivos em várias direções (Europa, Médio Oriente e a Ásia).

Desde a sua fundação, a República da Turquia constitui-se como uma negação do antigo regime e as forças armadas, lideradas por Mustafá Kemal (Atatürk), protegeram o espaço nacional contra as ameaças externas após o colapso do Império Otomano, destruindo a estrutura política interna imperial em favor da secularização do Estado.

Do ponto de vista estratégico, a Turquia procurou desde o início da Guerra Fria integrar a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) contra a ameaça comunista, utilizando a sua geografia para fortalecer a sua posição com os Estados Unidos da América. As relações conflituosas com a União Soviética após a Segunda Guerra Mundial, e a evolução dos conceitos estratégicos americanos influenciaram a importância geopolítica da Turquia e definiram a sua posição durante este período.

A sua localização geográfica confere-lhe uma posição preferencial, o modelo secular e a sua economia de mercado coadunam-se com a linha de pensamento que aspira à disseminação dos valores ocidentais.

Como parte integrante dos três sistemas - europeu, médio-oriental e asiático - que influenciam a sua política externa, e apesar da posição periférica, a Turquia possui interesses em várias direções:

- a Norte – uma melhoria das relações com a Rússia aumentou a cooperação entre os dois estados, principalmente no que diz respeito à questão energética. A convergência dos interesses com a Rússia facilitou a penetração da Turquia na Ásia Central e no Cáucaso;
- a leste, a Ásia Central e o Cáucaso constituem regiões de importância geoestratégica vital para o controle da política mundial. A Turquia explora os seus laços culturais, linguísticos, étnicos e religiosos, para influenciar alguns dos estados do Cáucaso e da Ásia Central. A sua localização permitiu a consolidação da Turquia como distribuidor de energia dessas regiões para a Europa;

- o Médio Oriente - a Turquia vê a região mais como uma zona de risco do propriamente uma área de oportunidades porque, apesar dos interesses económicos convergentes com os vizinhos da região, as preocupações com a segurança aumentam;
- a Ocidente - a questão da adesão à UE coloca sérios desafios a ambos os lados. Do lado europeu, será difícil integrar um membro com as dimensões, a vizinhança instável como a Turquia. Do lado turco, as disputas territoriais com a Grécia, a retirada militar do Chipre e a questão curda são os principais desafios a identificar.

A Turquia tornou-se num poderoso ator no sistema internacional desempenhando um papel ativo no lado aliado com a adesão à OTAN, à OCDE e ao Conselho da Europa.

Com a adesão da Turquia, as fronteiras da União se estenderiam a países que são atualmente uma fonte de tensões e que os problemas da região colocando-os na agenda externa da UE.

CAPÍTULO III – A TURQUIA E A UNIÃO EUROPEIA

1. Análise das Relações UE-Turquia (Processo de Adesão)

No século XIX, após a queda do Império Otomano, a Turquia iniciou o seu processo de ocidentalização económica, política e social.

Com a proclamação da República da Turquia, em 1923, Atatürk adotou o modelo da Europa Ocidental para a sua estrutura política.

Desde a sua criação, a Turquia tornou-se membro fundador da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) desde 1952, membro do Conselho da Europa (1950), membro da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e membro associado da União Europeia Ocidental.

Durante a Guerra Fria, a Turquia fez parte da aliança ocidental e desempenhou um papel vital na defesa do continente europeu e na convergência dos interesses de política externa com os interesses dos membros europeus. Neste estreitamento da cooperação com o ocidente na área política, tornava-se necessário a aproximação na área económica, o que passaria pela adesão à CEE.

O processo de adesão da Turquia à União Europeia é sem dúvida o mais complexo e o mais longo de todos os processos de alargamento.

Em 1963, Walter Hallstein, o primeiro Presidente da Comissão Europeia, declarou durante a cerimónia de assinatura do Acordo de Ancara que

Turkey is a part of Europe...one day the final step is to be taken: Turkey is to be full member of the Community. This wish, and the fact that it is shared by us and our Turkish friends alike, is the strongest expression of our community of interest.⁴⁷

O Acordo de Ancara tem sido uma das pedras angulares da relação da Turquia com a integração europeia e tem havido muitos desenvolvimentos significativos desde a sua conclusão.

A Turquia formalizou o seu pedido de adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1987, mas o estatuto de candidato só lhe foi reconhecido pela União Europeia em 1999 e as negociações para a adesão só teriam o seu início em 2005. Todavia, o desejo

⁴⁷ Walter Hallstein foi o primeiro Presidente da Comissão Europeia, de 1958 a 1967, um europeísta convicto e um defensor decisivo da integração europeia (<http://aei.pitt.edu/id/eprint/14311>)

expresso pelo Presidente da Comissão Europeia ainda não se concretizou e as negociações de adesão continuam, num processo aberto e com muitas incertezas.

a) As Relações entre 1959 e 1989

A Turquia submeteu um primeiro pedido para membro associado da CEE em 31 de julho de 1959. O pedido foi aceite pelo Conselho de Ministros da CEE e a 12 de setembro de 1963 é assinado o Acordo de Associação com a CEE – Acordo de Ancara, cujo objetivo seria o da plena adesão da Turquia através de uma aproximação progressiva a nível económico e comercial.

O Acordo de Ancara entrou em vigor a 1 de dezembro de 1964 e o seu principal objetivo era, de acordo com o indicado no Artigo 2:

The aim of this Agreement is to promote the continuous and balanced strengthening of trade and economic relations between the Parties, while taking full account of the need to ensure an accelerated development of the Turkish economy and to improve the level of employment and the living conditions of the Turkish people.⁴⁸

As partes reconhecem assim que o apoio da CEE serviria para melhorar o nível de vida turco o que facilitaria posteriormente a sua adesão à Comunidade.

O Acordo de Ancara, previa o estabelecimento de uma União Aduaneira, criada em três fases: a primeira fase, previa um período de preparação com uma duração de cinco anos, com o objetivo de fortalecer a economia turca e ajudar a Turquia no cumprimento das condições; a fase de transição, com um período máximo de 12 anos, previa o estabelecimento progressivo de uma União Aduaneira⁴⁹, com o alinhamento das políticas económicas da Turquia e da CEE; a fase final teve como objetivo promover a coordenação entre as duas partes sobre as políticas económicas.

O Artigo 28 do acordo previa como meta as conversações para a adesão plena:

As soon as the operation of this Agreement has advanced far enough to justify envisaging full acceptance by Turkey of the obligations arising out of the Treaty establishing the Community, the Contracting Parties shall examine the possibility of the accession of Turkey to the Community.⁵⁰

⁴⁸ Tradução livre da autora: *O objetivo deste Acordo é o de promover o reforço contínuo e equilibrado das relações comerciais e económicas entre as partes, tendo plenamente em conta a necessidade de assegurar o desenvolvimento acelerado da economia da Turquia e o aumento do nível de emprego e condições de vida do povo turco* (Ankara Agreement establishing an Association between the European Economic Community and Turkey, p.5)

⁴⁹ A União Aduaneira só deveria ser concretizada em 1996.

⁵⁰ Tradução livre da autora: *Assim que o funcionamento do presente Acordo tenha avançado o suficiente para justificar que se preveja a plena aceitação por parte da Turquia das obrigações decorrentes do Tratado que institui a Comunidade, as Partes Contratantes examinarão a possibilidade da adesão da Turquia à Comunidade.* (Ankara Agreement establishing an Association between the European Economic Community and Turkey, p.15)

Após a assinatura do acordo, no período entre 1963 e 1970, as relações comerciais entre a Turquia e a CEE melhoraram embora sem atingir o nível esperado.

Estavam previstos protocolos de ajuda financeira (atualizados em 1970 e 1977) que permitiriam à Turquia ajustar a sua economia reduzindo o impacto negativo de uma União Aduaneira.

Após o início da segunda fase, a de transição, as relações económicas desenvolveram-se de acordo com o Protocolo Adicional, que seria parte anexa do Acordo de Ancara. O Protocolo Adicional assinado em 23 de novembro de 1970 (entrou em vigor no início de 1973) tinha como objetivo definir as questões básicas relativas à formação da União Aduaneira. Neste protocolo, detalhavam-se os princípios de circulação de bens, pessoas e serviços, previa-se a eliminação dos direitos alfandegários e da restrição de quantidades aos produtos turcos, com exceção dos têxteis em geral, área em que a Turquia possuía vantagem comparativa (Yalmaz, 2008, pp. 1-4). Este período de transição foi bastante conturbado, nomeadamente pelas dificuldades que a Turquia teve de acarretar com os custos económicos e sociais que o estabelecimento da União Aduaneira implicava, não tendo sido capaz de cumprir com muitas das exigências estabelecidas no acordo de Ancara.

O início dos anos 80, o golpe militar e a instabilidade que se instalou na Turquia, levou a que o Parlamento Europeu suspendesse a execução do acordo de Ancara em 1982. No entanto, após o golpe militar de 1980, com a liberalização política, com a realização de eleições multipartidárias em 1983 e a implementação de várias reformas económicas destinadas a criar as condições para uma forte economia de mercado aberto, iniciadas por Turgut Ozal⁵¹, é que as relações da Turquia com a CEE se normalizaram, o que encorajou a submeter um pedido de membro da Comunidade Europeia. Assim, a 14 de abril de 1987, a Turquia solicitou oficialmente a sua adesão ao abrigo do artigo 2 do Acordo de Ancara.

Em dezembro de 1989, a Comissão Europeia adota o seu primeiro parecer sobre a adesão da Turquia salientando a falta de condições legislativas e políticas para iniciar as negociações de adesão⁵². Apesar de realçar a elegibilidade da Turquia, protelou qualquer negociação para depois de 1993, dado o facto de estar a prosseguir as negociações para o Tratado de Maastricht, com vista a implementar a União Económica e Monetária. As negociações para a adesão à CEE ficariam adiadas até ao momento mais favorável para ambos os lados.

⁵¹ Halil Turgut Özal foi Primeiro-Ministro da Turquia entre 1983 e 1989 e Presidente da República entre 1989 e 1993.

⁵² Commission opinion on Turkey's Request for Accession to The Community, p 1-6 (https://www.cvce.eu/content/publication/2005/2/4/4cc1acf8-06b2-40c5-bb1e-b3d4860e7c1/publishable_en.pdf)

Apesar de recusar no imediato, a Comissão Europeia enfatizou a importância da realização da união aduaneira até 1995, conforme havia sido planeado e o estabelecimento de um diálogo político e cultural entre a Comunidade Europeia e a Turquia. Nesse sentido, deveria concretizar-se a União Aduaneira, aumentar a cooperação financeira, promover a cooperação tecnológica e industrial, e estreitar as relações políticas e culturais.⁵³

b) As Relações entre 1990 e 1997

Neste período, dois importantes desenvolvimentos afetaram o curso das relações: a conclusão da União Aduaneira, em 31 de dezembro de 1995, e o Conselho Europeu do Luxemburgo, em dezembro de 1997.

A Turquia demonstrou esforços suplementares para a conclusão da União Aduaneira com a Comunidade Europeia. A União Aduaneira abrange a livre circulação de bens industriais e produtos agrícolas transformados, e previa a harmonização da política comercial e da concorrência da Turquia e da UE.

O Conselho Europeu do Luxemburgo em dezembro de 1997 foi outro desenvolvimento importante que afetou o curso das relações e que suscitou novas dúvidas sobre a adesão turca.

O Conselho Europeu do Luxemburgo decidiu:

Convocar para a primavera de 1998 conferências intergovernamentais bilaterais para dar início às negociações com Chipre, a Hungria, a Polónia, a Estónia, a República Checa e a Eslovénia [...]. Paralelamente, acelerar-se-á a preparação das negociações com a Roménia, a Eslováquia, a Letónia, a Lituânia e a Bulgária, particularmente mediante um exame analítico do acervo da União. Esta preparação poderá também ser abordada em reuniões bilaterais a nível ministerial com os Estados-Membros da União⁵⁴(Conselho Europeu, 1997, p. 6).

Apesar da elegibilidade da Turquia nunca ter sido posta em causa na Agenda 2000 de julho de 1997, a Comissão Europeia acabaria por retroceder referindo que as condições políticas e económicas do país não permitiam o início de negociações, condicionando a adesão a três questões fundamentais: os direitos das minorias curdas, as disputas territoriais com a Grécia e a resolução do conflito com o Chipre.

⁵³ Em 1990, a Comissão Europeia adotou um pacote de propostas conhecido por "Pacote Matutes" que integrava a finalização da união aduaneira, a intensificação da cooperação financeira, o desenvolvimento da cooperação industrial e tecnológica, assim como o reforço dos laços políticos e culturais. Este pacote acabou por não ser aprovado pelo Conselho.

⁵⁴ Conselho Europeu, Conclusões da Presidência do Conselho Europeu do Luxemburgo, Doc/97/24, de 13 de dezembro 1997,

Esta situação criou grande decepção na Turquia, que suspendeu o diálogo político com a UE.

c) As Relações entre 1998 e 2004

A 4 de março de 1998, a Comissão adota a “Estratégia Europeia da Turquia”, que contém como principais elementos a necessidade de aproximação das legislações e da adoção do acervo comunitário, bem como as primeiras propostas operacionais relativas a esta estratégia. Nos sucessivos relatórios apresentados pela Comissão Europeia sobre os progressos efetuados pela Turquia na preparação para a sua adesão, constata-se défices significativos no sistema político, em particular no que respeita ao papel dos militares na vida política, à independência do poder judiciário e à questão das minorias étnicas (Parlamento Europeu, 2000, p. 16)

A Cimeira de Helsínquia, realizada em dezembro de 1999, deu início a uma nova era nas relações da Turquia com a UE. O Conselho Europeu reconheceu a Turquia “como país candidato a membro, e que, como qualquer outro candidato, teria acesso a uma estratégia de pré-adesão com vista a estimular e apoiar as necessárias reformas” (Rodrigues, 2009).

No entanto, nenhum calendário foi fixado para o início das negociações.

Em dezembro de 2000 foi acordada uma estratégia de pré-adesão para a Turquia, destinada a apoiar as suas reformas, nomeadamente no sentido do cumprimento dos critérios políticos de adesão (Conselho, 2001). No contexto da Parceria para a Adesão, adotada em março de 2001, o governo iniciou um processo de preparação de nova legislação. A decisão de Helsínquia incentivou a Turquia a introduzir uma série de reformas fundamentais e, em outubro desse ano, são aprovadas no parlamento turco alterações à Constituição no sentido do reforço dos direitos humanos e das liberdades individuais, com o objetivo de cumprir os critérios políticos de Copenhaga.⁵⁵ Em novembro do mesmo ano, é aprovado um novo Código Civil.

Apesar da Comissão Europeia reconhecer os progressos realizados pela Turquia no cumprimento dos critérios políticos de Copenhaga, e apesar das pressões do governo turco para a calendarização das negociações de adesão, Bruxelas optou, mais uma vez, por não propor a Ancara a fixação de qualquer data, deixando-a assim de fora do alargamento que veio a acontecer em 16 de abril de 2003, com a assinatura de adesão de dez novos países.

⁵⁵ Estas reformas foram postas em prática já durante o ano de 2002, tendo culminado com o reconhecimento dos direitos da minoria curda e com a abolição da pena de morte.

Com o Conselho Europeu de Bruxelas de dezembro de 2004 é que se fixou a data da abertura das negociações, iniciando-se a 3 de outubro de 2005, mas desde logo sujeitas a um processo moroso, que estaria novamente sujeito não só ao cumprimento dos critérios de Copenhaga pela Turquia, como também à resolução das questões com o Chipre e a Grécia.

Desde então, apenas um dos 35 capítulos do Acervo Comunitário foi concluído e apenas 13 estão em negociação.⁵⁶ A maior parte dos demais capítulos está bloqueada pelo Chipre, pela França ou pelo Conselho Europeu, o que desacelerou o ritmo das reformas implementadas pela Turquia (Sandrin, 2015, p. 100).

d) Relações a partir de 2005

Desde 2005, o ano da abertura das negociações entre a Turquia e a União Europeia, a possibilidade da adesão tornou-se mais remota e a sua evolução muito lenta. Alguns líderes europeus mostraram-se mais favoráveis a uma alternativa à adesão, propondo uma “parceria privilegiada”, conceito ambíguo e pouco definido, mas que poderia prever a entrada da Turquia sem uma completa participação nas instituições europeias. Para além desta proposta, por iniciativa da França⁵⁷ e da Áustria, consideravam que a adesão turca deveria ser aprovada em referendos nacionais (Sandrin, 2015, p. 101).

Este tipo de atitude causou uma grande frustração na população turca, pois, apesar de todas as reformas implementadas e ainda em curso para acomodar o Acervo Comunitário, a perceção generalizada é a de que a Turquia jamais será aceite no seio da União Europeia. Em 2004, cerca de 73% da população turca era a favor da adesão; a partir de 2007, a percentagem rondava os 34 a 48% (Sandrin, 2015, p. 101).

Após um período de estagnação, as relações entre a Turquia e a União Europeia melhoraram a partir de 2013, com a eleição de François Hollande em 2012, que moderou a oposição à adesão da Turquia e desbloqueou a abertura do Capítulo 22 (Política Regional e Coordenação de Instrumentos Regionais), com as negociações a iniciarem-se em 2013.

Em janeiro de 2014, o Presidente Hollande visitou a Turquia e o Primeiro Ministro Recep Tayyip Erdogan realizou sua primeira visita a Bruxelas em cinco anos. O termo “parceria privilegiada” é abandonado, mas não indicia uma mudança de posição, mas apenas uma abordagem mais cautelosa. Todavia, apesar desses avanços verificados em 2013, os obstáculos persistem nas relações entre a Turquia e a UE (Sandrin, 2015, p. 104).

⁵⁶ Em 2006, fechou-se o capítulo de Ciência e Investigação.

⁵⁷ O ex-Presidente francês, Nicolas Sarkozy, opunha-se abertamente à adesão da Turquia à UE.

2. A Turquia e a Política Comum de Segurança e Defesa da UE: interesses turcos e europeus

Analisada a perspectiva histórica do percurso de integração europeia da Turquia, debruçamo-nos sobre a participação da Turquia na arquitetura de Segurança Europeia.

A Turquia tem sido uma parte integral da segurança europeia desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Tornou-se membro da OTAN em 1952, adquiriu um lugar central para a segurança europeia como o bastião do sudeste da Aliança. A contenção da União Soviética criou uma convergência de interesses comuns entre os europeus e a Turquia.

Assim, como parte da Aliança Ocidental durante os anos da Guerra Fria, a Turquia pertencia à Comunidade Atlântica.

A Turquia era uma parte da identidade europeia principalmente simbolizada pela OTAN durante a Guerra Fria; no entanto, com as mudanças sistémicas em 1989, viu-se cada vez mais marginalizada na nova ordem europeia. Além disso, houve uma divergência entre os EUA e a UE sobre o papel que a Turquia iria desempenhar na segurança internacional na era pós-Guerra Fria. Os EUA perceberam que a Turquia teria a desempenhar um papel essencial na segurança europeia por causa de seu papel na segurança do Médio Oriente e nas regiões mais voláteis do mundo. Por essa razão, os EUA na década de 1990 pressionaram ativamente a UE para a inclusão da Turquia. Os europeus, por outro lado, eram mais relutantes em ver a Turquia como parte da nova ordem europeia do pós-Guerra Fria. A divergência entre os EUA e a UE sobre a definição de riscos de segurança, os mecanismos desenvolvidos para lidar com esses riscos, o papel da OTAN, a formação do sistema internacional, complicou a posição já instável da Turquia nas relações com União Europeia (Aybet & Muftuler-Bac, 2000, p. 580).

Nos finais dos anos 90, a Crise do Kosovo (1999) e a reestruturação internacional pós-11 de setembro, aumentaram a importância da Turquia na segurança europeia, e como consequência a UE começou a perceber o papel desta de uma forma diferente (Oguzlu, 2003, p. 289).

O que se torna importante é ressaltar que o valor potencial da Turquia no reforço da função de segurança da UE será um dos benefícios da adesão da Turquia.

Com fim da Guerra Fria e da oposição entre Ocidente e Oriente, o papel da Turquia na política de segurança europeia tornou-se mais complexo quer pelas ameaças de segurança globais, quer pela radicalização dos conflitos regionais.

2.1 A Política Externa e de Segurança Comum (PESC)

As mudanças geopolíticas que ocorreram nos finais dos anos 80, com a queda do comunismo, a reunificação da Alemanha, os conflitos na ex-Jugoslávia nos anos 90, a ameaça do terrorismo internacional, incentivaram os líderes europeus a criarem e desenvolverem os seus instrumentos formais de diplomacia e intervenção através da implementação do Tratado de Maastricht (1993).⁵⁸

Com o Tratado de Maastricht nasceu a PESC, que acabou por sofrer alterações com o Tratado de Amesterdão, de onde resultou a PESD, como uma vertente operacional da PESC, com vista a criar futuramente uma estrutura de defesa comum, que só foi institucionalizada com o Tratado de Nice.

Ao criar a União Europeia, este Tratado estabeleceu um sistema de pilares: o primeiro pilar, com as três Comunidades já existentes; o segundo pilar com a cooperação em matéria de política externa e de segurança comum; e o terceiro pilar, com a cooperação em questões de interior e justiça. Os dois últimos pilares, incluindo assim a PESC, assentavam na cooperação intergovernamental.

Anteriormente, alguns Estados-Membros já haviam sentido a necessidade de alguma coordenação no âmbito das suas políticas externas. Após várias outras iniciativas dos Estados-Membros, do Conselho e até do próprio Parlamento Europeu, o Ato Único Europeu (1986) iria fixar as modalidades de funcionamento da Cooperação Política Europeia (CPE), cujo o objetivo seria a formulação e a execução comum de uma política externa europeia (artigo 30º), comprometendo-se os Estados-Membros a informar-se mutuamente e a consultar-se antes de fixarem posições sobre as questões de política internacional com interesse geral. Criados os mecanismos para assegurar esta cooperação, os então doze Estados-Membros instituíram uma «diplomacia declarativa».

O Tratado de Maastricht (1992), com a criação da PESC, veio alargar o âmbito da Cooperação Política Europeia. Nos termos do artigo 11º do Tratado da União Europeia (TUE) ou Tratado de Maastricht, a PESC⁵⁹ encerra em si todas as questões relativas à segurança da UE, e os seus objetivos consistem em salvaguardar os valores comuns, os interesses fundamentais, a independência e a integridade da União Europeia, bem como

⁵⁸ Tratado da União Europeia (TUE), assinado em janeiro de 1992, que entrou em vigor a 1 de novembro de 1993. Define as linhas-mestras da política e das instituições europeias, estabelecendo a cidadania europeia e identificando como objetivo a união económica e monetária e institucionalizando a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) no título V do tratado.

⁵⁹ A PESC substituiu a Cooperação Política Europeia (CPE) e prevê a definição, a prazo, de uma política comum de defesa que poderá conduzir, no momento oportuno, a uma defesa comum.

reforçar a sua segurança. Tem ainda como objetivo a preservação da paz e o fortalecimento da segurança internacional, promoção da cooperação internacional, e o desenvolvimento e consolidação da democracia e do Estado de Direito, bem como o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais.

Quanto ao funcionamento e gestão⁶⁰, a PESC é uma política intergovernamental que pressupõe consenso na atuação dos Estados Membros, cujos instrumentos são as estratégias comuns, as ações comuns e as posições comuns. A sua gestão cabe à Presidência da UE, que de acordo com o Art.º 18º do Tratado da UE, é assistida pelo Secretário-Geral do Conselho que exerce “*as funções de Alto-Representante para a política externa e segurança comum – que representa a União nas matérias de política externa e segurança comum*” (Fernandes J. P., 2008) .

No que diz respeito à tomada de decisões (artigo 23º do TUE), a regra geral para a aprovação de decisões da PESC, é a unanimidade. No entanto, os Estados Membros têm a possibilidade de recorrer à abstenção “construtiva”, o que significa que a abstenção de um Estado Membro não impede a aprovação de uma decisão. Este mecanismo aplica-se enquanto a abstenção não representar mais de um terço dos votos ponderados do Conselho. Se um Estado Membro acompanhar a sua abstenção de uma declaração formal, não é obrigado a aplicar essa decisão devendo, contudo, aceitar, que a mesma vincule a União. Assim, o Estado Membro em causa deve abster-se de qualquer ação suscetível de colidir com a ação da União ao abrigo da referida decisão.

O Título V, alterado pelo Tratado da UE, prevê, todavia, o recurso à maioria qualificada em duas situações: na adoção de decisões de aplicação de uma estratégia comum definida pelo Conselho Europeu; e em qualquer decisão que dê execução a uma ação comum ou a uma posição comum previamente adotada pelo Conselho. No âmbito das decisões adotadas por maioria qualificada, os Estados Membros dispõem, todavia, de uma cláusula de salvaguarda que lhes permite impedir o recurso a uma votação se justificarem o bloqueio por razões de política nacional importantes. Perante esta situação, e após a exposição dos seus motivos pelo Estado Membro, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode solicitar que a questão seja submetida ao Conselho Europeu para que seja tomada uma decisão por unanimidade pelos Chefes de Estado e de Governo.

O Tratado de Maastricht pode ser considerado ambicioso, revelando alguma ousadia no reforço da capacidade coletiva da UE para intervir na cena internacional, mas depara-se com

⁶⁰ Artigo 12º do Tratado da UE

cada vez maior dificuldade em adotar posições comuns em matérias mais controversas. Demonstra a dificuldade de a Europa falar a uma só voz.

Em algumas ações comuns de carácter mais adjetivo do que vinculativo, os resultados da PESC são limitados. A crise do Iraque, em 2003, viria a constituir um bom exemplo dos referidos limites, já que, apesar de 18 dos 25 Estados-Membros e futuros membros apoiarem a posição norte-americana, a oposição da França e da Alemanha à intervenção no Iraque tornou inoperante a PESC, não apenas na sua parte operativa, mas até na simples troca de informações.

Apesar de tudo, a prática de trabalhar em comum criou rotinas positivas que sempre influenciam as políticas externas nacionais em temas que não sejam vitais para os Estados-Membros.

Desde a sua criação, a UE tem aumentado o seu poder na cena internacional, com a vontade de entrar em novas áreas políticas e desempenhar novos papéis diplomáticos e militares mais importantes no cenário internacional. Neste contexto, a UE pretende ir para além da integração económica, empreendeu a importante tarefa de formar uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC).

Tais metas evidenciam o desejo da UE em afirmar a sua identidade na cena internacional. Para isso, a UE decidiu desenvolver as suas próprias capacidades militares, isto é, a dimensão de segurança da PESC que conduzirá à construção progressiva de uma política de defesa comum, onde a Turquia poderá vir a desempenhar um importante papel.

2.1.1 Dimensão Externa - A Turquia e a Vizinhança

O alargamento implica novos estados - membros, nova vizinhança, novos mercados, novas questões políticas e de segurança e novas oportunidades de exercer o poder político sobre áreas geográficas mais amplas na política externa da UE.

Na dimensão da política externa, os interesses da Turquia são principalmente na sua vizinhança e não na política externa global. A política da Turquia em relação à sua vizinhança reveste-se de extrema importância, resultando no estabelecimento de um papel de liderança na região, com o objetivo de contribuir para a paz e estabilidade da região que abrange os Balcãs, o Cáucaso e da bacia do Mar Cáspio, Mar Negro, o Mediterrâneo Oriental, do Médio Oriente, do Golfo para o Norte de África.

A Turquia apoia um maior envolvimento da UE na região do Mediterrâneo. Para além da relação de longa data e interesse comercial com o Mundo Árabe, a Turquia tentou

reforçar o seu papel na Organização da Conferência Islâmica. Ao mesmo tempo, a Turquia tem uma cooperação desenvolvida com Israel e laços estreitos com outros países do Mediterrâneo.

As relações da Turquia com a Grécia e o envolvimento com o Chipre são particularmente importantes, e apesar da política externa turca e sua percepção de interesses de segurança terem evoluído significativamente, as disputas existentes ainda precisam ser resolvidas (Comissão Europeia, 2004).

Existe uma grande convergência de opiniões entre a Turquia e a UE sobre a necessidade de um Iraque estável. A Turquia procurou atuar de forma construtiva, tomando várias iniciativas diplomáticas com os países vizinhos do Iraque sobre preocupações comuns relacionados com a luta contra o terrorismo e a prevenção de conflitos. A Turquia tem interesse em manter a integridade territorial do Iraque, pois a presença no norte do Iraque da organização PKK/Kongragel⁶¹, é uma preocupação adicional. A Turquia tem um papel importante a desempenhar na estabilização e reconstrução do Iraque e tem um interesse comercial substancial como o Iraque.

As relações com a Síria forma particularmente difíceis durante a década de 90 com a questão da passagem de água dos rios Eufrates e Tigre até à Síria e o apoio dado pela Síria ao PKK e ao seu líder Ocalan. Os ataques terroristas do PKK eram porventura o que causavam maior tensão entre os dois países. Com o fim do apoio Sírio ao PKK e a expulsão do seu líder em 1998, iniciou-se um processo positivo que se acelerou devido aos desenvolvimentos no Iraque e principalmente por causa de um interesse compartilhado em manter a integridade territorial do Iraque.

Em 2005, Bashar Al Assad visitou a Turquia, e em 2009, a Turquia e a Síria realizaram exercícios militares conjuntos. No mesmo ano são abolidos os vistos entre os dois países, aumentando significativamente as relações comerciais e os projetos de investimento da Turquia na Síria.

Contudo, as revoltas árabes trouxeram algumas mudanças relativamente à política externa da Turquia e EUA em relação à Síria de Bashar Al-Assad. Os massacres à população síria têm merecido forte condenação por parte de Erdogan, EUA e da própria Liga Árabe, o que conduziu a Síria a um isolamento político.

Relativamente ao Irão, o programa nuclear continua a ser uma fonte de preocupação para a Turquia (como acontece com a UE). Os dois países diferem sobre a relação entre

⁶¹ Listada como organização terrorista pela UE.

religião e governo, mas têm um interesse comum em manter uma situação estável em termos políticos no Iraque e para conter o separatismo curdo. Ambos compartilham uma forte orientação do comércio com a UE. Existe uma ampla cooperação em energia e gás entre o Irão e a Turquia, com potencial para a UE se tornar um importante mercado de gás para o Irão. Os dois países são membros da Organização de Cooperação Económica (OCE), impulsionando o comércio livre. (Comissão Europeia, 2004, p. 7).

A adesão da Turquia também seria importante em termos de relações UE com a Rússia. No período pós-soviético, as relações bilaterais entre a Turquia e a Rússia levaram a novas rivalidades políticas, uma vez que a Turquia procurou expandir a sua influência para as áreas onde a Rússia tem fortes interesses históricos. Os interesses sobrepostos concentram-se no Cáucaso e na Ásia Central. Contudo as tensões foram sendo ofuscadas pelo forte desenvolvimento das relações comerciais entre os dois lados. A Rússia é o segundo principal parceiro comercial da Turquia e é o maior exportador de gás para a Turquia. Em contrapartida, as empresas de construção turcas estão ativas no mercado russo. No domínio da energia, a adesão da Turquia aumentaria a importância nas relações UE-Rússia de questões relacionadas com interesses e desenvolvimentos energéticos concorrentes no Cáucaso e na Ásia Central (Comissão Europeia, 2004, p. 8).

Em relação ao Cáucaso do Sul, através da adesão da Turquia estender-se-iam as fronteiras da UE à Arménia, ao Azerbaijão e à Geórgia. Através da Turquia, a UE poderia ter uma influência estabilizadora no Cáucaso do Sul, desde que a Turquia esteja disposta a tentar resolver os conflitos com os seus vizinhos já antes da sua adesão. Em particular, as suas relações com a Arménia precisarão de ser melhoradas com o estabelecimento de relações diplomáticas e a abertura da fronteira terrestre, que está atualmente encerrada. Também é importante que a Turquia contribua para aliviar as tensões entre o Azerbaijão e a Arménia na disputa relativa ao Nagorno-Karabakh. As relações da UE com o Azerbaijão, a Geórgia e os países que cercam o Mar Cáspio, rico em petróleo, também podem ser reforçadas pela adesão turca.

A Turquia propôs recentemente uma "Plataforma de Estabilidade e Cooperação do Cáucaso", a fim de reunir a Arménia, o Azerbaijão, a Geórgia, a Rússia para discutir as questões regionais. Se implementado no contexto da adesão da Turquia à UE, essa plataforma de discussão poderia dar à UE um papel fundamental na região. Além disso, possibilitaria à UE reforçar as suas relações com os países localizados em todo o Mar Cáspio, rico em petróleo, o que é significativo em termos de segurança energética (Comissão Europeia, 2004, p. 8).

No que diz respeito à região da Ásia Central, a Turquia teve um papel importante na ligação do Cazaquistão, Uzbequistão, Turquemenistão, Tajiquistão e Quirguistão com o resto do mundo. Os laços culturais, linguísticos, religiosos e históricos entre a Turquia e as repúblicas da Ásia Central favoreceram o estabelecimento de relações económicas, militares e políticas. A Turquia apoiou-os na participação nas organizações internacionais como as Nações Unidas, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e a Organização de Cooperação Económica, bem como participar do programa da Parceria para a Paz da OTAN (PFP).⁶² A Turquia poderia, portanto, ser um canal para melhorar as políticas da UE na Ásia Central (Comissão Europeia, 2004, p. 8).

Os Balcãs constituem uma importante área geográfica, quer para a Turquia, quer para a UE. A Turquia tem desempenhado um papel positivo e construtivo nos Balcãs Ocidentais (Croácia, Sérvia-Montenegro, Bósnia-Herzegovina, República da Macedónia e Albânia). A Turquia encetou esforços para o desenvolvimento social e estabilização da região. Participou ativamente nas operações de manutenção da paz e estabilização da UE na Bósnia e Herzegovina, bem como na República da Macedónia. Apoiou também a Força de Proteção das Nações Unidas (FORPRONU), Força de Implementação (IFOR), a Força de Estabilização (SFOR) na Bósnia e Herzegovina e a Força do Kosovo (KFOR) da OTAN (Emerson & Tocci, 2004, p. 12).

A Turquia tem apoiado o Processo de Estabilização e de Associação⁶³ na região e continua a ser membro do Pacto de Estabilidade para o Sudeste da Europa contribuindo positivamente para a prevenção de conflitos nesta região (Comissão Europeia, 2004, p. 9).

O Mar Negro é uma outra questão importante para a política externa da UE. A adesão da Bulgária e da Roménia (2007) estendeu as fronteiras da UE para a costa ocidental do Mar Negro. Com a adesão da Turquia, a UE poderia controlar todo o litoral ocidental e sul do Mar Negro. Isto permitiria à UE expandir sua influência sobre o Mar Negro, o que seria de extrema importância em termos de transporte, ligações de energia, pescas e na luta contra o crime organizado e a imigração ilegal. A Turquia, que desempenhou um papel fundamental no estabelecimento da Organização de Cooperação Económica do Mar Negro (CEMN), em 1992, e foi um impulsionador na criação do Grupo de Trabalho Cooperação do Mar Negro

⁶² Programa da OTAN com vista à criação de confiança entre a Aliança Atlântica e outros estados da Europa e da antiga União Soviética.

⁶³ A UE lançou um processo de estabilização e de associação com a Bósnia-Herzegovina, a Croácia, a Antiga República Jugoslava da Macedónia e a Albânia, bem como a Sérvia e Montenegro, incluindo o Kosovo (de acordo com a Resolução n.º 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas), através do desenvolvimento de relações contratuais com todos estes países: os acordos de estabilização e de associação.

(BLACKSEAFOR) em 2001, contribuiria para a implementação das políticas da UE nas áreas económica e de segurança, permitindo à UE aumentar a sua influência sobre a região (Emerson & Tocci, 2004, p. 12).

A Turquia estabeleceu um papel de liderança na região e neste contexto, as relações da Turquia com a sua vizinhança e a convergência das políticas externas turcas e da UE ganham importância na compreensão das contribuições positivas que a Turquia poderia trazer para a política externa comum da UE.

2.1.2 A dimensão de segurança

No pós-Guerra Fria, a Turquia continuou a desempenhar um papel importante na segurança europeia ao participar em operações militares destinadas a resolver crises nos Balcãs e outras partes do mundo, como no Afeganistão. A resolução dos problemas relativos às modalidades de cooperação entre a OTAN e a UE e o acordo alcançado em outubro de 2002, para permitir a participação de aliados da UE não membros da UE na política europeia de segurança e defesa, aproximou a Turquia das operações de segurança lideradas pela UE.

A Turquia participou em várias missões militares e civis da Política Externa de Segurança e Defesa (PESD, incluindo a Concordia e Próxima (Macedónia), EUFOR RD Congo, Althea (Bósnia), EUPM (Bósnia) e EUPOL Kinshasa (Ülgen, 2008, p. 4).

Considerando o orçamento da defesa da Turquia, a sua dimensão, equipamento e experiência das suas forças armadas, a adesão da Turquia contribuiria de forma significativa para as capacidades militares da UE e para o desenvolvimento da PESD (Emerson & Tocci, 2004, p. 32).

Adicionalmente, a adesão da Turquia seria importante em termos dos esforços da UE para combater as ameaças contemporâneas. De acordo com a Estratégia Europeia de Segurança (EES) da União Europeia, a luta contra ameaças globais como o terrorismo, a proliferação de armas de destruição em massa e os conflitos regionais exigem que a UE seja "mais ativa, mais coerente e mais capaz" (Solana, 2003). Neste documento, a natureza global dessas ameaças e a necessidade de uma luta multilateral demonstram a importância da adesão da Turquia à UE por razões de segurança.

Como foi anteriormente referenciado, a adesão da Turquia tornaria a UE geograficamente mais próxima de regiões voláteis, que podem ser fonte deste tipo de ameaças. Desta perspetiva, a adesão da Turquia suscita preocupações entre os membros da

UE. No entanto, não se deve esquecer que essas ameaças são globais (Comissão Europeia, 2004, p. 11).

Além disso, se algumas dessas ameaças, como o terrorismo e a imigração ilegal, constituem já importantes ameaças à segurança na UE, a Turquia tem já uma longa experiência na luta contra essas ameaças, particularmente o terrorismo, a imigração ilegal e o tráfico de drogas. A adesão da Turquia significaria a plena harmonização dos seus esforços com os da UE na luta contra estas ameaças, podendo contribuir positivamente no combate às ameaças globais (Comissão Europeia, 2004, p. 12).

Outro facto, é o da sua localização geográfica que serve de corredor em conexões rodoviárias, ferroviárias, marítimas e de energia. A adesão da Turquia permitiria à UE controlar esses canais, especialmente para a energia, que ganhou importância na agenda de segurança da UE. As preocupações sobre possíveis choques de preços do petróleo e interrupções do fornecimento de energia fazem com que os países procurem novas fontes de energia, a fim de reduzir a dependência de qualquer fornecedor. A Turquia, com a proximidade geográfica a uma região que contém uma grande quantidade de reservas mundiais de petróleo e gás, possui oleodutos ativos que passam pelo seu território para o transporte de gás e petróleo para o oeste, torna-se um importante canal de energia para os países da União Europeia. Neste contexto, a adesão da Turquia contribuiria muito para a segurança energética da UE (Barysch, 2007, p. 7).

Do ponto de vista da política externa, considerando as relações da Turquia com seus vizinhos, a convergência e a natureza complementar de suas políticas em vizinhança com a da UE contribuiria positivamente para o desenvolvimento da PESC da UE.

Com a sua posição geográfica, a Turquia serve de ponte entre o Ocidente e o Oriente a partir de aspetos políticos, culturais e económicos, o que permitiria à UE melhorar as suas relações com outros países da região geográfica da Turquia.

Do ponto de vista da segurança, a adesão da Turquia tornaria a UE uma vizinha mais próxima de regiões voláteis, como o Médio Oriente e o Cáucaso, que poderiam apresentar desafios de segurança para a UE. No entanto, tendo em conta os esforços da Turquia para trazer estabilidade e segurança a estas regiões, a sua importante posição geopolítica em termos de segurança energética da UE e as suas forças militares experientes e bem equipadas, a Turquia seria um ativo de segurança para a UE no combate a ameaças à segurança, o terrorismo e a imigração ilegal.

Do ponto de vista energético, o posicionamento geoestratégico e a pretensão política da Turquia face a este contexto levam-na a pretender ter um papel incontornável no controlo dos fluxos energéticos do Médio Oriente, do Cáspio e dos países do Mediterrâneo para a Europa. A energia é uma área em que os ganhos iniciais estão disponíveis. A natureza evolutiva da política energética da UE dá à Turquia uma grande oportunidade para garantir que a sua própria política energética contribua para a segurança energética da Europa.

De facto, a Turquia, como estado membro, daria à UE maior peso nos assuntos regionais e mundiais e um reforço da estabilidade e do papel da UE na região. As potenciais vantagens residem nas vantagens logísticas e geográficas concretas, aliadas a capacidades militares e recursos humanos.

2.2 A Política Externa de Segurança e Defesa (PESD)

Depois da UE alcançar uma importância económica e política considerável, os aliados europeus da OTAN procuraram reduzir a sua dependência dos EUA na área da segurança e defesa. Esta ambição é notória nos esforços da UE em criar uma Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD)⁶⁴ que tem como objetivo a criação de uma capacidade militar da UE complementar, mas autónoma, em relação à OTAN. Procuram assim alcançar uma maior autoridade política e controlo operacional, o que levaria a uma partilha mais equitativa do poder e das respostas.

Assim em janeiro de 1994, o Conselho da OTAN de Bruxelas reconheceu a importância de se definir uma Identidade Europeia de Segurança e Defesa, que satisfizesse os interesses comuns dos membros da UE, e dos aliados da OTAN.

Durante a Cimeira anglo-francesa de St. Malo em 1998, concordaram que a UE deveria ter capacidade para agir autonomamente e reagir a crises internacionais.

Em junho de 1999, o Conselho Europeu de Colónia considerou a gestão de crises definidas no Tratado da UE como “missões de Petersberg”⁶⁵, o principal objetivo da Política

⁶⁴ A PESD foi criada em 1999, no Conselho Europeu de Colónia e tem por objetivo permitir à União desenvolver as suas capacidades civis e militares de gestão das crises e de prevenção de conflitos à escala internacional, contribuindo assim para a manutenção da paz e da segurança internacionais, em conformidade com a Carta das Nações Unidas. A PESD, que não implica a criação de um exército europeu, evolui de forma compatível e coordenada com a OTAN.

⁶⁵ Foram instituídas na reunião do Conselho Ministerial da União da Europa Ocidental (UEO), em junho de 1992. Os Estados-Membros da UEO declararam-se prontos a disponibilizar unidades militares provenientes de qualquer ramo das suas forças armadas, tendo em vista a realização de missões sob a autoridade daquela

Europeia de Segurança e Defesa (PESD). As missões de Petersberg abrangem: missões humanitárias ou de evacuação de cidadãos nacionais, missões de manutenção da paz, e missões de forças de combate para a gestão das crises, incluindo operações de restabelecimento da paz.

Os dirigentes da UE acordaram em que:

a União deve dispor de capacidade de ação autónoma, apoiada em forças militares credíveis, de meios para decidir da sua utilização e de vontade política de o fazer, a fim de dar resposta às crises internacionais, sem prejuízo das ações a empreender pela OTAN. (Conselho Europeu, 1999, p. 33).

No Conselho Europeu de Helsínquia, em dezembro 1999, foi definido o chamado Objetivo Global de Helsínquia, com vista ao desenvolvimento das capacidades europeias.

Os Estados-Membros fixaram a si próprios um objetivo global de colocar até ao ano 2003, em regime de cooperação voluntária, uma força de 60.000 forças no terreno, num prazo de 60 dias, e de as manter durante um ano. Estas forças designadas por Forças de Reação Rápida deveriam assegurar as missões de Petersberg definidas no Tratado de Amesterdão.

Estas forças deverão ser militarmente auto-sustentadas, dispondo das necessárias capacidades de comando, controlo e informações secretas, logística, de outros serviços de apoio de combate e ainda, caso se justifique, de elementos aéreos e navais (Conselho Europeu, 1999).

Para que a União Europeia assumisse as suas responsabilidades na gestão de crises, o Conselho Europeu de Nice, em dezembro de 2000, decidiu criar estruturas políticas e militares permanentes, responsáveis controlo político e pela direção estratégica em caso de crise. Entre as novas instituições destacamos o Comité Político e de Segurança (COPS) – composto por embaixadores dos Estados-membros; o Comité Militar da UE (CMUE) – composto por chefes do Estado-Maior dos Estados-Membros; e o Estado Maior da UE (EMUE) – constituído por peritos militares destacados pelos Estados-Membros (responsável pela avaliação e planeamento estratégico).

Foram ainda criadas no domínio da PESD, a Agência Europeia de Defesa, para apoio da PESD na assistência ao Conselho e aos Estados-Membros nos seus esforços para melhorar as capacidades de defesa da União Europeia no domínio da gestão de crises; o Instituto para

Organização. Foram abrangidas no Tratado da União Europeia no artigo 42.º e fazem parte integrante da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD).

Estudos de Segurança da UE e o Centro de Satélites da UE, para a promoção de estudos e informações de apoio à tomada de decisão da UE no domínio da PESD.

No âmbito dos acordos permanentes sobre as consultas, a cooperação, e a transparência, a União Europeia e a OTAN assinaram um acordo de parceria estratégica em matéria de gestão de crises, que permite à UE utilizar os meios logísticos e de planificação da OTAN, para conduzir as suas operações de manutenção da paz. As missões de gestão de crises desenvolvidas no âmbito da PESD têm sido, assim, desenvolvidas em cooperação com a OTAN, que é como quem diz, sob o “guarda-chuva” desta.

No âmbito da PESD, a UE dispõe de forças militares e civis em missão. As primeiras operações da UE ocorreram em 2003, na região dos Balcãs, e desde essa altura têm sido destacadas forças europeias para diversas zonas, como o Afeganistão, Aceh na Indonésia e a República Democrática do Congo. Ao garantir a sua participação neste tipo de missões, a Europa pretende sem dúvida assumir uma maior responsabilidade na segurança global.

A par das missões militares foram também desenvolvidas no âmbito da PESD, missões civis que implicam o envio de suporte policial e judicial que vai ministrar treino, monitorizar e dar apoio às autoridades locais, nomeadamente na Bósnia-Herzegovina, na República da Macedónia, na Geórgia, no Afeganistão, na Guiné-Bissau, no Chade, no Darfur, no Congo, na Indonésia, na Moldávia e Ucrânia, no Iraque e em territórios Palestínianos. No âmbito das missões civis, em alguns casos há a participação de militares.

a) O Estatuto da Turquia como Membro Associado da UEO

Até a criação da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), o único quadro institucional ativo para tratar de questões de segurança, especificamente europeias, era o da União da Europa Ocidental (UEO), estabelecida pelo Tratado de Bruxelas de 1954, e pela parceria especial da UEO-OTAN sobre o conceito de Identidade Europeia de Segurança e de Defesa (IESD) definido pela OTAN.

Na Reunião de Conselho de Ministros da UEO de 1992, foi concedido o estatuto de “membro associado” aos estados que eram membros da OTAN, mas não da UE, isto é, a Islândia, a Noruega e a Turquia⁶⁶, e o estatuto de estado “observador” aos estados não membros da OTAN, mas membros da UE (mais a Dinamarca) (UEO, 1992).

Em 1994, 10 estados da Europa Central que solicitaram a adesão à OTAN e à UE tornaram-se “parceiros associados” da UEO (UEO, 1994).

⁶⁶ Após o alargamento da OTAN, a adesão à UEO foi alargada à República Checa, à Hungria e à Polónia.

Como membro associado, a Turquia manteve uma posição relativamente forte na UEO.

Segundo a Declaração de Petersberg do Conselho de Ministros da UEO de 1992, os membros associados:

(...) will have the same rights and responsibilities as the full members for functions transferred to WEU from other fora and institutions to which they already belong; they will have the right to speak but may not block a decision that is the subject of consensus among the member states; they may associate themselves with the decisions taken by member states; they will be able to participate in their implementation unless a majority of the member states, or half of the member states including the Presidency, decide otherwise; they will take part on the same basis as full members in WEU military operations to which they commit forces; (...) [and] they will be asked to make a financial contribution to the Organization's budgets. (UEO, 1992, p. 10)

Com a possibilidade de participar na tomada de decisão, a Turquia teve uma influência considerável. Os estados associados e os estados observadores não podiam bloquear o consenso, mas a sua participação deu-lhes a posição e a capacidade de dar a conhecer as suas posições antes de conseguir um consenso, e assim participar num processo de “segurança através da participação”.

A Turquia participou e tinha de facto direitos de “co-decisão” em todos os o Comitês da UEO, exceto o Comité de Segurança, e participou (com o fortalecimento das relações interinstitucionais na década de 90) em todas as reuniões conjuntas UE-OTAN e UEO-OTAN.

A Turquia contribuiu na prática em todas as operações da UEO, (de carácter não-militar e de escala limitada, como por exemplo as Missões de Patrulhamento no Adriático e no Danúbio para reforçar os embargos da ONU sobre as partes em guerra na ex-Jugoslávia), na mesma base que os membros efetivos da UEO.

A Turquia, tal como a Noruega, manteve o estatuto como membro pleno no *Western European Armaments Group* (WEAG), um corpo ligado à UEO, mas que foi essencialmente o sucessor do antigo Eurogrupo da OTAN.

Por último, a Turquia como membro associado tinha um extenso e concreto envolvimento nas atividades da Assembleia da UEO, no Instituto de Estudos de Segurança da UEO e no Centro de Satélite da UEO. Contudo, deve-se referir que a Turquia nunca se mostrou formalmente satisfeita com o seu estatuto de membro associado e em várias ocasiões argumentou que deveria ter acesso à posição da adesão completa (Robins, 2003).

Durante vários anos, a UEO atuou como uma ponte entre a União Europeia e a OTAN e foi especialmente próspera na relação com os estados não - membros da UE e

membros da OTAN (e mais tarde, também os países candidatos da UE) permitindo-lhes a participação total em atividades militares. “A segurança por meio da participação” foi a frase de propaganda e proporcionou aos membros associados, observadores e parceiros associados a sensação ou sentimento de pertença, bem como a oportunidade de levantar questões que afetavam os seus interesses de segurança.

Quando os parceiros associados acederam à UE e se tornaram parte da PESC/PESD, o acordo UEO deixou de ser necessário para estes. Todavia, a situação deteriorou-se para os membros associados, que perderam uma oportunidade no âmbito da segurança da UE. A Turquia, a Islândia e a Noruega continuaram a participar na Assembleia da UEO até à sua extinção completa em 2011.

2.2.1 A Turquia e a PESD - Contributos

Como país candidato, a Turquia participa na Política Externa e de Segurança Comum da União na fase de pré-adesão.

A Turquia desempenha um papel-chave na segurança regional, na estabilização do Cáucaso do Sul, o Médio Oriente e outras regiões, participando em várias missões de manutenção de paz da UE. A Turquia representa o terceiro maior contribuidor com forças militares entre os países terceiros nas missões da PESD, tendo a UE beneficiado das contribuições turcas em sete missões, inclusive na operação de manutenção de paz sob o compromisso do “*Berlim Plus*”, o EUFOR Althea na Bósnia e Herzegovina⁶⁷. Participou ainda, da operação militar da União Europeia na Macedónia (Concordia)⁶⁸.

Contudo, não participou na Operação Artemis na República Democrática do Congo, operação militar lançada pela UE sem utilização dos ativos da OTAN. A Turquia participou na Missão de Polícia da UE na Macedónia (EUPOL Proxima)⁶⁹ e na missão de polícia conduzida pela UE em Bósnia e Herzegovina⁷⁰.

⁶⁷ Decisão BiH/1/2004 do Comité Político e de Segurança (2004/732/PESC) de 21 de Setembro de 2004, relativa à aceitação dos contributos de Estados terceiros para operação militar da União Europeia na Bósnia e Herzegovina. JOCE 2004 L 324/20.

⁶⁸ Decisão 2003/662/PESC do Conselho, de 26 de maio de 2003, relativa à celebração do Acordo entre a União Europeia e a República da Turquia sobre a participação da República da Turquia nas forças lideradas pela União Europeia (FUE) na antiga República jugoslava da Macedónia, JOCE 2003 L 234/23.

⁶⁹ Decisão 2004/812/PESC do Conselho, de 19 de julho de 2004, relativa à celebração do Acordo entre a União Europeia e a República da Turquia sobre a participação da República da Turquia na Missão de Polícia da União Europeia (EUPOL «Proxima») na antiga República jugoslava da Macedónia, JOCE2004 L354/90.

⁷⁰ Acordo entre a União Europeia e a República da Turquia sobre a participação da República da Turquia na missão de polícia da União Europeia (MPUE) na Bósnia-Herzegovina (BIH), JOCE 2003 L 239/35.

Para além disso, por meio da sua participação no âmbito das operações aprovadas pelas Nações Unidas (por exemplo: a UNIFIL no Líbano, ISAF no Afeganistão e a contra-pirataria naval da *Combined Task Force 151* no Golfo de Aden), a Turquia colabora lado a lado com os estados membros da UE e no apoio paralelo às operações conduzidas pela UE (por exemplo, Operação Atalanta).

2.2.2 A Turquia e a Inclusão/Exclusão na PESD

Durante meio século, a OTAN foi a base da Turquia na política de segurança e defesa.

Com a decisão de se integrar a UEO na UE, a Turquia mostrou-se muito desagradada e relutante em abandonar os direitos que adquiriu no âmbito da UEO. Desde que a UE declarou que iria ter as suas capacidades militares autónomas, a Turquia receou que estes desenvolvimentos transformassem a UE numa fortaleza de segurança e a partir desse momento a Turquia sentiu-se excluída das estruturas civis e militares.

Todavia, no Conselho Europeu de Santa Maria da Feira (realizada em junho de 2000), foram adotadas algumas propostas de forma a permitir aos membros europeus da OTAN que não são membros da UE, a tomarem parte na gestão militar de crises no âmbito da UE. Ao tomar uma decisão relativa à opção militar, a UE convidará os membros europeus da OTAN que não são membros da UE a participar na operação, em conformidade com as disposições acordadas em Helsínquia:

Caso seja tomada pelo Conselho uma decisão de lançar uma operação, os membros europeus da OTAN que não são membros da UE participarão, se o desejarem, na eventualidade de a operação exigir o recurso aos meios e capacidades da OTAN. Mediante uma decisão do Conselho, serão convidados a participar em operações em que a UE não recorra aos meios da OTAN.” (UE, 2003)

A fase operacional começa quando o Conselho decidir lançar uma operação militar. Os membros europeus da OTAN que não são membros da UE, e que tenham confirmado a sua participação numa operação liderada pela UE mobilizando forças militares, terão os mesmos direitos e obrigações que os restantes Estados-Membros que participam na condução diária dessa operação.

Desta forma será criado um comité *ad hoc* de Contribuintes, que incluirá todos os Estados-Membros da UE e os outros Estados participantes encarregados da condução diária da operação. O Conselho será responsável pelo controlo político e pela direção estratégica da

operação. Quanto à condução militar diária da operação, as funções e o papel do Conselho Militar e do comandante operacional, serão definidos nas disposições pertinentes.

A decisão de dar por concluída uma operação, será tomada pelo Conselho, após consultas entre os Estados participantes no âmbito do comité.

A Turquia considerou que as propostas apresentadas no Conselho Europeu da Feira, limitavam a participação dos aliados europeus não membros da UE, pois a responsabilidade pela condução da operação seria executada pela referida estrutura nomeada *ad hoc*.

De acordo com Larrabee e Lesser, a Turquia não se opunha diretamente à expansão do papel da UE em questões de segurança e defesa, mas queria assegurar que estaria envolvida no planeamento e na tomada de decisão nas operações para administrar as crises, principalmente nas que tocam diretamente os seus próprios interesses de segurança; recusa-se a concordar que a UE possa utilizar automaticamente os recursos da OTAN para administrar uma crise em que a OTAN decida não se envolver. Contrariamente, insiste que o acesso da UE a esses recursos deveria ser analisado caso-a-caso (Larrabee & Lesser, 2003).

As preocupações da Turquia estão relacionadas em primeiro lugar, com a possibilidade de a Grécia utilizar a sua posição na UE para a pressionar a intervir em áreas, como o Chipre, que afetam diretamente a segurança da Turquia. Em segundo lugar, a maioria das crises que a UE e a OTAN podem vir a enfrentar no futuro estariam provavelmente na periferia turca ou muito próximo desta, logo a Turquia queria assegurar que estaria envolvida nas decisões que afetam diretamente a sua segurança (Larrabee & Lesser, 2003).

A UE tem reiteradamente declarado que a ligação com a Aliança Atlântica permanece inalterada e que não há competição com a OTAN. A disparidade de recursos e de tecnologias entre europeus e americanos compromete o projeto europeu e expõe a dependência em relação à OTAN e conseqüentemente, a necessidade de aprovação dos membros da aliança, dentro os quais está a Turquia, para que a UE possa utilizar os recursos da OTAN.

Basicamente, o problema da Turquia consiste no poder de veto na OTAN. Com este veto, pretende que a UE não use as capacidades da OTAN e assim, procurar pressionar o seu pedido de inclusão no processo de decisão. A UE, no entanto, afirmou que a Turquia não pode vetar as ações autónomas da UE que não envolvam forças do exército turco.

O veto turco consistiu em impedir o acesso garantido ao processo de planeamento da OTAN que se realiza ao nível do SHAPE (Supreme Headquarters Allied Powers Europe), entendido como uma tentativa turca para impedir que a União construa as suas capacidades militares.

Embora tenha havido alguma aproximação, as relações entre a UE e a Turquia relativamente à PESD, continuaram bastante tensas até final de 2001.

Em dezembro de 2001, esta questão foi ultrapassada através de um acordo estabelecido entre os EUA, Inglaterra e Turquia. A UE elaborou uma proposta assegurando que não utilizaria a sua política de segurança e defesa contra membros da OTAN e, adicionalmente, consultaria a Turquia quando uma intervenção europeia fosse dirigida a uma região geograficamente próxima ou de seu interesse em termos de segurança.

Contudo, a Grécia, como Estado membro da UE, esperava que a UE a apoiasse num possível conflito com a Turquia, relativo à questão do Mar Egeu ou do Chipre, vetou a proposta.

A solução para este problema foi aguardada nas Presidências Espanhola e Dinamarquesa, durante respetivamente, o primeiro e o segundo semestre de 2002, porém em ambos os Conselhos não foi alcançado qualquer consenso.

Este impasse foi finalmente resolvido através de um compromisso durante a Cimeira de Copenhaga em dezembro de 2002. O Conselho decidiu que os acordos "Berlim Plus" e a sua implementação aplicar-se-iam apenas aos Estados-Membros da UE, que também são membros da OTAN ou partes da "Parceria para a Paz", e que concluíram acordos de segurança bilaterais com OTAN. Graças a esse acordo, a UE irá dispor de um acesso, com efeito imediato, aos meios logísticos e de planeamento da Aliança Atlântica, incluindo informações militares. A União terá permissão para utilizar a logística da OTAN e ter acesso à base de planeamento da OTAN SHAPE.

Este desenvolvimento serve de ponto crítico decisivo para a PESD, ao permitir que a União tenha uma capacidade mais forte para a gestão de crises.

A Turquia já desempenhou um papel ativo em todas as operações de manutenção da paz lideradas pela UE desde 2003, com a exceção do Congo. Assim, a Turquia contribuiu significativamente para os esforços internacionais de manutenção da paz nos Balcãs, Somália e mais recentemente no Afeganistão. Em 1995, a Turquia juntou-se ao UNPROFOR com 1450 militares. Além disso, participou no IFOR e SFOR com 1200 militares e contribuiu para operações policiais na Bósnia e Herzegovina e na Macedónia. Além disso, em junho de 2002, a Turquia assumiu o comando das forças da OTAN no Afeganistão, nomeadamente a ISAF (Força Internacional de Segurança e Assistência), durante nove meses e retomou seu comando mais uma vez em 2005.

A Turquia tem um papel a desempenhar no reforço da paz e da estabilidade na sua região volátil como uma potência regional fundamental, com substancial capacidade militar.

Do ponto de vista da UE, faz sentido incluir a Turquia na estrutura da PESD, quer pelo papel pivot que teve na defesa da Europa durante a Guerra Fria, quer pelo papel de elemento estabilizador naquela região na atualidade.

Outro aspeto importante a considerar, é o facto de as Forças Armadas turcas terem uma larga experiência em operações de apoio à paz em vários países, desde a Somália até à Bósnia. Também deve ser levado em conta que, ao contrário da maioria dos Exércitos europeus, o exército turco esteve ativamente empenhado em conflitos durante vários anos.

Refira-se também que a UE e a Turquia já começaram a integrar as suas políticas externas no período de pré-adesão. Na verdade, este processo começou com a associação da Turquia e com o acréscimo de um importante conjunto de ferramentas diplomáticas, culturais e políticas de ação externa da UE.

A participação ativa de Ancara em quase todas as missões da PESD indica um compromisso para uma Europa da Defesa: a Turquia disponibilizou tropas, aeronaves e estruturas de comando para sete missões da UE.

2.3 A Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD)

Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) substituiu a PESD. Com a PCSD, a UE caminha para a unificação da segurança e defesa europeias, e veio dar início a uma nova cultura de partilha na UE que não existia nesta área.

É introduzida a cláusula de assistência militar mútua que prevê que:

Se um Estado-Membro vier a ser alvo de agressão armada no seu território, os outros Estados-Membros devem prestar-lhe auxílio e assistência por todos os meios ao seu alcance, em conformidade com o artigo 51º da Carta das Nações Unidas (nº7 do artigo 42º, do Tratado de Lisboa).

Este artigo confere alguma obrigatoriedade de assistência mútua em caso de agressão ao território de um Estado-Membro.

São também introduzidas as Cooperações Estruturadas Permanentes (CEP), para reforçar a ideia de partilha e cooperação na área da segurança e defesa na União. Assim:

os Estados-Membros cujas capacidades militares preencham critérios mais elevados e que tenham assumido compromissos mais vinculativos na matéria tendo em vista a realização das missões mais exigentes, estabelecem uma cooperação estruturada permanente no âmbito da União (nº 6 do artigo 42º do Tratado de Lisboa).

As CEP são um dos principais desafios da PCSD, pois exigem grandes esforços a alguns Estados-Membros que nelas queiram participar. Para poderem participar e assumir os compromissos estabelecidos, os Estados-Membros têm de possuir certas capacidades militares e preencher determinados critérios. Numa primeira fase só os Estados-Membros com elevadas capacidades militares poderão integrar a CEP.

Segundo Severiano Teixeira, o mecanismo de cooperação tem por objetivos: “incrementar a colaboração dos Estados-membros em matéria de despesas de investimento com equipamentos de defesa; uma maior aproximação dos instrumentos de defesa dos Estados-Membros, harmonizando e identificando as necessidades militares, especializando e disponibilizando os meios e capacidades de defesa, promovendo uma nova cultura de partilha estratégica, por oposição à autonomia nacional; reforço da disponibilidade, interoperabilidade, flexibilidade e capacidade de colocação de forças no terreno pelos Estados-Membros; e por fim, visa colmatar as lacunas de capacidades já identificadas pela união” (Teixeira, 2010).

O Artigo 42º do Tratado de Lisboa define:

a política comum de segurança e defesa faz parte integrante da política externa e de segurança comum. A política comum de segurança e defesa garante à União uma capacidade operacional apoiada em meios civis e militares. A União pode empregá-los em missões no exterior a fim de assegurar a manutenção da paz, a prevenção de conflitos e o reforço da segurança internacional, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas. A execução destas tarefas assenta nas capacidades fornecidas pelos Estados-Membros.

Constatamos alguns pontos de diferença entre a PCSD e a PESD. Desde logo, a PCSD veio abraçar as missões que eram garantidas inicialmente pela PESD no âmbito das “missões de Petersberg”. A PCSD difere da PESD, na medida em que se insere apenas no âmbito da jurisdição da União Europeia, incluindo só os países membros da UE, mesmo os que não têm laços com a OTAN. Por último, a PCSD garante à UE uma capacidade operacional apoiada apenas nos meios fornecidos pelos Estados-Membros, não contando com capacidades da OTAN, o que acontecia anteriormente com a PESD, no âmbito do acordo de parceria estratégica em matéria de gestão de crises.

2.3.1 Complementaridade com a OTAN

Os desenvolvimentos no âmbito da PCSD deverão ser conduzidos em coordenação e complementaridade com a OTAN de acordo com o previsto nos Acordos de *Berlin Plus*⁷¹ e que estão na base da parceria estratégica entre a UE e a OTAN.

⁷¹ Em 2003, os Acordos de *Berlin Plus* permitiram à UE o recurso a meios e capacidades de comando da OTAN e sob a égide deste Acordo, a UE iniciou a sua primeira operação militar comandada pela EUFOR, no âmbito da manutenção da paz, designada por “*Concórdia*”, recorrendo aos comandos da OTAN.

Assim, a Estratégia Europeia de Segurança (EES) e o novo Conceito Estratégico da OTAN, aprovado em 2010 na Cimeira de Lisboa, trouxeram novas exigências aos Estados-membros, em matéria de contribuição para a garantia da segurança internacional.

De acordo com a generalidade dos analistas, a importância da complementaridade com a OTAN deve ser considerada como um reforço da dimensão de defesa da UE e a garantia de um compromisso credível para a manutenção da estabilidade da Europa e da sua vizinhança próxima, o que beneficiaria a complementaridade entre a dimensão europeia e atlântica da comunidade de segurança e defesa ocidental, como vem sendo solicitado pelos EUA. Trata-se de a UE assumir as suas responsabilidades no âmbito da segurança internacional (Viana, 2013, p. 3).

Outra questão a esclarecer é a da introdução na PCSD da “cláusula de solidariedade” (art.º 222º do TUE), o compromisso com a defesa mútua marca a diferença entre as políticas de segurança e de defesa da UE e da OTAN. Para a maioria dos Estados-Membros da UE, a sua própria defesa assenta nos compromissos com a OTAN, isto é, as capacidades europeias são, por agora, utilizadas em missões de segurança, tanto em território europeu comunitário como em países terceiros. No entanto, as opções são muito condicionadas pelo esforço financeiro dedicado a defesa, já que neste domínio, a Europa a 27 (sem a Dinamarca), no seu conjunto, não alcança metade das despesas dos EUA.⁷²

No âmbito da segurança cooperativa enquanto a maioria dos Estados-membros da UE não dispensarem o compromisso norte-americano de defesa da Europa, as relações transatlânticas continuarão, no futuro próximo, a preencher o debate sobre a futura política de defesa comum europeia (Coelho, 2013).

De acordo com as conclusões do relatório do Conselho Europeu de Dezembro de 2013, “a PCSD continuará a ser desenvolvida em plena complementaridade com a OTAN, no quadro da parceria estratégica aprovada entre a UE e a OTAN e em conformidade com a autonomia de decisão e os procedimentos próprios de cada parte” (CED, 2013, p. 1).

Esta complementaridade exige meios necessários e investimentos equitativos para prosseguir o desenvolvimento de uma PCSD eficaz e credível (CED, 2013).

A OTAN não pode ambicionar abranger, isoladamente, uma diversidade de capacidades para todo o tipo de intervenções. De acordo com esta premissa, o novo Conceito Estratégico da OTAN veio reforçar a conceção alusiva à materialização da PCSD, com base

⁷² Segundo o Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), em 2013, os EUA consagraram 3.8% do seu Produto Interno Bruto (PIB) à defesa, a França 2.2% e o RU 2.3%, a Alemanha não chegou a 1.4% e Portugal 1.1% (SIPRI, 2014).

na indispensabilidade das duas organizações desenvolverem uma parceria estratégica de complementaridade no campo da segurança e defesa (Rodrigues, 2013, p. 13). Todavia, ainda não se decidiu avançar para a clarificação da complementaridade das duas organizações. Segundo A.R. Rodrigues, “podem ser consideradas duas possibilidades: uma assente na “complementaridade geográfica”, baseada na atribuição de áreas de responsabilidade separadas, outra assente numa “complementaridade funcional”, que atribui à OTAN o emprego do “*hard power*” e à UE o “*soft power*” (Rodrigues, 2013).

No que diz respeito à complementaridade geográfica, não seria aceitável pelos europeus dado o insuficiente progresso no desenvolvimento de capacidades militares próprias. Esta fragilidade poderá condicionar a coesão entre os dois lados do Atlântico, tanto ao nível regional, em relação à Europa e zonas de interesse direto, como ao nível global.

2.3.2 Desafios para a PCSD

A União Europeia, enquanto ator regional, viu-se confrontada com novos desafios de segurança e a necessidade crescente de se apresentar como produtor de segurança internacional em relação à sua vizinhança próxima.

As responsabilidades estratégicas da UE nos domínios da segurança e defesa e do projeto de integração europeia, as expectativas mais ambiciosas sobre os resultados do Conselho Europeu dedicado à PCSD apontavam para a formulação de um documento estratégico com a definição de uma escala geopolítica de prioridades de intervenção, de modo a encontrar uma estrutura de forças adequada com capacidade de resposta aos atuais e futuros desafios de segurança.

Perante as circunstâncias, o Conselho Europeu definiu um conjunto de linhas de ação prioritárias para os Estados-membros, com propostas de ação, com o objetivo de contornar a conjuntura económica que condiciona a utilização e o desenvolvimento das capacidades de defesa:

1. Aumento da eficácia, da visibilidade e do impacto da PESD;

As missões e operações civis e militares de gestão de crises em todo o mundo constituem uma expressão tangível do empenhamento da UE na paz e segurança internacionais. Nos últimos anos, têm-se registado progressos nalguns domínios relacionados com a PCSD. (Conselho Europeu, 2013, p. 2).

Face à necessidade de melhorar a capacidade de resposta da UE, os EM deverão reunir as capacidades para planear e projetar os meios civis e militares adequados, com rapidez e

eficácia. Por seu lado, o sistema de financiamento das missões e operações da UE, também deverá ser melhorado (Conselho Europeu, 2013, p. 3).

2. Desenvolvimento das capacidades de defesa;

No domínio do desenvolvimento das capacidades militares, a cooperação é fundamental para manter as capacidades essenciais, colmatar as insuficiências e evitar as redundâncias. A mutualização da procura, a consolidação dos requisitos e a realização de economias de escala permitirão aos Estados-membros reforçar a eficácia da utilização dos recursos e assegurar a interoperabilidade (Conselho Europeu, 2013, p. 4).

Esta cooperação deverá ser facilitada através de maior partilha de informações no planeamento da defesa, para que os decisores ao nível nacional apostem nas capacidades necessárias e consigam uma maior convergência dos calendários de planeamento, em linha com o processo de planeamento da OTAN (Idem, p. 5).

3. Reforço da indústria de defesa Europeia;

“O principal desafio para a PCSD continuará a ser o aumento da cooperação entre EM e o uso das suas sinergias, de forma a construir uma Base Tecnológica e Industrial de Defesa Europeia (BTIDE) mais competitiva e integrada, com o objetivo de desenvolver as capacidades civis e militares necessárias e incrementar a sua capacidade operacional”(Tomé, 2013).

Em resposta a estes desafios, a UE e os seus Estados-Membros (em colaboração com a OTAN e a ONU) devem assumir maiores responsabilidades para aumentar a sua contribuição para a manutenção da segurança, da estabilidade e da paz (Conselho Europeu, 2013, p. 1).

Síntese Conclusiva

Considera-se que a adesão da Turquia à UE tornaria a PCSD / PESC mais poderosa, e reforçaria a sua capacidade de "*hard power*".

A Turquia tem a segunda maior força militar dentro da OTAN, a 9ª maior do mundo, com capacidade suficiente para suprir a falta de capacidade militar da UE, que se torna uma questão desafiadora devido às operações em curso que exigem rotação de força. Embora a UE

disponha dos 60.000 homens para a Força de Reação Rápida da UE, esta força não é suficiente para cobrir todas as operações.

A UE tem sido frequentemente acusada de falta de “*Hard power*”, de não ter uma forte capacidade militar que lhe permitiria tornar-se um ator estratégico global, e de não corresponder ao seu próprio compromisso de assumir um papel mais ativo no cenário da segurança internacional. A adesão da Turquia colmataria esta lacuna, pois aumentaria a capacidade militar da UE e a sua posição geográfica permitiria à UE expandir a sua área de interesse.

Outro aspecto a referir é o de a Turquia, por ser um membro da OTAN e exercer o seu voto no Conselho do Atlântico Norte, dispõe de uma alavanca institucional que pode afetar as aspirações de defesa da UE, e que não deve ser subestimada. Atualmente, a Turquia vê na OTAN a principal responsável pela segurança da Europa e defende o seu papel vital na salvaguarda da Europa e na manutenção das relações transatlânticas.

Como membro da OTAN e como candidato à adesão da UE, a Turquia fortaleceria a segurança da OTAN e aumentaria as perspectivas de segurança da UE, que se complementam mutuamente. Contribuiria para a garantia de segurança dentro da UE contra ameaças internas e externas e promoveria a estabilidade e segurança na sua vizinhança mais próxima.

Capítulo IV - Turquia e OTAN

1. A Turquia e a OTAN

A Turquia é membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) desde 1952 e durante mais de 60 anos desempenhou um considerável papel na defesa e na segurança da aliança durante da Guerra Fria e no período seguinte.

Para além da sua tradição de estado enraizada nas forças armadas, a sua posição geopolítica, a sua força militar qualificada, tornam a Turquia um país importante para OTAN. Desde a sua adesão, em 18 de fevereiro de 1952, a Turquia tem desempenhado um papel central na cooperação e estabilidade euro-atlânticas.

Durante a Guerra Fria, a sua posição geográfica como o bastião de defesa do "flanco sul" da aliança era de extrema importância para o Ocidente ao conter a ameaça da União Soviética (OTAN, 2011).

Embora as relações da Turquia com a OTAN tenham sofrido algumas contrariedades, como por exemplo, a falta de apoio da aliança na invasão turca de Chipre em 1974, a Turquia e a OTAN permaneceram aliadas e em estreita colaboração (Pearson, 2008, p. 64).

Com o colapso da União Soviética e o início de uma nova ordem mundial, com novos membros a aderirem à OTAN (estados do antigo bloco de leste) a importância estratégica da Turquia nas suas relações com o ocidente persistiu, sobretudo por meio dos seus compromissos com os EUA na primeira Guerra do Golfo (Pearson, 2008, p. 65). Apesar das estruturas políticas subjacentes terem mudado na era pós-Guerra Fria, a OTAN e a Turquia trabalharam em conjunto para responder aos novos riscos e desafios resultantes de uma ordem mundial em constante mudança.

Após os ataques de 11 de setembro de 2001, o Artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte (Cláusula de Defesa Coletiva)⁷³ foi invocado pela primeira vez pela OTAN e a partir de então, o ambiente de segurança mais diversificado levou a compromissos da OTAN muito

⁷³ **Artigo 5.º** *As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, conseqüentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou colectiva, reconhecido pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a acção que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte. (...).* (Tratado do Atlântico Norte)

além da área euro-atlântica e proporcionou uma nova importância à Turquia, dada a sua posição geográfica⁷⁴ nas missões "fora da área" europeia (Davutoğlu, 2012, p. 9).

Nos últimos anos, o papel da Turquia na OTAN tem aumentado acentuadamente. Com o exército turco como o segundo maior da aliança, depois dos EUA, as suas contribuições globais para as missões da OTAN atingem os cerca de 3.250 soldados, dos quais 1.840 destacados para a Força Internacional de Assistência para Segurança (ISAF).

A Turquia também contribuiu com cerca de 600 militares na coligação da Operação *Unified Protector* (Protector Unificado)⁷⁵ na Líbia em 2011 e tem sido um dos principais contribuintes para a *Operation Active Endeavour*⁷⁶ para impedir a atividade terrorista no Mar Mediterrâneo (OTAN, 2011).

Além de participar em todas as atividades da OTAN, os militares turcos deram mostras da sua capacidade para liderar missões da aliança: além da ISAF, também assumiu o comando da Força Multinacional de Forças do Sul, no sul do Kosovo em 2007 (Pearson, 2008, pp. 61-62).

A Turquia também desempenhou um papel construtivo nas parcerias da aliança, e no Diálogo com o Mediterrâneo para a cooperação com os países mediterrânicos não-OTAN e a Iniciativa de Cooperação de Istambul da Cimeira de Istambul de 2004 para o fortalecimento das relações e da segurança na região mais ampla do Médio Oriente (Nişanci, 2005, p. 5).

De acordo com o Embaixador Hüseyin Diriöz, o aumento da importância da Turquia na OTAN decorre, em parte, das mudanças geopolíticas e da forma como os interesses estratégicos da Turquia se sobrepõem aos de outros membros, correspondendo também ao papel da Turquia como contribuinte fundamental para a OTAN (OTAN, 2011).

Contudo, com a subida ao poder do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP), a Turquia redefiniu a sua política externa para uma menor dependência do Ocidente e uma maior necessidade de assumir um papel mais regional, construindo melhores relações com os países vizinhos (a política de “zero problemas com os vizinhos”⁷⁷). O crescente papel regional da Turquia torna-a um aliado estratégico para a OTAN, não só devido à sua capacidade

⁷⁴ A geografia estratégica da Turquia ajudou a facilitar o envolvimento europeu no Afeganistão (2001), no comando da Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF), em Cabul (2002 e em 2005).

⁷⁵ A intervenção militar na Líbia (2011) com o objetivo de criar uma zona de exclusão aérea no espaço aéreo líbio, seguindo a Resolução 1973 do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 17 de março de 2011.

⁷⁶ Operação marítima da OTAN no Mediterrâneo Oriental, como parte da campanha internacional contra o Terrorismo. Tem como missão conduzir as operações marítimas na área de operações atribuídas e demonstrar a determinação da OTAN para ajudar a dissuadir, defender, impedir e proteger contra o terrorismo.

⁷⁷ “Zero problemas com os vizinhos” foi uma iniciativa para a resolução de conflitos regionais antigos e assumir um papel mais ativo no Médio Oriente, defendida por Ahmet Davutoglu, Conselheiro de Erdogan e mais tarde, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia.

militar, mas também no que diz respeito à sua diplomacia reforçada em relação a muitos países além da região Europa - Atlântico.

Sobretudo no contexto das Primaveras Árabes⁷⁸ no Norte de África e no Médio Oriente, à medida que estes estados se transformam, o ex-Secretário-geral da OTAN, Anders Fogh Rasmussen⁷⁹, considerava o papel da Turquia nesta região como crucial para o novo ambiente estratégico e para as futuras parcerias, não só pelo sua dimensão e localização, mas também pela sua experiência cultural e histórica com os países vizinhos (Rasmussen, 2012, pp. 4-5). A própria identidade muçulmana da Turquia, os seus valores democráticos e os seus vínculos com o Ocidente, quer como membro da OTAN, quer como candidato à UE, poderiam servir de modelo para muitos países na região.

A Turquia também tem um papel fundamental para os interesses estratégicos da aliança no desenvolvimento da capacidade de defesa antimíssil, protegendo os territórios europeus das ameaças de proliferação de mísseis balísticos.

Durante a Cimeira de Lisboa em 2010, a aliança concordou em adotar o sistema de defesa antimíssil para a OTAN, para a integração da defesa da Europa contra mísseis balísticos iranianos. A Turquia concordou em acolher o sistema de defesa de mísseis da OTAN no seu território, mas manifestou algumas preocupações e fez algumas exigências: uma cobertura total do sistema de defesa e o direito de supervisionar todo o seu território, enfatizando que os países vizinhos, incluindo a Síria e o Irão não deveriam ser considerados como ameaças específicas (Ülgen, 2012). A Turquia não pretendia que houvesse a perceção de ameaça, especialmente contra o Irão.

Apesar da controvérsia a nível internacional, o sistema de defesa de mísseis demonstrou a importância da convergência da Turquia com os interesses estratégicos da aliança.

Em 2012, o governo turco solicitou que a OTAN aumentasse as capacidades de defesa aérea da Turquia para defender a sua população e o seu território na sequência de dois incidentes: o abate pelas forças Sírias de um avião F-4 da Força Aérea Turca que cumpria uma missão de reconhecimento e treino, em junho de 2012 e a morte de cinco civis turcos por bombardeiros sírios na cidade fronteiriça de Akçakale, em outubro 2012. Após estes acontecimentos, a Turquia invocou o Artigo IV do Tratado Atlântico, e em 4 de dezembro de

⁷⁸ Movimento que eclodiu no final de 2010, e que se caracterizou por uma série de protestos e revoltas nos países árabes contra o agravamento da situação dos países, provocado pela crise económica e pela falta de democracia. Houve revoluções na Tunísia (dezembro 2010), Egito, Síria, Líbia (Guerra Civil) e protestos na Argélia, Iraque, Bahrein, Djibuti, Jordânia, Omã e Iémen.

⁷⁹ Secretário-Geral da OTAN no período de 2009 a 2014.

2012, os Ministros dos Negócios Estrangeiros da OTAN (EUA, Alemanha e Holanda) concordaram em fornecer duas baterias de mísseis Patriot para aumentar as defesas aéreas da Turquia.

2. A Turquia e os EUA

Embora os turcos e os americanos tivessem já estabelecido, pela primeira vez, relações diplomáticas entre otomanos e os EUA em 1867 e 1901, o estreito alinhamento entre os dois países só se desenvolveu após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e durante a Guerra Fria, a ameaça estratégica comum representada pela União Soviética, levou a que, com a escalada do conflito entre os EUA e a URSS, Washington e Ancara começassem a reconhecer a necessidade de uma cooperação estratégica, culminando na criação da principal organização de defesa coletiva ocidental – OTAN (Bulent, Aliriza; Bulent, Aras, 2012).

A visão dos EUA sobre a segurança nacional da Turquia e o seu papel na defesa do mundo ocidental evoluiu com o confronto com a União Soviética. Mesmo antes do fim da II Guerra Mundial, os EUA aperceberam-se da ambição da União Soviética em adicionar a Turquia à sua esfera de influência do pós-guerra.

Em março de 1947, Truman declarou que a Turquia era essencial para a preservação da ordem no Médio Oriente. A ação de Truman foi motivada pela decisão do RU de recuar da sua posição no Médio Oriente. Um memorando britânico entregue em Washington em 21 de fevereiro de 1947, tinha informado os EUA de que o Reino Unido já não podia estender a assistência financeira à Turquia e por conseguinte, esperavam que os EUA assumissem os encargos financeiros (Bulent, Aliriza; Bulent, Aras, 2012, p. 2).

No entanto, os EUA avançaram para uma aliança de defesa com estados ocidentais culminaram no estabelecimento da OTAN em 1949.

A 12 de fevereiro de 1951, memorando do Secretário de Estado Adjunto George C. McGhee argumentou a favor da criação de “*an Eastern Mediterranean grouping, centered around Turkey,*” desde “*the land defense of Western Europe... [was] separate from the land defense of Turkey*”⁸⁰. Os EUA abstiveram-se do apoio das tentativas da Turquia para entrar na OTAN (Bulent, Aliriza; Bulent, Aras, 2012, p. 2).

⁸⁰ Tradução livre da autora: “um agrupamento Mediterrâneo Oriental, centrada em torno de Turquia”, já que “a defesa do território da Europa Ocidental ... [foi] separado da defesa do território da Turquia.”

Contudo, com a escalada contínua das tensões da Guerra Fria e com a participação da Turquia na Guerra da Coreia, levou a que os EUA reconsiderassem a posição.

McGhee, afirmou que ao comprometer-se com o esforço aliado na Guerra da Coreia (1951) a Turquia havia revelado grande qualidade de combate das suas tropas e demonstrava a sua vontade em participar na segurança coletiva (Bulent, Aliriza; Bulent, Aras, 2012, p. 3).

Outro fator importante foi o das primeiras eleições livres turcas multipartidárias em maio de 1950, que forneceram as credenciais democráticas necessárias para a adesão na OTAN, uma questão que tinha sido levantada por muitos dos membros europeus da OTAN. Para convencer os seus aliados da OTAN, os EUA argumentaram sobre a importância da defesa do Ocidente da “dominação soviética”. A Turquia foi assim admitida na OTAN em 1952.

Os EUA concluíram centenas de acordos bilaterais em paralelo ao regime de defesa multilateral, sendo a maioria da sua interação com o exército turco. Consequentemente, a maioria das principais interações entre EUA e Turquia ocorreu no contexto desta relação de segurança primária. Além da garantia de segurança fornecida pelos EUA através OTAN, a Turquia também dependia da proteção dos EUA como “guarda-chuva nuclear” e das quantidades de apoios económicos e militares. De 1948 a 1975, a Turquia recebeu mais de 4,5 bilhões de dólares em ajuda militar dos EUA (Bulent, Aliriza; Bulent, Aras, 2012, p. 4).

Como os EUA estavam comprometidos com a defesa da Turquia, através OTAN, não sentiram qualquer obrigação de consultar ou mesmo informar o governo turco de grandes decisões que tivessem influência com os seus interesses nacionais. A crise dos mísseis de Cuba forneceu um exemplo dessa tendência.

Entre 1959-1960, os EUA decidiram colocar mísseis-nucleares Júpiter na Turquia para reforçar as defesas da OTAN contra a União Soviética. Esta decisão foi vista como forte indicador do apoio e compromisso dos EUA com a Turquia. No entanto, durante a crise, com a informação de que os soviéticos teriam colocado armas nucleares em Cuba, colocando em risco a segurança dos EUA, o presidente de então John F. Kennedy concordou em retirar os mísseis da Turquia depois de os soviéticos retirarem os seus mísseis de Cuba. Esta decisão unilateral de Washington de retirar os mísseis sem qualquer consulta à Turquia afetou significativamente a relação entre os dois países (Bulent, Aliriza; Bulent, Aras, 2012, p. 3).

Outro exemplo é o da questão de Chipre. Quando a Turquia interveio no Chipre, em 1974, o Congresso dos Estados Unidos da América impôs um embargo sobre abastecimentos militares para a Turquia. Ancara retaliou e revogou o Acordo de Cooperação e Defesa.

Embora o episódio tivesse deixado um “gosto amargo” para Ankara, a importância dos interesses mútuos da Guerra Fria assegurava a manutenção de sua relação estratégica.

A queda do Muro de Berlim em novembro de 1989 foi recebida com receio em Ancara, pois a sua posição já não seria relevante para o Ocidente, e para Washington em particular (Bulent, Aliriza; Bulent, Aras, 2012, p. 3).

Com o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria a ameaça comum desvanece-se, e a ênfase passa agora a ser a de redefinir uma aliança num ambiente de natureza multirregional e multidimensional.

Com a presidência de George Bush, destacou-se a mudança da natureza da relação OTAN – Turquia. A importância da Turquia como aliado já não se prende apenas com o desenvolvimento do “bastião do flanco sul da OTAN”, mas também como uma possível rota de trânsito para a energia do Mar Cáspio para os mercados internacionais que contornem a Rússia. A Turquia redescobriu o seu lugar histórico como centro de comércio, ponte entre a Europa, à Ásia e o Médio Oriente, enquanto age como um “farol de estabilidade”. Bush também destacou a importância da adesão da Turquia à União Europeia (Bulent, Aliriza; Bulent, Aras, 2012, p. 5).

A aliança estratégica entre os EUA e Turquia encontrou um novo ponto de foco com a cooperação turca após a invasão do Kuwait pelo Iraque, com a invasão deste em Iraque em setembro de 1990. A Turquia manteve-se firme e constante, apesar das consequências negativas que a invasão iraquiana colocava à sua própria economia.

A presidência Clinton destacou a mudança na aliança no sentido de uma maior cooperação política, onde o papel da Turquia seria mais o de estabilizador de uma série de pontos de conflito regionais.

Bill Clinton, durante a sua visita a Ancara em novembro de 1999, reafirmou a importância da relação bilateral EUA-Turquia referindo que esta parceria se tornou ainda mais importante na era pós-Guerra Fria, pois permitiu uma maior latitude para uma política externa turca mais independente. A Turquia utilizou essa nova flexibilidade para melhorar os seus laços com a Rússia e com o Irão. Embora causasse desconforto em Washington, os EUA, no entanto, esforçaram-se por manter a cooperação, incluindo a manutenção da zona de exclusão aérea sobre o Iraque.

Clinton também procurou reafirmar e fortalecer os laços institucionais da Turquia com o Ocidente através da eventual adesão à UE. Os EUA apoiam a plena adesão da Turquia à UE (Bulent, Aliriza; Bulent, Aras, 2012, p. 5).

O relacionamento pós-Guerra Fria foi seriamente testado durante a presidência de George W. Bush, sobretudo com a campanha militar “Guerra contra o Terror” desencadeada pelo EUA logo após os ataques de 11 de setembro de 2001.

A invasão do Afeganistão, em outubro de 2001 marca o início da guerra contra o terrorismo, declarada pelo governo Bush. No mesmo contexto, nos inícios de 2003, os EUA preparam-se para invadir o Iraque. Os EUA solicitam a colaboração da Turquia para que as tropas dos EUA pudessem operar a partir de bases turcas para atacar o Iraque. Contudo, a Assembleia Nacional Turca não aprovou o pedido de Bush (março de 2003). Esta recusa foi um grande ponto de viragem nas relações da Turquia com os EUA e, embora a relação recuperasse desta contrariedade, acelerou uma mudança na balança de poderes entre militares e líderes civis na Turquia.

O efeito causado pela divisão sobre a Guerra do Iraque foi parcialmente mitigado pela continuação do apoio da Turquia no Afeganistão. Como outros membros da OTAN, a Turquia tinha respondido ao chamado de Washington, na esteira do 11 de setembro ataques da Al Qaeda. Ankara enviou tropas para ajudar a estabelecer a ordem pública e o funcionamento das estruturas económicas e políticas no Afeganistão, depois da deposição do regime talibã que abrigaria a Al Qaeda (Bulent, Aliriza; Bulent, Aras, 2012, p. 6).

A Turquia tem sido um dos principais contribuidores para a Força de Assistência de Segurança Internacional (ISAF) e por duas vezes liderou o Comando Regional de Cabul. Washington beneficiou de informações valiosas e conhecimento fornecidos pela Turquia na luta contra o terrorismo.

Como membro da OTAN de maioria muçulmana e contribuinte de tropas significativa para a ISAF, o envolvimento da Turquia tinha um elevado valor simbólico.

A eleição do Presidente Obama inaugurou o que muitos esperavam ser uma nova era de relações que pudesse corrigir as dificuldades encontradas durante os anos Bush.

Na sua visita à Turquia em 2009, Obama enfatizando a importância da Turquia no quadro de uma aliança baseada na convergência de interesses regionais juntamente com princípios e valores democráticos compartilhados.

Com o Presidente Barack Obama, a prioridade a atribuir às relações EUA-Turquia tem na base uma cooperação mais estreita entre uma potência global e uma potência regional (Bulent, Aliriza; Bulent, Aras, 2012, p. 7).

Com a sua estabilidade política e o desenvolvimento económico de uma região rica em recursos naturais, mas politicamente volátil, a Turquia, com o apoio dos EUA, apoiou exigências árabes difundidas para a transformação democrática. Ambos os países têm sido

encorajadores na luta contra os governantes autocráticos da região e compartilham uma visão conjunta para difundir, em toda a região, a democracia, e economia de mercado livre, o Estado de direito, que têm vindo a formar a base do sistema turco.

Estabelecer relações mais estreitas com o Médio Oriente e ajudando-o a imitar o exemplo positivo da Turquia, têm sido uma parte integrante da política externa cada vez mais pró-ativa do país, em particular com o seu objetivo declarado de “zero problemas com os vizinhos.”

O papel mais influente que a Turquia tem procurado desempenhar na região articula-se com o conceito de “modelo de parceria” delineado pelo presidente Obama em 2009, onde a Turquia teria um papel especial na melhoria da relação tensa entre o Ocidente e o Mundo Islâmico (Bulent, Aliriza; Bulent, Aras, 2012, p. 7). O movimento da Primavera Árabe constitui uma oportunidade para por em prática esta cooperação. Com a Primavera Árabe, Turquia viu-se como um exemplo que pode ser imitado em todo o Médio Oriente, um país que combina com sucesso os valores islâmicos moderados com um sistema secular totalmente democrático. O objetivo comum dos EUA e da Turquia foi a facilitar a transição mais suave possível longe da ditadura para a democracia na luta contra o apelo do radicalismo.

Num momento em que o apoio da Turquia é primordial para três questões estratégicas mais urgentes dos EUA: o Afeganistão, o Iraque e o Irão, Ankara surge como parceira ideal de Obama. Ao mesmo tempo, a Turquia, sob a liderança de Erdoğan e seu ministro das Relações Exteriores, Ahmet Davutoglu, estava ansiosa por provar a sua importância como potência regional em ascensão.

Contudo, em março de 2010, uma comissão do Congresso dos EUA aprovou uma resolução que qualificou como “Genocídio” o massacre de arménios sob o Império Otomano, apesar da oposição da Turquia e do governo de Barack Obama.

Após esta decisão a Turquia condenou esta resolução que considera injusta e advertiu que poderia prejudicar as relações bilaterais e mesmo deter os esforços na normalização das relações entre a Turquia e a Arménia.

2.1 Pontos de Divergência entre EUA e a Turquia

A ampla estratégia regional do AKP de boas relações (“*zero problems*”) com seus vizinhos tem sido compreendida por Washington como estando em consonância com o seu desejo de estabilidade na região (Walker, 2010, p. 4). Todavia, quando esta estratégia é

aplicada a outros “atores” como o Hamas e o Hezbollah, ou mesmo a regimes como Teerão, colide com o objetivo americano de conter e isolar esses atores.

Existe uma afinidade entre o AKP e os movimentos muçulmanos conservadores como Hamas, Hezbollah, e a Irmandade Muçulmana. O AKP tem argumentado que estas relações servem para reforçar a política externa da Turquia e o seu papel de mediador nas relações destes grupos com Israel, nomeadamente, convencer estes grupos a depor as armas e reconhecer o Estado de Israel (Walker, 2010, p. 5).

Na relação com o Irão, há uma clara diferença na abordagem turca, embora o desejo declarado de impedir uma Irão nuclear. Assim, na tentativa de afastar uma ação coerciva que prejudique os seus cidadãos que vivem na fronteira com o Irão, e que são dependentes do comércio transfronteiriço para a sua subsistência económica, a Turquia tentou a sua própria diplomacia. A Turquia e o Brasil contrários à aplicação de novas sanções⁸¹ contra o Irão, ofereceram-se para a mediação das negociações com o Irão e encontrar uma solução para o impasse. Inicialmente, esta tentativa foi incentivada pela administração Obama, mas o acordo final foi visto com algum ceticismo, as suspeitas em relação aos objetivos do programa iraniano permaneciam.

As recriminações posteriores sobre o “acordo de Teerão” alcançado através da mediação da Turquia, demonstram uma postura sombria da Turquia em relação ao consenso ocidental sobre prevenção de um Irão com armas nucleares. As autoridades turcas que insistem que a sua abordagem representa apenas uma tática diferente (Walker, 2010, p. 7).

Os EUA entendem que as relações estreitas entre a Turquia e o Irão estão em contradição com as suas obrigações transatlânticas e de parceria. A administração Obama marginalizou Erdoğan devido à sua posição de que um Irão Nuclear não prejudicaria os interesses da Turquia. Contudo, um Irão nuclear seria um fator de desestabilização a longo prazo, que mudaria o cálculo estratégico existente, que atualmente favorece considerável a vantagem militar convencional da Turquia sobre seus concorrentes (Walker, 2010).

2.2. Pontos de convergência

O envolvimento da Turquia com a sua vizinhança mais próxima, ao contrário de seu protagonismo em relação ao Hamas, Hezbollah e ao Irão, tem sido um trunfo importante para

⁸¹ O Conselho de Segurança da ONU adotou três resoluções de sanção contra o Irão para a suspensão de atividades de enriquecimento de urânio. Os Estados Unidos da América e seus aliados pressionavam para que houvesse uma quarta resolução desse tipo.

os formuladores de políticas dos EUA em uma região difícil. A Turquia tem tentado transformar-se num modelo de estabilidade regional e encetar grandes esforços de mediação para acabar com a violência sectária em toda a sua vizinhança (Walker, 2010). O envolvimento da Turquia no Médio Oriente tem aumentado desde a década de 1990, com a cooperação militar da Turquia com Israel, a pressão coerciva sobre a Síria e o seu patrocínio do PKK, a sua participação nas sanções ocidentais contra o Iraque de Saddam Hussein, mas a natureza desse envolvimento tem-se alterado.

Atualmente, a Turquia apresenta-se como uma força mediadora na região, com a intenção de desenvolver relações com todos os intervenientes, a fim de promover a paz e integração regional. A Turquia teve um papel mediador no conflito entre Israel e Síria, Fatah e Hamas, Síria e Arábia Saudita, e no mundo árabe, bem como entre os EUA e o Irão (Walker, 2010, p. 8).

Como a maior e mais dinâmica economia da região, a Turquia tem defendido a ideia de uma União do Médio Oriente, projeto decalcado explicitamente da União Europeia e que através da promoção da interdependência económica poderia ser um contribuinte para a estabilidade regional e limitar a influência do Irão.

No Mar Negro, o interesse da Turquia pelos mercados abertos por forma a reforçar as relações comerciais, converge com os próprios interesses dos EUA (Walker, 2010, p. 9).

No Cáucaso, apesar da falta de progressos desde a assinatura dos acordos em 2009 para a normalização das relações com a Arménia (abordando as questões históricas, territoriais e de representação diplomática), há uma clara determinação em resolver o processo. Além disso, os vínculos económicos criados com o Azerbaijão, Arménia e Geórgia, através de fronteiras terrestres e pela abertura de conexões de trânsito e a colocação de condutas de energia são de extremo interesse para os EUA e para a OTAN. A administração Obama destacou o papel da Turquia como uma conexão transatlântica vital e seu papel de liderança emergente no mundo muçulmano.

Outro fator convergente é o da participação das tropas turcas, a sua organização e preparação. Todos os locais que os turcos têm controlado, experimentaram uma melhoria considerável sobretudo em termos de infraestruturas civis, tais como a construção de hospitais e escolas (Walker, 2010).

3. As Relações Transatlânticas

A OTAN e a UE têm sido os instrumentos de uma relação transatlântica entre a Europa e os EUA, que passou por várias fases, desenvolvendo-se especialmente nos primeiros anos do novo século, mas atravessando hoje um período de uma certa estagnação a nível político-institucional.

3.1 Os Estados Unidos da América (EUA) e a OTAN

Os EUA, têm demonstrado ao longo da sua história, que são defensores do elo transatlântico. Todavia, o seu desejo em manter a sua liderança leva a que por vezes tenham posições que poderão ser rotuladas de unilaterais.

Na realidade, constatamos que sempre que a Europa necessitou do apoio dos EUA, estes sempre se disponibilizaram no auxílio aos Europeus no combate por valores comuns de democracia e liberdade. Fizeram-no na Primeira e Segunda Guerra Mundial, na crise dos Balcãs em 1995 e 1999, na Bósnia e Herzegovina e no Kosovo.

Para além deste apoio, é de referir a importante ajuda financeira dada pelo *Plano Marshall*, após 1947.

Durante o primeiro mandato de George W. Bush, os EUA tomaram algumas posições unilaterais. De acordo com a Secretária de Estado, Madeleine Albright os EUA seriam “tão multilateralistas quanto possível, mas tão unilateralistas quanto necessário” (Rodrigues, 2004, p. 154). Neste contexto se explica que os EUA não tivessem assinado o Protocolo de Kyoto sobre o aquecimento global, não ratificassem o Estatuto do Tribunal Penal Internacional e não assinassem as Convenção de Inspeção às Armas Biológicas.

Contudo, os ataques terroristas de 11 de setembro demonstraram a vulnerabilidade de uma superpotência como os EUA e a necessidade dos seus aliados. Posteriormente aos ataques, a invasão do Iraque em 2003, sem Resolução das Nações Unidas (o que suscitou críticas), alguns países da Europa e de outras regiões do Mundo associaram-se a esta “cruzada contra o eixo do mal”.

Já com Barack Obama, logo após a eleição, pareceu evidenciar sinais quanto às intenções americanas em recuperar a liderança americana, mas referindo a necessidade de renovar as alianças, para vencer as ameaças (Obama, 2008). Com a administração Obama, constata-se uma clara aposta no multilateralismo, na via diplomática para a resolução dos conflitos e na assunção da parceria com a Europa.

Como potência mundial que quer manter a sua liderança ao nível global, tem efetuado outros esforços de âmbito diplomático e económico com outras potências como a China, a Rússia, a Índia e o Brasil. Mas a Europa continuará a ser o principal parceiro dos EUA na união dos esforços para um futuro em segurança. A segurança europeia continua a ser fundamental para a segurança americana, tal como referiu Hillary Clinton: “de facto, a segurança europeia continua a ser uma âncora da política externa e de segurança dos EUA. Uma Europa forte é essencial para a nossa segurança e a nossa prosperidade” (Clinton, 2010).

De acordo com Garton Ash, a administração Obama tem uma visão muito pragmática e realista dos europeus e o que lhe interessa fundamentalmente saber é o que é que os europeus podem fazer pelos americanos hoje, no Afeganistão, no Paquistão ou no Irão, por exemplo (Garton Ash, 2009).

Em relação à UE e à sua PCSD, depois de ultrapassado alguma desconfiança inicial, tem-se constatado um certo apoio americano, embora com algumas ressalvas de que a autonomia não colida com a liderança americana e não coloque em causa a primazia da OTAN, contando também que possa trazer maiores e melhores capacidades e recursos que possam ser úteis para a Aliança. Fundamentalmente, o grande desafio para a Europa é o de assumir parte das responsabilidades.

A Estratégia de Segurança americana, aprovada em maio de 2010, veio confirmar a aposta no multilateralismo e preconiza o reforço das alianças tradicionais e simultaneamente o partenariado com novos centros de influência. Considera que a relação com os aliados Europeus continua a ser a pedra basilar do relacionamento americano com o Mundo e o catalisador da ação a nível internacional e considera a OTAN a mais importante Aliança, comprometendo-se a assegurar que esta estará em condições de responder aos desafios do século XXI e de garantir a segurança coletiva dos seus membros (National Security Strategy of the United States , 2010).

A Cimeira da OTAN e a Cimeira UE-EUA, realizadas em Lisboa em 19 e 20 de novembro de 2010, foram particularmente importantes, não só pelas decisões que foram tomadas, em especial no que respeita à OTAN, mas também porque vieram confirmar o interesse de Obama na Europa.

3.2 A Europa e a OTAN

Contrariamente aos EUA, a Europa nem sempre tem sido uma defensora da relação transatlântica, sobretudo porque os estados europeus não têm conseguido falar a “uma só voz” com os EUA. “ Aos defensores do euroatlantismo, liderados pela Grã-Bretanha, opuseram-se inúmeras vezes os defensores de uma Europa forte e “independente” liderados pela França, associada por vezes à Alemanha”(Brito, 2011).

Por ocasião da invasão do Iraque, em 2003, as oposições da França e da Alemanha pareciam levar a uma grave cisão da relação transatlântica (Brito, 2011).

Com Nicolas Sarkozy a relação da França com os EUA mudou radicalmente, abrindo-se uma nova janela de oportunidade para o reforço dos laços:

“Vamos reforçar a defesa na Europa e por isso teremos que reforçar a OTAN. Foi um grande erro as pessoas pensarem que enfraquecendo uma iriam reforçar a outra. Eu assumo a responsabilidade por esta opção política que até agora não tem sido fácil em França” (Sarkozy, 2009).

A construção de uma relação política equilibrada com os EUA exige uma Europa com capacidade mais interventiva no domínio da segurança e da defesa.

A Estratégia Europeia de Segurança (EES) refere que

“Nada pode substituir a relação transatlântica [...] Deverá ser nosso objetivo manter uma parceria efetiva e equilibrada com os Estados Unidos, o que constitui mais uma razão para que a UE crie mais capacidades e reforce a sua coerência” (UE, 2003).

Todavia, habituada a viver desde a Guerra Fria sob o “guarda-chuva” americano, não tem investido nas suas Forças Armadas. Com a redução sistemática do orçamento de defesa do conjunto dos países europeus (cerca de 59% do orçamento dos EUA), e apesar dos efetivos militares de 2,6 europeus⁸² (1,5 milhões de americanos), “o fosso tecnológico é enorme e o desequilíbrio de capacidades militares coloca em dúvida a possibilidade de uma verdadeira parceria estratégica entre os dois lados do Atlântico”(Brito, 2011).

Em 2008, a Resolução do Parlamento Europeu, de 8 de maio, sobre o Conselho Económico Transatlântico é muito clara ao referir que:

⁸² Orçamentos de 2007 e efetivos de 2009 (IISS, 2009).

“a paz, a democracia, os direitos humanos, o Estado de Direito, o Direito Internacional, as economias sustentáveis e o desenvolvimento sustentável são valores comuns partilhados que constituem a base da Parceria Transatlântica, pedra angular da política externa da UE e da sua política económica global” (Parlamento Europeu, 2008).

Esta declaração leva a concluir que o reforço da sua segurança e defesa não é um objetivo prioritário para a Europa e que se considera que a parceria transatlântica se reforçará apoiada noutros pilares, nomeadamente o económico. A crise financeira que se propagou para a Europa e o resto do Mundo foi uma prova de que essa parceria tem de existir (Brito, 2011).

Os desenvolvimentos de diálogos transatlânticos têm-se estendido a outras áreas, como a da energia, com a criação em 2009 do “EU-US Energy Council” destinado a desenvolver estratégias relacionadas com a segurança dos abastecimentos, a evolução para fontes energéticas mais acessíveis, incrementando também a cooperação ao nível científico, na investigação de novas tecnologias (Brito, 2011).

Na Cimeira UE-EUA, em novembro de 2010, no âmbito das questões da segurança, a grande novidade foi o estabelecimento de um Grupo de Trabalho conjunto que se debruçará sobre os problemas da cibersegurança.

A grande questão que a Europa tem de analisar é se os instrumentos que têm ao seu dispor permitem trabalhar em parceria com os EUA e desempenhar o papel internacional global que pretende alcançar enquanto ator internacional.

Trata-se de passar da retórica à ação e ter a coragem de tomar as decisões necessárias.

Os europeus, têm estado demasiado virados para dentro das suas fronteiras, fundamentalmente preocupados em resolver os problemas nacionais e as crises económicas, desinvestindo na segurança e defesa e tornando-se um parceiro cada vez menos credível. Os assuntos económicos e energéticos são muito importantes e podem reforçar a parceria, mas sem segurança não haverá bem-estar e os europeus terão de dar mais e correr mais riscos, se quiserem verdadeiramente ter um papel importante no contexto internacional (Brito, 2011).

3.3 O Triângulo OTAN – UE - Turquia

A grande dimensão da Turquia, em termos territoriais e populacionais, o seu poderio militar, aliado ao facto de ser um país maioritariamente muçulmano, a sua posição geoestratégica no flanco sul da Europa, confere-lhe uma enorme importância no que respeita à estabilidade regional e à ligação do ocidente com o oriente.

A Turquia, membro da OTAN desde 1952, sempre foi um aliado credível e participativo nas operações militares realizadas pela Aliança. Colaborante no esforço conjunto, tem, no entanto, por vezes demonstrado uma postura inflexível no que respeita aos assuntos que tocam a sua soberania, como o diferendo com a Grécia, sentidos no seio da OTAN, e com a sua recusa em autorizar a passagem pelo seu território de forças militares americanas, durante a Guerra no Iraque (Brito, 2011).

No que respeita à integração da Turquia na UE, o processo longo e penoso que se arrasta num impasse tem prejudicado as relações entre a OTAN e a UE. Por um lado, a UE tem demorado demasiado tempo a decidir se quer ou não alargar as suas fronteiras aquele país, dando inúmeros sinais contraditórios. Por outro lado, a Turquia, apesar das importantes reformas implementadas, ainda não cumpre todos os critérios de Copenhaga.

A questão de Chipre, é um dos problemas que afeta a relação entre a OTAN e a UE. A adesão do Chipre à UE tem-lhe permitido bloquear alguns dos capítulos do processo de adesão da Turquia, assim como impedir a regulamentação do comércio entre a UE e a parte norte da ilha de Chipre, que está ocupada por aquele país. Por seu lado os turcos, não reconhecem a República de Chipre e têm-se recusado a abrir os seus portos e aeroportos aos navios e aviões Cipriotas Gregos. Este diferendo acaba por bloquear o processo político de parceria, pois quer na UE, quer na OTAN, as decisões são tomadas por consenso. (Brito, 2011).

No que respeita à adesão da Turquia, o “fechar de portas” da UE, é um dos fatores que a está a afastar do espaço euro-atlântico. O cansaço e desilusão turca, contrasta com a dúvida e relutância europeia, estando a situação num impasse, que acarreta nefastas consequências, para o ocidente e para as relações transatlânticas, com especial relevo para o bloqueio das relações institucionais entre a OTAN e a UE (Brito, 2011).

“Na Turquia, a sequência de entraves colocados pela UE tem conduzido, pelo menos parcialmente, a uma mudança de atitude também na sua política externa. Na verdade, especialmente a partir de 2007, data em que o AKP, partido do 1º Ministro Recep Erdogan,

ganhou maior expressão no Parlamento, quase atingindo a maioria absoluta, tem-se assistido a alterações significativas” (Brito, 2011).

O afastamento de Israel e a aproximação a países tradicionalmente inimigos do ocidente, como o Irão ou a Síria, assim como a sua aparente nova vocação, de grande potência regional muçulmana e independente, são altamente preocupantes para o futuro.

Defendem que Turquia deve contrabalançar a dependência do ocidente, através de outras alianças, de modo a estabelecer o equilíbrio de poder na sua região (Walker, Architect of Power, 2010).

Capítulo V – A Segurança e Defesa da Turquia

1. A Política de Defesa e a Segurança da Turquia

Os atuais riscos e ameaças enfrentados pela Turquia são muito diferentes do passado.

Os perigos contra a segurança do país são agora, não só e apenas a potencial ameaça militar, mas também os conflitos regionais e étnicos, as incertezas e as instabilidades políticas e económicas, os desacordos fronteiriços, a proliferação de armas de destruição em massa e mísseis de longo alcance, o contrabando de drogas, o fundamentalismo religioso e o terrorismo internacional.

1.1. A Política Nacional de Defesa

Pela sua localização no centro do triângulo formado pelos Balcãs, Cáucaso e no Médio Oriente, onde se intensificaram novas ameaças e riscos, e pela sua posição geoestratégica na encruzilhada de vias comerciais e de recursos naturais, a Turquia é considerada um fator de equilíbrio e força na região, contribuindo para a segurança regional, para abordagens de aproximação e cooperação.

A Política Nacional de Defesa da Turquia, dirige-se sobretudo para a proteção e preservação da independência nacional, a soberania, a integridade territorial e os interesses vitais do país.⁸³ Em muitos aspetos, os objetivos da política de defesa e a estratégia militar da Turquia ainda são definidos da mesma forma que eram no início da Guerra Fria.

No entanto, face ao contexto de novas ameaças e riscos, a Política Nacional de Defesa passou a cumprir outros objetivos: contribuir para a paz e a segurança na região e difusão na sua área de influência, preparar uma estratégia nacional de segurança mais global; transformar-se num elemento de força e equilíbrio na região, fazendo uso de todas as oportunidades tomar iniciativas de cooperação e desenvolvendo relacionamentos mais positivos (www.mfa.gov.tr).

⁸³ Os princípios fundamentais da Política de Defesa determinada no âmbito do princípio da "Paz em casa, paz no mundo", estabelecido por Atatürk, são os seguintes: contribuir para reduzir todos os tipos de tensões e para estabelecer uma paz internacional duradoura; preservar e proteger a independência, integridade territorial da república; implementar medidas para prevenir as crises e conflitos e por fim, tomar parte ativa nos sistemas de defesa coletiva, no cumprimento das responsabilidades que lhes são confiadas.

1.2 A Estratégia de Segurança da Turquia

A Estratégia de Segurança da Turquia assenta em quatro princípios fundamentais:

1. Tomar medidas necessárias contra os riscos e ameaças que se colocam à integridade territorial e união nacional do país;
2. Existência das forças armadas com carácter de dissuasão para proteger os equilíbrios existentes e interesses nacionais;
3. Contribuir militarmente para a gestão e intervenção em crises;
4. Cooperar e contribuir nas atividades de manutenção de paz e segurança no âmbito da ONU e da OTAN.

Outro aspeto importante desta estratégia de segurança é o da segurança coletiva, isto é, a participação ativa da Turquia em organizações internacionais de segurança (OTAN, OTAN -UE, ONU) e na execução dos seus compromissos e responsabilidades internacionais.

É também importante salientar a importância que a Turquia atribui às atividades de cooperação. Neste contexto, coopera bilateral e multilateralmente com os países da região dos Balcãs, do Mar Negro, Cáucaso, Ásia Central, Médio Oriente, África, Extremo Oriente e Mediterrâneo, participa e apoia as atividades do Conselho da Associação Europa-Atlântico, Iniciativa de Cooperação de Istambul, OTAN-Federação de Rússia, OTAN-Ucrânia, OTAN-Geórgia.

Por fim, a estratégia de segurança passa pelo objetivo de assegurar que as Forças Armadas Turcas (FAT) estejam preparadas de acordo com as medidas de gestão das crises, medidas diplomáticas, económicas e outras (www.mfa.gov.tr).

Essas estratégias e prioridades de segurança influenciaram as relações civil-militares, as operações militares e as capacidades da Turquia.

1.2 As Relações civis –militares

A República Turca foi fundada pelas forças armadas em 1923 e, na maior parte da história turca, os militares assumiram o papel de “guardiães” do estado. Durante a Guerra Fria, a Turquia teve três intervenções militares, em 1960, 1971 e 1982⁸⁴.

⁸⁴ Golpe de Estado de 1960, depôs o governo do primeiro-ministro Adnan Menderes e do Presidente Celal Bayar devido às iniciativas de flexibilização de algumas regras relativas à religião, reduz o período do serviço militar obrigatório, impõe leis restritivas à imprensa. Os militares intervêm e devolvem o poder aos civis.

Após o último golpe, final da década de 90, os Oficiais Militares tornam-se o principal decisor nas políticas de segurança e defesa e supervisionam todo o processo político através do Conselho Nacional de Segurança (CNS).

Após a queda do Muro de Berlim, os militares continuam a dominar o CNS e as Forças Armadas Turcas (TAF) tornam-se o principal ator na luta contra a insurgência curda e no controlo do islamismo político.

Contudo, a partir do início de 2000, com a vitória do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP) nas eleições de 2002 e com a formação do governo de liberais e islâmicos, é que se deu início a um processo de reformas seguindo as diretrizes da UE com vista à redução gradual dos poderes formais dos militares no CNS e em todo o sistema. (Gursöy, 2017, p.11)

2. Política de Segurança Turca

A Política da Segurança Nacional da Turquia é determinada pelo Conselho Nacional de Segurança, que é composto pelo Presidente da República, o Governo e os comandantes das Forças Armadas Turcas.

Os militares para além de estarem envolvidos na política geral do país, estão também envolvidos na formulação de políticas relacionadas com questões de segurança e defesa. Isto deve-se ao facto de os militares terem desempenhado um papel fundamental desde a fundação da República num quadro de elite militar (Bilgin, 2005).

O papel intervencionista dos militares está intimamente relacionado com a sua definição de segurança nacional e da sua política de segurança. Bilgin define os elementos de segurança nacional na era republicana como “medo do abandono e medo da perda do território” e “determinismo geográfico” (Bilgin, 2005, p. 183). O Ministério dos Negócios Estrangeiros Turco identifica a segurança como um conceito relacionado com “*garantir a sobrevivência da população; proteger a integridade territorial e preservando a identidade básica de uma nação*” (www.mfa.gov.tr). Além disso, o Ministério ressalva a localização geopolítica da Turquia na confluência de regiões complexas e instáveis do mundo, nomeadamente no Médio Oriente, nos Balcãs, no Cáucaso, região do Mediterrâneo e do Mar

O Golpe de Estado de 1980, vem na sequência da instabilidade que se verificou desde o Golpe de Estado de 1971. Com uma economia completamente estagnada e a confrontação violenta entre grupos de esquerda e de direita, resultando em várias mortes, os militares dissolvem o governo e impõem a lei marcial. Em 1982 é aprovada uma nova Constituição.

Negro. Esta posição geográfica é o principal determinante da política nacional de segurança e defesa do país.

Durante a Guerra Fria, a adesão à OTAN determinou a política da Turquia de segurança e defesa. Neste período, a Turquia “protegia” o flanco sul da Aliança contra o Pacto de Varsóvia e participou nas missões e operações da OTAN.

O fim da Guerra Fria foi um ponto de viragem em termos de discurso de segurança da Turquia. As preocupações de segurança passam a ser com as “ameaças internas” e já não tanto com a “ameaças externas” (Cizre, 2004).

O conceito de segurança nacional entrou na terminologia política turca com a Constituição de 1961 após o golpe de estado ocorrido um ano antes. A Constituição estabeleceu o Conselho Nacional de Segurança (CNS) e distinguiu entre, por um lado, as políticas de "defesa" e "segurança" e, por outro lado, ameaças "externas" e "internas". A nova doutrina militar fundiu ameaças domésticas e externas na noção amplamente definida e ambígua de "segurança nacional"(Gursöy, 2017, p.13).

Em 1992, o separatismo curdo e o terrorismo foram as principais preocupações de segurança para a Turquia, identificadas no Documento Nacional de Política de Segurança (1997) como as ameaças internas (Bilgin, 2005).

Outra preocupação para a política de segurança e defesa turca está relacionada com o facto de ser um país de trânsito para muitos refugiados e requerentes de asilo. Pelo facto de a Turquia fazer fronteira com a UE, tornou-se uma porta de entrada. Para garantir a segurança do país e dos requerentes de asilo e refugiados, a Turquia coopera assim com organizações não-governamentais e agências internacionais, como o ACNUR (Bilgin, 2005, p. 179).

No processo de adesão à União Europeia da Turquia, o papel dos militares na sociedade turca e política tem sido altamente criticado nos relatórios da UE (Cizre, 2004). Argumentou-se que o extenso papel e intervenção dos militares na política turca são os principais desafios para a democratização do país. Em resposta aos relatórios da UE, foram conseguidos alguns progressos, embora tímidos, na diminuição do poder dos militares, tais como a abolição dos Tribunais de Segurança do Estado e abolição do estado de emergência na região sudeste da Turquia. Além disso, as despesas com a defesa na Turquia têm vindo a diminuir (OTAN, 2010). No entanto, ainda existem medidas que precisam de ser tomadas de acordo com a análise da UE do sistema político e militar turco.

2.1 Organização da Defesa Nacional Turca

O Presidente da República da Turquia é o Comandante Supremo do Exército da Turquia.

O Conselho de Ministros é responsável perante a Assembleia Nacional Turca em questões de segurança nacional. No entanto, compete à Assembleia Nacional a autoridade para as declarações de guerra, o envio de tropas para o exterior, ou permissão para que as tropas estrangeiras possam utilizar as suas bases militares.

Ao Ministério da Defesa Nacional compete a implementação de políticas de segurança, de acordo com a decisão do Conselho de Ministros.

O Chefe do Estado-Maior Geral é nomeado pelo Presidente e é responsável pelo comando geral das Forças Armadas, pela a preparação do Exército para a guerra, e pela condução das operações militares.

Existe ainda um Conselho Nacional de Segurança, composto pelo Presidente, pelo Primeiro-Ministro, por vários ministros e os oficiais comandantes. O conselho reúne-se a cada dois meses para discutir questões de segurança nacional.

Além disso, é da responsabilidade do Ministério do Interior, garantir a paz e a segurança pública

2.1.1. O Conselho Nacional de Segurança (CNS)

O Conselho Nacional de Segurança foi fundado em 1983, em conformidade com o artigo 118 da Constituição de 1982. É composto pelo Presidente da República (Chefe do Conselho), o Primeiro-Ministro, o Chefe do Estado Maior General, o Ministro da Justiça, o Ministro da Defesa Nacional, o Ministro do Interior, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, os Comandantes das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea) e o Comandante-Geral da Gendarmerie.

O CNS emite pareceres de assessoria ao Conselho de Ministros sobre a designação, o estabelecimento e implementação da política de segurança nacional e fornecer a coordenação necessária.

De acordo com o Artigo 117º da Constituição de 1982, o Conselho de Ministros é responsável perante a Assembleia Nacional para garantir a segurança, a formação e preparação das Forças Armadas Turcas para a proteção do país.

O CNS reúne-se ordinariamente a cada dois meses e o Secretário-Geral do Conselho participa nas reuniões, mas não pode votar. Embora tecnicamente o CNS não seja um órgão decisor, só emite “recomendações” ao Conselho de Ministros, estas podem ser transformadas em diretrizes.

Salienta-se ainda, que a relação entre os militares e os líderes políticos tem sido frequentemente incómoda, nomeadamente no que diz respeito a assuntos de política externa.

Embora o CNS tenha sido reformado em 2003⁸⁵ segundo linhas mais europeias, os generais anunciaram manter o seu controlo no CNS, muitas vezes usado por estes para imporem a sua vontade ao governo.

Nos primeiros anos, o CNS foi concebido como uma plataforma de diálogo, isto é, onde o governo e a equipa de militares se pudessem consultar sobre questões de segurança decorrentes principalmente do ambiente da Guerra Fria. No entanto, após os golpes de 1971 e 1980, as responsabilidades do CNS e o peso do pessoal militar em relação ao pessoal civil aumentaram. Como resultado, o CNS e o pessoal militar tornaram-se nas principais instituições que determinaram a estratégia e a doutrina. Após a eleição do AKP para o governo em 2002, o pessoal militar viu a sua importância diminuir. No entanto, o CNS continuou a ser a principal plataforma onde as prioridades de segurança nacional foram discutidas e determinadas. O NSC também foi a arena onde o Documento de Política de Segurança Nacional (NSPD), o chamado Livro Vermelho, foi preparado. A influência do NSPD é tão dominante que é referida como a "constituição secreta" da Turquia porque, presumivelmente, nenhuma lei pode ser legislada em contradição com aquela.

2.1.2 As operações militares

No âmbito das operações militares, durante a Guerra Fria, a doutrina de segurança da Turquia, como membro da OTAN, estava orientada para a Defesa.

A partir dos anos 90, a política de segurança turca passa a ser mais assertiva para alcançar um estatuto de poder regional e enfrentar as várias ameaças que provinham especialmente do Médio Oriente. O que levou a que as FAT participassem nas operações internacionais de manutenção da paz, mas também a que se envolvessem na guerra civil síria e realizassem operações no Iraque.

Um elemento de continuidade na esfera das operações militares tem sido a preocupação das FAT com ameaças domésticas. O comunismo, o islamismo político e o

⁸⁵ O pacote de reformas de 2003, visa a redução do papel político dos militares e da influência do Conselho Nacional de Segurança, medidas exigidas pela UE APD).

separatismo curdo foram as principais fontes de ameaça durante os anos da Guerra Fria e na década de 1990. Embora, com as mudanças mencionadas anteriormente, os civis se tenham tornado mais responsáveis na determinação de prioridades de segurança, o separatismo curdo e grupos islâmicos, como o movimento liderado por Fethullah Gülen e o ISIS, continuam a preocupar as estratégias de defesa da Turquia q

De acordo com Yaprak Gursoy, desde 1991 que as operações militares das FAT parecem ter duas tendências contraditórias. Por um lado, a Turquia contribuiu continuamente para a segurança internacional e as operações de manutenção da paz no âmbito da OTAN, das Nações Unidas e da UE. Por outro lado, realizaram inúmeras operações unilaterais em toda a fronteira iraquiana durante a década de 90, e novamente no norte do Iraque e na Síria após 2007 (Gürson, 2017).

Embora a participação nas missões internacionais esteja em sintonia com os objetivos da estratégia turca (nomeadamente a segurança coletiva e a contribuição militar para a gestão de crises), as ações independentes contra elementos especialmente curdos no norte do Iraque e na Síria são congruentes com a prioridade de segurança da unidade interna, isto é, o objetivo da sua defesa antecipada.

O papel das FAT e o envolvimento em missões de manutenção de paz na Bósnia, no Kosovo e no Afeganistão têm sido bastante significativos. Embora a maioria das operações internacionais envolvam forças terrestres, a força aérea turca e a marinha também participaram em várias missões da OTAN.

As FAT, com o objetivo de contribuir para a paz mundial, proporcionando segurança regional e internacional, têm desempenhado um papel ativo no apoio às operações de paz, como as na Somália, na Bósnia-Herzegovina, no Kosovo e no Afeganistão.

Como o único país da maioria muçulmana na aliança ocidental, a Turquia queria provar o seu valor contribuindo para a segurança ocidental após a Guerra Fria. Desde a sua participação na Primeira Guerra do Golfo que a Turquia tem vindo a projetar a imagem de que, com sua própria identidade ocidental e muçulmana, é parte integrante de qualquer solução. Por outro lado, a Turquia esperava que com o seu envolvimento, a comunidade internacional apoiaria os seus esforços em relação à insurgência curda.

A Turquia vê-se dividida entre o seu papel de pacificador internacional e as suas continuadas ambições e prioridades de segurança(Gürson, 2017).

2.1.3 Capacidades

As FAT aumentaram significativamente o seu armamento e modernizaram-no.

No entanto, as FAT ainda são forças de recrutamento obrigatório e ocupa o 12º lugar mundial em termos de tamanho⁸⁶.

Atualmente o exército turco ganhou a capacidade de lançar operações em todos os tipos de condições climáticas. Com suas capacidades operacionais transfronteiriças na defesa contra o terrorismo, através do nível de tecnologia e de conhecimentos, com o incremento da sua indústria de guerra nacional, as FAT continuam a fortalecer a sua posição entre os exércitos mais fortes do mundo, com notável capacidade para realizar tarefas com extraordinária compreensão de disciplina e de força sob a bandeira da OTAN nos cantos mais complexos do mundo.

A Turquia aspira a reduzir sua dependência dos países ocidentais em termos de fornecimento de armas, mas a crença de que um grande exército é necessário para combater as ameaças domésticas levou à manutenção do recrutamento, o que não é favorável para a modernização das FAT.

As prioridades de segurança levaram a um impulso para o aumento das suas capacidades e para a edificação de uma indústria de defesa a partir do final da década de 1980. Embora as FAT se tivessem tornado numa força moderna com altas capacidades, e a Turquia conseguisse reduzir a dependência das importações de defesa dos países ocidentais, os padrões antigos subsistiram nesta esfera.

Após a experiência da Primeira Guerra do Golfo que destacou as capacidades inferiores da Turquia, foi anunciado em 1996, um programa de modernização militar com o objetivo de adquirir equipamentos novos e avançados, através da melhoria dos sistemas e do desenvolvimento da produção interna de defesa.

Através dos programas de modernização militar e industrialização da defesa, conseguiram produzir equipamentos militares de nova era.

A Turquia luta entre continuidade e mudança na esfera das capacidades militares. Modernizou as suas forças armadas e a indústria da defesa. O índice *Global Firepower*

⁸⁶ WMEAT, Table 1, Military Expenditures and Armed Forces Personnel, 2004–2014'. World Military Expenditures and Arms Transfers, U.S. Department of State, accessed 15 August 2017, <https://www.state.gov/t/avc/rls/rpt/wmeat/2016/index.htm>.

classifica a força militar turca no 8º lugar em 133 países, com base, em parte, na força dos seus efetivos militares.⁸⁷

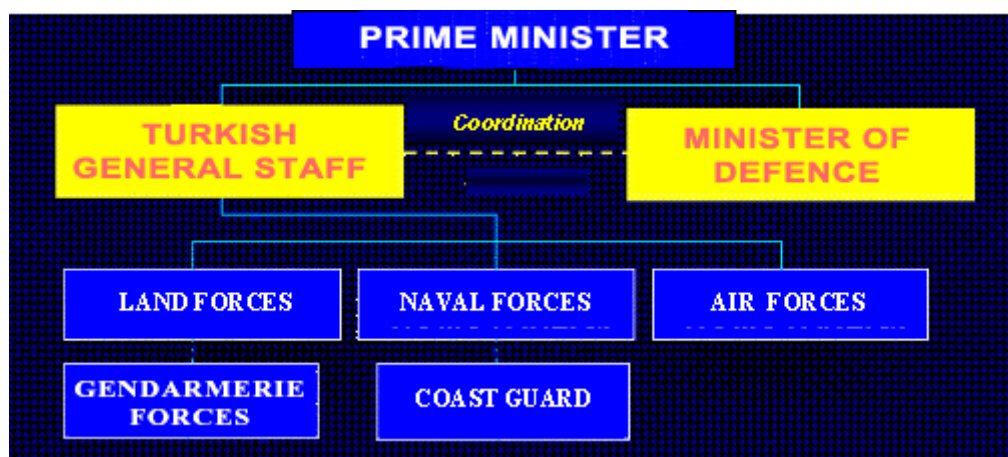
3. A Organização das Forças Armadas

O Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas da Turquia (CEMGFA) é responsável perante o Primeiro-Ministro e tem como missão comandar as Forças Armadas Turcas, sendo também responsável pela condução de operações militares e pela prontidão das Forças Armadas Turcas.

Os três Chefes dos Ramos das Forças Armadas reportam diretamente ao CEMGFA, que mantém relações de coordenação com o Ministério da Defesa Nacional no cumprimento das respetivas missões.

O Comando Geral da Gendarmerie e o Comando da Guarda Costeira, fazem parte das forças de segurança interna e estão dependentes do Ministério do Interior em tempo de paz, ficando em situação de guerra, subordinadas ao Comando das Forças Terrestres e Navais respetivamente.

Figura 8 - Organização Superior da Defesa turca



Fonte: www.isk.tr

⁸⁷ "2017 Turkey Military Strength", *Global Firepower*, em http://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.asp?country_id=turkey, acessado a 24 de novembro 2017

As Forças Armadas Turcas (FAT) estão organizadas em: Exército, Marinha e a Força Aérea e têm como missão tradicional a de proteger a nação e a república contra ameaças internas e externas, bem como a satisfação de compromissos internacionais.

As Forças Armadas Turcas em termos de efetivos contam com um total de 633.045 militares, distribuídos da seguinte forma:

- Exército: 314.000;
- Marinha: 48.600;
- Força Aérea:60.000;
- Gendarmerie: 170.295;
- Guarda Costeira: 4.702

Em termos de efetivos, o Exército constitui de longe o maior dos ramos. Com cerca de 314.000 militares bem treinados, armados e equipados e possuidores de importantes capacidades submarinas e de transporte estratégico, constituem-se como a segunda maior força militar da Aliança Atlântica.

O Exército turco sofreu mudanças significativas na década de 1990 sob a administração de Tansu Ciller, que reequipou e transformou o exército turco numa força de combate moderno capaz de lidar com desafios domésticos, incluindo os suscitados pelo PKK.

Apesar da modernização iniciada por Ciller, ainda havia algumas lacunas nas capacidades de defesa Exército Turco no início de 2000. No entanto, apesar de, Recep Tayyip Erdogan se comprometeram a fortalecer as forças armadas da nação e equipar o exército com armas modernas, isso não veio a acontecer.

A Marinha turca pode também participar em operações e exercícios internacionais para além do Mediterrâneo e possui capacidade submarina de navegar mais de 15.000 milhas marítimas.

A Força Aérea Turca é depois da dos EUA a que mais F-16 possui, podendo participar em exercícios fora do seu território. Com capacidade de abastecimento no ar, os meios aéreos turcos podem participar em exercícios na Europa Central e de regressar às suas bases na Turquia, bem como voar diretamente da Turquia para os EUA.

O objetivo final da Turquia é a produção de equipamentos militares pelo próprio país, e tornar-se cada vez mais auto-suficiente em termos de tecnologias militares.

3.1 O Serviço Militar

De acordo com o artigo de 72 da Constituição da República da Turquia, o serviço militar é um direito e um dever dos cidadãos turcos.

A política subjacente ao recrutamento do soldado é de recrutar para as Forças Armadas Turcas cidadãos em boas condições físicas, mentais e morais e com um bom nível da educação.

O Serviço Militar na Turquia é obrigatório para todos os homens com idade entre os 21 e os 41anos⁸⁸ e não existe um serviço civil alternativo e o direito à objeção de consciência não é legalmente reconhecido.

A duração do serviço militar é variável de acordo com o nível de educação académica:

- Para os cidadãos diplomados do ensino básico e ensino médio, o serviço militar é de 15 meses, como soldado;
- Para os cidadãos graduados não universitários, é de 12 meses, com o posto de segundo tenente;
- Para os cidadãos diplomados no ensino superior, o serviço militar obrigatório é de 6 ou 12 meses⁸⁹.

As mulheres servem nas FAT apenas como oficiais e a obrigação de passar à reserva é aos 41 anos.

Os cidadãos turcos com residência ou autorização de trabalho que tenham trabalhado no estrangeiro por pelo menos 3 anos (1095 dias) podem ser isentos do serviço militar em troca de 6.000 EUR; uma lei aprovada em dezembro de 2014 introduziu um regime de pagamento único que dispensava os cidadãos turcos de 27 anos ou mais do recrutamento em troca de um pagamento de \$ 8.150 (2013).

As Forças Armadas Turcas continuam a ser uma instituição influente na Turquia e muito bem equipada.⁹⁰

O Exército turco continua focado nas ameaças que emanam da guerra civil da Síria, com o Daesh, das ações da Rússia na Ucrânia e da insurgência do PKK. As ameaças internas

⁸⁸ Com 18 anos de idade para serviço voluntário; em caso de mobilização, até aos 65 anos de idade

⁸⁹ Os graduados universitários podem optar por cumprir serviço militar como privados de curto prazo (6 meses) ou 12 meses como oficiais de reserva.

⁹⁰ Com um total efetivo (no ativo e reserva) de 596 mil militares; com um orçamento da defesa na ordem dos 8,2 bilhões de dólares, as FAT estão apetrechadas com 700 Tanques, 1.594 Aeronaves, 4 Porta-Aviões e 17 submarinos, assumia em 2026 a 7ª posição no Ranking das Força Militares Mundiais (Global Firepower).

identificadas prendem-se com o fundamentalismo (alguma disputa com o governo civil), o separatismo (descontentamento curdo) e a extrema esquerda.

No âmbito do programa “Force 2014”, procederam a uma revisão do Comando das Forças Terrestres Turcas como objetivo de produzir forças 20 a 30% menores, altamente treinadas, caracterizadas por maior mobilidade e poder de fogo e com capacidade de operações conjuntas e combinadas. As Forças de Comando Terrestre assumem o aumento das responsabilidades internacionais de manutenção da paz, inclusive no Afeganistão.

A Marinha é uma potência naval regional que quer desenvolver a capacidade de projetar o poder além das águas costeiras da Turquia. Está fortemente envolvida nas operações da OTAN e da ONU. O seu papel inclui o controle de águas territoriais e segurança para linhas marítimas de comunicações.

A Força Aérea Turca adotou um "Conceito de Defesa Aeroespacial e Mísseis" em 2002 e iniciou o projeto de um sistema integrado de defesa antimíssil. As prioridades da Força Aérea incluem a obtenção de uma moderna estrutura de força implantável, sustentável e o estabelecimento de um sistema de controle e comando sustentável. A Turquia como aliado da OTAN, aloja o Comando das Forças Terrestres da OTAN em Izmir, bem como o radar AN / TPY-2 como parte da Defesa dos Mísseis da OTAN (2014).

CONCLUSÃO

Numa altura em que UE deve assumir mais responsabilidades na condução dos assuntos mundiais, a adesão de Turquia reforçaria o potencial da União para se tornar num verdadeiro Actor Internacional.

A contribuição da Turquia para a Segurança da UE, do ponto de vista das suas capacidades militares, do seu papel nas regiões do Médio Oriente, dos Balcãs, do Cáucaso, na área do Mar Cáspio e da sua capacidade de afetar as operações da UE através do seu voto no Conselho da OTAN, não pode ser subestimada.

Devido à sua posição geoestratégica, a Turquia daria uma nova dimensão aos esforços de política externa da UE em áreas tão vitais como o Médio Oriente, o Mediterrâneo, a Ásia Central e o Sul do Cáucaso.

A UE ganharia respeito e credibilidade no Médio Oriente, numa área sensível e de preocupação para a Europa, quer por razões históricas, quer por causa de seu impacto sobre a segurança no espaço europeu.

Semelhantes oportunidades existem na região do mar Negro, no Sul do Cáucaso e da Ásia Central, onde a Turquia, dada a sua localização geográfica, a proximidade cultural, religiosa e dilinguística, desempenhou um papel ativo.

Uma inclusão bem sucedida da Turquia no processo de integração europeia, mostraria ao Mundo islâmico que é possível quebrar o eterno dilema de convivência entre as tradições religiosas e os princípios universalmente aceites pelas sociedades modernas.

A adesão da Turquia seria uma prova inegável de que a Europa não é um "clube cristão" fechado e, embora a experiência turca seja única, esta pode ser transposta, como tal, em outros países islâmicos.

A Turquia tem muito a contribuir para o sistema europeu de defesa porque é um dos mais poderosos membros da OTAN e o melhor posicionado para a PCSD, para fazer face às novas ameaças à segurança e estabilidade da Europa tais como o terrorismo internacional, o crime organizado, o tráfico de seres humanos e a imigração ilegal.

A Turquia sempre desempenhou um importante papel no que diz respeito à política de segurança global. Durante a Guerra Fria, teve um papel ativo no lado aliado com a adesão à OTAN, à OCDE e ao Conselho da Europa.

A importância da Turquia, no âmbito da política de segurança e defesa, tem sido evidente em várias situações de crise e o seu papel torna-se vital ao proporcionar estabilidade nas regiões do Leste-Mediterrâneo, no Médio Oriente e no Cáucaso.

O seu papel institucional no âmbito da política externa e de segurança, as suas significativas capacidades militares e a sua posição geográfica central determinam a sua importância estratégica para a União Europeia na era pós-Guerra Fria.

Em primeiro lugar, a participação turca em futuras operações militares poderia contribuir significativamente para o seu sucesso e a sua viabilidade. De facto, analisando anteriores operações militares verificam-se inúmeros défices quer ao nível do número de efetivos militares (para a rápida mobilização e necessidades de rotação), quer ao nível de equipamentos.

A Turquia tem o maior efetivo militar na Europa, o segundo maior na OTAN, o sexto maior exército permanente do mundo (depois da China, EUA, Rússia, Índia e Coreia do Norte) e foi sempre classificado como o terceiro maior destinatário das principais armas convencionais.

Possui mais de um milhão de efetivos ao serviço, 80% dos quais são forças terrestres, possui mais de 102 mil forças paramilitares e cerca de 380 mil ativos na reserva. Enquanto aliado da OTAN, as suas forças estão bem equipadas, capazes de uma rápida preparação e são tecnologicamente avançadas. O tamanho e a configuração das FAT são um reflexo da sua posição geoestratégica, no cruzamento entre o Médio Oriente, o Cáucaso e a Europa.

No âmbito das potencialidades geopolíticas turcas para a segurança europeia identificam-se quatro aspetos essenciais:

- o acesso a Bases militares turcas (bem como a participação da Turquia) será crucial para o sucesso de qualquer operação possível da OTAN / UE no Médio Oriente.

- a Turquia pode desempenhar um importante papel na Parceria Euro-Mediterrânica (Processo de Barcelona) com vista à concretização dos objetivos de promoção da paz no Médio Oriente entre árabes e israelitas, assegurar o desenvolvimento económico da região do mediterrâneo e eliminar as causas económicas e políticas da imigração do Norte de África para a UE.

O desenvolvimento da democracia da Turquia secular pode servir como um modelo para outros países islâmicos e o seu papel no Processo de Barcelona ajudaria a UE a lidar com os desafios de segurança, tais como conflitos étnicos, a ascensão do Islão político, a imigração e a instabilidade no Médio Oriente.

- O peso geoestratégico da Turquia também se relaciona com o seu papel no Sudeste da Europa e dos Balcãs, a região que na década de 1990 causou sérios desafios à segurança e estabilidade europeias.

O seu papel nos Balcãs é destacado pela participação na resolução da crise Bósnia (1992-95) e da crise do Kosovo (1998-99). Em ambos os casos, o país participou com tropas, sob o comando da ONU, e com ajuda humanitária maciça, tendo albergado milhares de refugiados.

Assim, a Turquia tem um grande potencial para contribuir militarmente, politicamente e economicamente para as políticas da UE nos Balcãs. Os seus laços com os povos do Sul e da Europa Oriental são históricos, culturais, étnicos e religiosos.

- O quarto aspeto da potencial contribuição geopolítica da Turquia para Segurança Europeia está relacionado com o seu papel na região do Mar Cáspio, como um país de trânsito importante para o fornecimento de energia. A Turquia torna-se um fator vital para a segurança do aprovisionamento energético da Europa, do Médio Oriente, do Mar Cáspio e da Rússia.

Se a sua inclusão na órbita da UE traria inúmeros benefícios para a política externa e de segurança da Europa, através dos recursos e das suas boas relações com os Estados Vizinhos, ao mesmo tempo, a sua exclusão seria problemática e até mesmo arriscada dada a sua capacidade para influenciar as decisões e operações militares da UE através do seu voto no Conselho da OTAN.

A Turquia é motivada pelo seu desejo de pertencer à "Europa". Desde a criação da República Turca, em 1923, a sua política externa tem o seu foco no objetivo da sua aceitação como país europeu. A sua inclusão na UE apoiaria a sua identidade europeia, o que seria benéfico para a estabilização da zona. Não significa que as vantagens económicas e políticas de adesão sejam relevadas para segundo plano, mas o reconhecimento como parte da Europa é um incentivo adicional e poderoso para os turcos.

É dentro deste contexto que a incorporação da Turquia na UE se torna essencial. A exclusão de um ator integrante das estruturas europeias de segurança apresenta uma série de riscos significativos, enquanto a sua inclusão aumentaria as capacidades militares europeias permitindo à UE explorar o valor da geopolítica da Turquia.

Contudo, a adesão da Turquia pode trazer uma série de novos riscos de segurança para a UE, como a direta exposição aos fundamentalistas islâmicos, as tensões transfronteiriças com Síria, Iraque e Irão e os conflitos étnicos no Cáucaso.

BIBLIOGRAFIA

Livros

Almeida, P. (1994). *Ensaio de Geopolítica*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Brzezinski, Z. (1997). *The Grand Chessboard. American Primacy and its Geostrategic Imperatives*. Basic Books. New York.

Defarges, P. M. (2003). *Introdução à Geopolítica*. Gradiva.

Dias, C. (2005). *Geopolítica: Teorização Clássica e ensinamentos*. Lisboa: Prefácio - Edição de Livros e Revistas, Lda.

Fernandes, J. P. (2005). *Turquia: Metamorfoses de Identidade*. Lisboa: ICS.

Anderson, M.S. (1996). *The Eastern Question, 1774-1923*. London: MacMillan Press

Rodrigues, A. R. (2004). *Defesa e Relações Internacionais*. Lisboa: Editorial Notícias.

Rodrigues, D. J. (2009). *Turquia: País-ponte entre dois mundos*. Lisboa: Prefácio.

Spykman, J. (2007). *America's Strategy in World Politics – The United States and the balance of power*. Routledge.

Hale, W. (2009). *Turkish Foreign Policy*. Frank Cass Publishers. London.

Quartaert, D. (2008). *O Império Otomano – Das Origens ao Século XX*. Edições 70. Lisboa

Müftüler-Bac, M. (1997). *Turkey's relations with a changing Europe*. Manchester University Press.

Robins, P. (2003). *Suits and Uniforms: Turkish Foreign Policy Since the Cold War*. Hurst & Co. London.

Outros Documentos

Aybet, G., & Muftuler-Bac, M. M.-B. (Dezembro de 2000). Transformations in Security and Identity after the Cold War: Turkey's problematic relationship with Europe. *International Journal*, Vol. 55 n.4, pp. 579-582.

Barysch, K. (2007). Turkey's Role in European Energy Security. *Centre For European Reform*. London.

Bilgin, P. (2005). Turkey's Changing Security Discourses: The Challenge of Globalisation. *European Journal of Political Research*, Vol.44, N1 , pp. 175-201.

Brito, L. (2011). NATO e União Europeia: Análise da parceria estratégica. *Revista Militar*, N.º 2513-2514- junho/julho de 2011. Lisboa

Bulent, Aliriza; Bulent, Aras. (Novembro de 2012). U.S.-Turkish Relations: A review at the beginning of the third decade of the Post-Cold War Era. *Center for Strategic and International Studies (CSIS)* .

Cizre, U. (2004). Problems of Democratic Governance of Civil-Military Relations in Turkey and the European Union Enlargement Zone. *European Journal of Political Research*, Vol. 43, pp. 107-125.

Clinton, H. (2010). Remarks on the Future of the European Security. Acedido em: 17 de novembro de 2017, em <https://2009-2017.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2010/01/136273.htm>.

Comissão Europeia. (2004). *Issues Arising From Turkey's Membership Perspective*. EC

Conselho, Regulamento (CE) n.º 390/2011, relativo à assistência à Turquia no âmbito da estratégia de pré-adesão (26 de Fevereiro de 2011).

Conselho Europeu. (10 e 11 de Dezembro de 1999). Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Helsínquia.

Conselho Europeu. (13 de dezembro de 1997). Conclusões da Presidência do Conselho Europeu do Luxemburgo. *Doc/97/24* , p. 6.

Conselho Europeu. (3 e 2 de Junho de 1999). Declaração do Conselho Europeu sobre o Reforço da PECSD. *Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Colónia - Anexo III* .

Conselho Europeu (19 e 20 de dezembro de 2013). Relatório das Conclusões do Conselho Europeu de 19 e 20 de dezembro de 2013. http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/ec/140226.pdf

Conselho da União Europeia.(2003). *Estratégia Europeia em Matéria de Segurança*. Bruxelas.UE

- Davutoğlu, A. (Primavera de 2012). Transformation of NATO Turkey's Position. *Perceptions*, Volume XVII, Number 1 , pp. 7-17.
- Emerson, M., & Tocci, N. (Agosto de 2004). Turkey as a Bridgehead and Spearhead: Integrating EU and Turkish Foreign Policy. *EU-Turkey Working Papers* .
- Fernandes, J. P. (2003). A Geopolítica Clássica Revisitada. *Nação & Defesa n.º 105*, pp. 226-227.
- Fernandes, J. P. (2005). A Geopolítica da Turquia : Um desfaio às Sociedades Abertas da União Europeia. *Relações Internacionais*, p. 47.
- Fernandes, J. P. (2008). A transformação da Política de Segurança e Defesa - A integração europeia na encruzilhada. *Portugal, a União Europeia e o Tratado de Lisboa*. Lisboa: Universidade Lusófona.
- Fernandes, J. P. (Julho - Agosto de 2004). O que aconteceu aos Arménios? *História*, pp. 28-38.
- Fernandes, J.P. (2015). Geopolítica: As Grandes Questões do Mundo Contemporâneo. *Geopolítica : conceitos e teorias de base* (p. 60). Instituto Cultural Dr. António Ferreira Gomes.Porto.
- Fernandes, P.N. (2013). *Adesão da Turquia à União Europeia: Uma Perspectiva Geopolítica*. Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada da Academia Militar, Lisboa.
- Gürson, Y. (2017). *Turkish Defence Policies and Armed Forces: Continuities and Changes since the Cold War*. ECPR General Conference. Aston University
- Larrabee, F., & Lesser, I. (2003). *Turkish Foreign Policy in an Age of Uncertainty*. Santa Monica: Ed. Rand.
- Missiroli, Antonio. (2004). The EU and Its Changing Neighbourhood. In R. Dannreuther, *European Union Foreign and Security Policy Towards a Neighbourhood Policy* (p. 16). London: Routledge.
- Instituto de Altos Estudos Militares.(1996). *Geopolítica e Ciências Auxiliares*. IAEM.Lisboa
- Nigar Karimova. (2001). Minorities in Turkey. *Occasional Papers No. 19* , p. 7.

- Nişanci, S. (Março de 2005). Turkey's role in NATO in the Post-Cold War Security Environment. *ISN International Relations and Security Network, NATO Defence Collage Research Papers n. 6* , pp. 1-17.
- Nonneman, G. (2005). *Analyzing Middle East Foreign Policies and the Relationship with Europe*. Routledge.
- Obama, B. (2008). Victory Speech. *The Wall Street Journal*. Acedido em: 12 de março de 2015, em <https://blogs.wsj.com/washwire/2008/11/05/barack-obamas-victory-speech/>
- Oguzlu, T. (Setembro de 2003). An Analysis of Turkey's Prospective Membership in the EU from a Security Perspective. *Security Dialogue, vol.34, no.3* , pp. 285-299.
- Parlamento Europeu. (10 de Fevereiro de 2000). A Turquia e as Relações com a União Europeia. *Ficha Temática n.º 7. PE*
- Parlamento Europeu. (2008). *Resolução sobre o Conselho Económico Transatlântico*. PE
- Pearson, W. (Abril de 2008). Turkey and NATO: New Images and Old Questions . *Strategic Studies Institutes - Ch 5* , pp. 61-74.
- Presidência dos Estados Unidos da América.(2010). *National Security Strategy of the United States*. US Government. Washington.
- Rasmussen, A. F. (Primavera de 2012). NATO and Turkey – Meeting the Challenge of Change. *Perceptions, Volume XVII, Number 1* , pp. 3-5.
- Revés, M. (2014). *Turquia e a Energia: Desafios e Potencialidades*. Tese de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Rodrigues. (2013). Alianças e Comunidades de Segurança. Segurança Cooperativa. O caso da NATO. *Jornal de Defesa* .
- Sandrin, P. (16 de Março de 2015). A União Europeia alargada em tempos de novos desafios. *Série Relações Brasil-Europa 4*.
- Solana, J. (2003). *A Secure Europe in a Better World, European Security Strategy*. UE. Bruxelas

- Suvarierol, S. (2003). The Cyprus Obstacle on Turkey's Road to Membership in the European Union. In B. Rubin, & A. Çarkoglu, *Turkey an the European Union, Domestic Politics, Economic Integration and International Dynamics* (pp. 55 - 78). Frank Cass.
- Teixeira, N. S. (Março de 2010). A defesa europeia depois do Tratado de Lisboa. *Relações Internacionais* , pp. 21-29.
- The North Atlantic Treaty Organization.(2011). *Active Engagement, Modern Defence: Strategic Concept for the Defence and Security of the Members of the North Atlantic Treaty Organization*. NATO.
- The North Atlantic Treaty Organization.(2010). *Financial and Economic Data Relating to NATO Defence*. NATO Press Release.
- Ülgen, S. (3 de Abril de 2008). The Evolving EU, NATO and Turkey Relationship: Implications for Transatlantic Security. *Centre for Economics and Foreign Policy Studies* .
- Ülgen, S. (Fevereiro de 2012). Turkey, Iran and the Bomb. *Carnegie Europe, Carnegie Paper*, pp. 1-34.
- União da Europa Ocidental.(1992). *Petersberg Declaration. Conselho de Ministros da UEO, Bona, 19 de junho de 1992*. UEO
- União da Europa Ocidental.(1992). *Conselho de Ministros da UEO, Roma, 20 de novembro de 1992*.UEO.
- União da Europa Ocidental.(1994). *Declaração de Kirchberg, Conselho de Ministros da UEO, 9 de maio de 1994*.UEO.
- Viana, V. (2013). Portugal e a Defesa Europeia. *Instituto de Defesa Nacional* .
- Walker, J. W. (Primavera de 2010). Architect of Power. *The Journal of International Security Affairs* .
- Walker, J. W. (Novembro de 2010). The United States and Turkey: Can They Agree to Disagree? *Center for Economics nd Foreign Policy Studies* , pp. 1-10.
- Yalmaz, B. (2008). The Relations of Turkey with the European Union: Candidate Forever? *Center for European Studies, Working Paper N: 167* , pp. 1-4.

Sites consultados :

CIA. (2016). Dados militares . Acedido em novembro de 2017, em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>.

Eurostat. (2015). Dados demográficos da Turquia. Acedido em setembro de 2016 em http://ec.europa.eu/eurostat/statistics_explained/.

Minority Rights International.(2016). Dados estatísticos sobre minorias na Turquia. Acedido em setembro de 2016 em <http://minorityrights.org>.

Stockholm International Peace Research Institute (2014). Military Expenditure. Acedido em Outubro de 2015 em <https://www.sipri.org/research/armament-and-disarmament/arms-transfers-and-military-spending/military-expenditure>

Turkish Ministry of Foreign Affairs (2014). International Organisations. Acedido em Outubro de 2017, em www.mfa.gov.tr.

Turkstat.(2015). Dados demográficos. Acedido em setembro de 2016, em <http://www.turkstat.gov.tr>.